

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA
CURSO DE MESTRADO

Bruno Geraldo Guimarães Gonçalves

**O IMPRESSO *CAMINHANDO CONTRA O VENTO*: O MOVIMENTO ESTUDANTIL
SECUNDARISTA DO COLÉGIO ESTADUAL CENTRAL DE BELO HORIZONTE
(1977 – 1979)**

Belo Horizonte

2022

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA
CURSO DE MESTRADO

**O IMPRESSO CAMINHANDO CONTRA O VENTO: O MOVIMENTO ESTUDANTIL
SECUNDARISTA DO COLÉGIO ESTADUAL CENTRAL DE BELO HORIZONTE
(1977 – 1979)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais para o exame de defesa.

Linha de pesquisa: Trabalho, História da Educação e Políticas Educacionais

Aluno: Bruno Geraldo Guimarães Gonçalves
Orientadora: Prof. Dra. Vera Lúcia Nogueira

Belo Horizonte
2022

G635 i Gonçalves, Bruno Geraldo Guimarães
O impresso caminhando contra o vento: o Movimento Estudantil Secundarista
do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte (1977 – 1979) [manuscrito]
Bruno Geraldo Guimarães Gonçalves. – 2022
1 recurso online, 186 f.; il.,color

Orientadora: Vera Lúcia Nogueira.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Faculdade
de Educação.

Bibliografia: f. 142-149

Inclui anexos.

1. Educação Política - Teses. 2. Movimentos Estudantis - Teses. 3. Ditadura. 4.
Educação – Teses. I. Nogueira, Vera Lúcia. II. Universidade do Estado de
Minas Gerais. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD: 321.90981

Ficha Catalográfica: Arlete Inocência Menezes Leal Granados CRB/6 - 3100

Bruno Geraldo Guimarães Gonçalves

O impresso *Caminhando contra o vento*: o movimento estudantil secundarista do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte (1977 – 1979)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Trabalho, História da Educação e Políticas Educacionais.

Dissertação de mestrado defendida e aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Dra. Aline Choucair Vaz
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Dra. Vera Lúcia Nogueira
Orientadora
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Dra. Rosana Areal de Carvalho
Suplente
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Dra. Daniela Oliveira Ramos dos Passos
Suplente
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

DEDICATÓRIA

A todos os estudantes secundaristas que lutaram contra a repressão e em prol da liberdade e da democracia durante a Ditadura Civil-Militar brasileira.

AGRADECIMENTOS

Finalizar uma pesquisa em um programa de pós-graduação de uma universidade pública no Brasil é algo que deve ser externado com bastante alegria, ainda mais em tempos de pandemia do novo Coronavírus e de negacionismo. Dessa forma, é um momento em que preciso demonstrar toda a minha alegria e gratidão por estar aqui neste momento.

Não foi fácil, houve momentos no qual o verbo *desistir* se fez mais que presente neste percurso. Foi um curso de Mestrado diferente, com uma distância que estabeleceu novos padrões de ensino, que trouxe imensos desafios para o desenvolvimento desta pesquisa, pois esta foi idealizada totalmente fora do ambiente concreto da universidade, dos arquivos e das bibliotecas, era tudo novo, mas, graças a uma gama de pessoas, consegui chegar a ter este momento, e abro este espaço para agradecer a cada um.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Bete e Luiz, meus exemplos, minha vida e principalmente meus pilares de sustentação. Aos meus irmãos, Gustavo, pelo companheirismo, pela amizade, ao Felipe, por me mostrar o quanto a vida acadêmica é desafiadora, entretanto pode ser gratificante. Ademais, por também ser um dos corretores dos textos que foram produzidos durante este mestrado.

Aos professores(as) do Programa de Pós-graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais, vocês todos demonstram o que é ter uma visão humana por detrás de todo academicismo cobrado neste ambiente, fica a minha gratidão pelos ensinamentos, não apenas acadêmicos, mas também aqueles que dizem respeito à nossa vivência.

À minha orientadora, professora Dra. Vera Lúcia Nogueira, não tenho palavras para expressar o quanto a senhora foi importante neste processo, desde a banca de avaliação do projeto no momento da seleção até a defesa, o fazer da pesquisa se tornou mais fácil com os conhecimentos que foram compartilhados comigo ao longo da construção deste estudo.

À direção e funcionários da Escola Estadual Governador Milton Campos, Estadual Central, pela receptividade e por toda dedicação em me auxiliarem na pesquisa nos arquivos da escola.

Aos funcionários do Arquivo Público Mineiro, que sempre se colocaram à disposição para encaminhar documentações necessárias de forma digitalizada, tendo em vista a impossibilidade de estar presencialmente no local devido à pandemia.

Aos sujeitos da pesquisa, que se disponibilizaram a participar de encontros virtuais riquíssimos e que trouxeram mais que dados para pesquisa, ofereceram também relatos sobre a construção de vidas em torno de uma luta política contra o autoritarismo.

Tenho também que agradecer aos colegas de curso que, mesmo distantes fisicamente, sempre estiveram presentes de forma virtual nos grupos de WhatsApp e nas redes sociais, demonstrando companheirismo e afeto, em especial, a Ju Borges, mais que uma colega de mestrado, se tornou meu “achado” e sempre esteve comigo neste processo, sendo a pessoa que nos momentos difíceis esteve por aqui presente com palavras de carinho e de determinação, não permitindo que desistisse de todo o processo.

Aos meus “adolescentes”, alunos, que acompanharam cada passo deste mestrado com nossos diálogos entre aulas e que foram fundamentais para me sustentarem e me animarem a cada manhã que batia um pouco de cansaço, ou até mesmo, desespero.

Aos colegas professores do Educandário Cecília Meireles e Escola Estadual Diogo de Castro que, sabendo de todas as dificuldades, sempre se colocaram à disposição em ajudar nos momentos que foram necessários para que pudesse desenvolver este estudo.

À Bruna Pimenta, por me aturar dia e noite e por me fazer companhia sempre, a sua presença é fundamental não somente neste instante, mas, nos meus dias, hoje e sempre. Você é muito especial para mim, é “parte ainda do que me faz forte” nunca se esqueça disso.

E por fim, agradeço aquele que é Pai, Filho e Espírito Santo, pois sem Deus, sem fé nada seria capaz de acontecer. Fica aqui também minha gratidão à alma Santa de Padre Libério, com quem converso todos os dias pedindo proteção e serenidade para vencer este desafio.

Muito obrigado!

(...)
*Sem lenço, sem documento
Nada no bolso ou nas mãos
Eu quero seguir vivendo, amor
Eu vou
Por que não, por que não?
Por que não, por que não?
Por que não, por que não?
(Alegria, Alegria – Caetano Veloso)*

RESUMO

A presente pesquisa, inscrita no âmbito da História da Educação, tem como objetivo compreender como o impresso estudantil *Caminhando contra o vento* foi utilizado pelo Movimento Estudantil Secundarista do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte entre os anos de 1977 e 1979. O Estadual Central, visto como uma instituição de referência de ensino público na capital mineira, com o passar do tempo se tornou espaço de intensa agitação política estudantil, em especial, durante a Ditadura Civil-Militar, quando um grupo de jovens da escola se colocaram em oposição ao regime que estava sendo implantado no país. Ancorada na abordagem da História Política em diálogo com a História Cultural, a pesquisa foi realizada tomando como fonte e objeto de pesquisa o impresso estudantil *Caminhando contra o vento*. Impresso estudantil criado pelos alunos da denominada Comissão Pró-Grêmio, órgão estudantil que se contrapôs ao Centro Cívico, então, representatividade oficial dos alunos. Além desta publicação, foram utilizados documentos escolares do Acervo Documental do Colégio Estadual Central e relatos de egressos coletados mediante a metodologia da História Oral. A pesquisa partiu da hipótese de que os estudantes secundaristas teriam utilizado o impresso estudantil como um instrumento de resistência à Ditadura Civil-Militar. Contudo, constatou-se que esse impresso foi utilizado de formas distintas no período que remete ao recorte da pesquisa (1977 a 1979), seja como porta-voz das reivindicações e indignações estudantis no interior do Colégio, seja como espaço de divulgação de atos e manifestações políticas que ocorriam no país. O jornal também foi fundamental para reorganização do Movimento Estudantil de oposição na instituição, sendo que, foi através desse que parte dos estudantes buscaram efetuar uma luta em prol de maior liberdade, tanto no Colégio como na sociedade, os colocando dentro de um contexto maior, fazendo desse movimento parte de um processo que buscou o reestabelecimento da ordem democrática no país.

Palavras-chave: Educação – Brasil – Movimento estudantil secundarista. Alunos – Comissão Pró-grêmio. Impresso Estudantil. Ditadura Civil-Militar.

ABSTRACT

The present research, registered in the scope of the History of Education, aims to understand how the student form *Caminhando contra o vento* was used by the Secondary Student Movement of the Colégio Estadual Central de Belo Horizonte between 1977 and 1979. as a reference institution of public education in the capital of Minas Gerais, over time it became a space of intense student political agitation, especially during the Civil-Military Dictatorship, when a group of young people from the school stood in opposition to the regime that was being implemented in the country. Anchored in the approach of Political History in dialogue with Cultural History, the research was carried out taking as a source and object of research the student print *Caminhando contra o vento*. Student form created by the students of the so-called Pro-Grêmio Commission, a student body that opposed the Civic Center, then official representation of the students. In addition to this publication, school documents from the Documental Collection of Colégio Estadual Central and reports from graduates collected using the Oral History methodology were used. The research started from the hypothesis that high school students would have used the student print as an instrument of resistance to the Civil-Military Dictatorship. However, it was found that this form was used in different ways in the period that refers to the research cutout (1977 to 1979), either as a spokesperson for student claims and indignation within the College, or as a space for the dissemination of acts and political demonstrations taking place in the country. The newspaper was also fundamental for the reorganization of the Student Movement of opposition in the institution, and it was through this that part of the students sought to idealize a struggle for greater freedom, both in the College and in society, placing them within a larger context, making this movement part of a process that sought to reestablish the democratic order in the country.

Keywords: Education – Brazil – Secondary student movement. Students – Pro-Grêmio Commission. Student Print. Civil-Military Dictatorship.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Edições do jornal *Caminhando contra o vento* utilizados na pesquisa

Quadro 2 – Sujeitos da pesquisa

LISTA DE FIGURAS

FIGURAS 1 e 2 – Acervo documental do Estadual Central – Unidade I – Biblioteca

FIGURAS 3 e 4 – Capas das primeiras duas edições do jornal *Caminhando contra o vento*, publicadas no ano de 1977

FIGURAS 5 e 6 – Pichações feitas pelos estudantes do Estadual Central em protesto contra a morte de Edson Luís

FIGURA 7 – Pichação feita pelos estudantes secundaristas do Estadual Central em memória à Edson Luís, morto no restaurante do Calabouço por forças policiais na cidade do Rio de Janeiro

FIGURA 8 – Editorial publicado na edição n.1 do *Caminhando contra o vento*

FIGURA 9 – Artigo “Autoritarismo” publicado na edição n.1 do *Caminhando contra o vento*

FIGURA 10 – Artigo publicado na edição n.4 do *Caminhando contra o vento*

FIGURA 11 – Documentação da sindicância contra o aluno Geraldo Brescia

FIGURA 12 – Capa da edição n.4 de 1978

FIGURA 13 – Capa da edição n.5 de 1979

FIGURA 14 – Publicação do *Caminhando contra o vento* divulgando eventos e atos promovidos por sindicatos.

LISTA DE SIGLAS

AI-1 – Ato Institucional Número 1

ALN – Aliança Libertadora Nacional

AMES – Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas do Rio de Janeiro

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CCC – Comando de Caça aos Comunistas

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DE – Diretório dos Estudantes

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

EMC – Educação Moral e Cívica

ENE – Encontro Nacional dos Estudantes

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

MDB – Movimento Democrático Nacional

ME – Movimento Estudantil

MEC – Ministério da Educação

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro.

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

POLOP – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária

PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UDN – União Democrática Nacional

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNE – União Nacional dos Estudantes

USAID – United States Agency for International Development

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 A ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	29
1.1 A abordagem metodológica e as fontes.....	29
1.1.1 Documentação Escolar.....	29
1.1.2 Impresso estudantil	33
1.1.3 Os sujeitos da pesquisa	36
1.2 A abordagem teórica.....	39
2 SEM LENÇO E SEM DOCUMENTO: O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA DITADURA CIVIL-MILITAR.....	48
2.1 As juventudes na Ditadura Civil-Militar	48
2.2 O movimento estudantil.....	54
2.3 O golpe de 1964 e o cerceamento ao movimento estudantil.....	56
2.4 O movimento estudantil em tempos de Ditadura Civil-Militar	62
2.5 O movimento estudantil no Estadual Central	72
2.6 A reorganização do movimento estudantil.....	82
3 OS IMPRESSOS ESTUDANTIS NA DITADURA CIVIL-MILITAR: O CAMINHANDO CONTRA O VENTO	92
3.1 A Ditadura Civil-Militar e a censura.....	92
3.2 Os estudantes e seus impressos	95
3.3. Os impressos alternativos como inspiração ao <i>Caminhando contra o vento</i>	97
3.4. O <i>Caminhando contra o vento</i>	101
3.4.1. A escolha do nome e os objetivos do jornal.....	101
3.4.2. A produção e os enfrentamentos do <i>Caminhando contra o vento</i>	105
3.4.3. O enigma da autoria.....	107
3.5 O <i>Caminhando contra o vento</i> e as questões educacionais	112
3.5.1. Os estudantes e a política educacional.....	114
3.5.2. A Comissão Pró-Grêmio e o Centro Cívico	118
3.5.3 Os estudantes e o autoritarismo no Estadual Central.....	121
3.6. O <i>Caminhando contra o vento</i> e as lutas políticas e sociais	125
3.6.1. Movimento de Anistia	130
3.6.2. Movimento contra a carestia	132
3.6.3. As lutas sindicais nas páginas do <i>Caminhando contra o vento</i>	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
Referências.....	142
Apêndice.....	149

INTRODUÇÃO

O interesse pelo período histórico da Ditadura Civil-Militar, bem como pelos movimentos e ações de oposição que se formaram durante esse contexto político brasileiro, inicia-se a partir do momento que, ainda na graduação em História, desenvolvi um Trabalho de Conclusão de Curso¹, no qual realizei uma análise sobre algumas músicas de protestos apresentadas em edições dos festivais da canção. A partir desse ponto, a minha trajetória acadêmica manteve uma estreita ligação com o recorte histórico, o que me levou a desenvolver estudos sobre a utilização de músicas de protestos no ensino de História² e artigos publicados em revistas de Instituições de Ensino Superior sobre o movimento estudantil.

Assim, o desenvolvimento desta pesquisa de Mestrado se aproxima de outros estudos que desenvolvi em minha trajetória acadêmica, destacando estudos sobre o papel político exercido pelo movimento estudantil enquanto elemento de oposição, que se tornaram, como dito, artigos acadêmicos e foram publicados em revistas (GONÇALVES, 2010; 2013; 2016)³.

No período no qual produzi esses artigos, tentei ingressar no Mestrado, porém não obtive aprovação. No final do ano de 2019, participei do processo seletivo e fui aprovado no Mestrado em Educação e Formação Humana da UEMG com a proposta investigativa inicial de estudar o desenvolvimento da disciplina Educação Moral e Cívica no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, mas que, ao longo do percurso, foi sendo modificado até chegarmos ao atual tema⁴.

¹ Graduação cursada na Faculdade de Pará de Minas (FAPAM).

² Trabalho final produzido no curso de pós-graduação (especialização) em Ensino de História na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

³ Títulos dos artigos: “Repressão e luta: o movimento estudantil durante os anos de chumbo e utopia” (2010); “Entre a luta e um ideal: uma análise do posicionamento político do movimento estudantil da UFMG nos anos de chumbo e utopia (1964-1979)” (2013) e “O movimento estudantil brasileiro: uma análise midiática de sua memória no período da Ditadura Militar” (2016).

⁴ A primeira versão da proposta de pesquisa apresentada ao programa de pós-graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais tinha como objeto de estudo a disciplina Educação Moral e Cívica, e o objetivo era investigar a disciplina enquanto vetor da cultura política da Ditadura Civil-Militar no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte nos anos de 1969-1979. Entretanto, após a apresentação do projeto para o parecer, foi repensada toda a proposta de pesquisa quando novas fontes foram trazidas por egressos da instituição como salientado no corpo do texto. A partir desse momento, o objeto de estudo passou a ser o jornal estudantil *Caminhando contra o vento*, que, além de objeto, também passaria a ser fonte desta pesquisa. Após a qualificação e seguindo orientações estabelecidas pela banca avaliadora e a realização de uma nova análise do conteúdo do jornal *Caminhando contra o vento* a proposta – que girava em torno de uma análise sobre as práticas de resistência à Ditadura Civil-Militar – deu lugar a atual proposta apresentada nesta dissertação, que busca compreender como o impresso estudantil em questão foi utilizado pelos estudantes secundaristas do Estadual Central entre os anos de 1977 a 1979, momento em que se percebe uma reorganização do movimento estudantil na instituição de ensino.

Repressão, violência, perseguição e cerceamento das liberdades constitucionais foram elementos que o Estado brasileiro fez uso na busca pela “manutenção da ordem”. Em momentos nos quais o espaço político do país era um lugar ocupado por perspectivas autoritárias, a democracia foi extirpada da realidade dos brasileiros e as nossas posições e pensamentos se tornaram vazios sob a estrutura política de exceção, um desses momentos singulares e de intensa posição autoritária ocorreu durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

A Ditadura Civil-Militar em nosso país se estabeleceu a partir de um golpe de estado no ano de 1964, oportunidade em que os militares, com apoio de setores da sociedade civil, concretizaram a ruptura democrática dando início ao período do Regime Militar. Nesse contexto, novas configurações políticas, econômicas e sociais seriam idealizadas. Além dessas transformações, o Estado brasileiro passou a usar a repressão no intuito de manter a ordem social e política. Para o historiador Carlos Fico, o golpe de 1964 deve ser entendido como

(...) uma continuidade quase natural entre a campanha de desestabilização e a conspiração pela derrubada de Goulart. (...) o golpe de 1964 decorreu da falta de votos das forças políticas contrárias a Goulart. Assim, o golpe seria o único caminho viável para a conquista do poder. (2014, p. 31)

João Goulart, então vice-presidente, assumiu a presidência após um período totalmente conturbado de nossa história, que vai da renúncia de Jânio Quadros em 1961 a toda crise que se criou em torno da posse do vice-presidente, que culminou com a Campanha de Legalidade e com o acordo conciliatório que traria para o país uma nova configuração política, o parlamentarismo. Goulart se viu assumindo a presidência de maneira totalmente adversa, pois, se por um lado sua posse lhe alçou à posição de presidente da república, por outro seus poderes foram totalmente limitados pelo regime parlamentarista.

O então presidente só conseguiu realmente passar a defender suas teses e a propor ações concretas em seu governo quando, em 1963, ocorreu o plebiscito que levou Jango a ter novamente os poderes presidenciais constituídos. É nesse cenário que iniciam os passos que levariam definitivamente ao golpe e consequentemente à Ditadura Civil-Militar.

É perante essa realidade que João Goulart coloca em pauta as chamadas Reformas de Base, que para Carlos Fico seriam

(...) bastante indefinidas. Constituíam-se em metas que, de algum modo, incorporavam ao ideário trabalhista os objetivos estabelecidos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) (...). Buscariam fomentar o desenvolvimento capitalista no Brasil tendo em vista uma pretendida “revolução nacional e democrática”, conforme o jargão comunista. Mas, no governo Goulart, elas assumiram uma conotação menos revolucionária e mais nacionalista. (FICO, 2014, p. 37)

As reformas de base seriam o ponto alto do governo Goulart, mas se tornariam, simultaneamente, a fundamentação de que as forças conservadoras políticas e empresárias precisavam para concretizar a efetivação de uma conspiração que tiraria do Brasil o risco da “ameaça comunista” que supostamente Goulart e suas reformas simbolizavam. Fato é que, quando ocorreu o Comício da Central do Brasil em março de 1964 a favor das reformas, a sociedade brasileira estava totalmente dividida e o ambiente político já tinha se tornado algo totalmente sem controle.

O que faltava para a efetivação do golpe ocorreu quando a relação entre militares e governo rompeu definitivamente no momento que o “ministro da Marinha mandou prender quarenta marinheiros e cabos que organizaram as solenidades de comemoração do segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros do Brasil” (SCHWARCZ E STARLING, 2015. p. 455). O fato levou a um motim organizado por marinheiros no Rio de Janeiro: estava armada uma crise militar, e o presidente João Goulart, para tentar solucioná-la, decidiu nomear um novo ministro da Marinha e ao mesmo tempo oferecer anistia aos marinheiros amotinados.

Essa postura do Presidente da República foi vista pelas forças militares como uma quebra de hierarquia, levando definitivamente os membros das Forças Armadas para o lado dos conspiradores. O golpe foi iniciado na madrugada do dia 31 de março de 1964, quando tropas do exército de Juiz de Fora, comandadas pelo General Olympio Mourão, partiram em direção ao Rio de Janeiro. A deposição de João Goulart foi efetivada no Congresso Nacional por Auro de Moura Andrade, que “convocou uma sessão conjunta secreta no Congresso Nacional e, na madrugada do dia 2 de abril, declarou vaga a Presidência da República” (SCHWARCZ E STARLING, 2014, p. 447). No cenário do golpe, Carlos Fico ainda esclarece que o ato foi

(...) apoiado por muitos, mas a movimentação de tropas militares foi autorizada pelo governador Magalhães Pinto e, com a deliquescência do governo, o Congresso Nacional decretou a vacância do cargo de presidente da República: políticos, militares e parlamentares deram o golpe com o apoio, o entusiasmo ou para gáudio ou desespero de muitos setores. (FICO, 2017, p. 34).

Feito isso, João Goulart acabou deixando o país e partindo para o exílio. Auro de Moura empossa de maneira figurativa o então presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, que passaria o poder dias depois para as mãos dos militares, quando, de forma indireta foi eleito para assumir a presidência o General Humberto de Alencar Castelo Branco. Era o início da Ditadura Civil-Militar.

O Regime Militar se prolongaria por 21 anos, entre 1964 e 1985, efetivando diversos mecanismos de perseguição e controle político. Foram idealizados acordos e reformas sob a chancela do ideal modernizante. (MOTTA, 2014; KLEIN, 2014). E foi dentro desse contexto que as oposições foram sendo constituídas por diversos sujeitos e movimentos da sociedade. Criou-se um espaço de oposição que, ao longo de todo o período ditatorial, se moldou de diversas formas, fazendo surgir o que o governo passaria a chamar de subversão, ou seja, uma ameaça que seria combatida. (HESSMANN, 2009).

É importante ressaltar que, nos últimos anos, estudos direcionados ao contexto histórico da Ditadura Civil-Militar vêm ganhando novos caminhos, como cita o historiador Rodrigo Patto Sá Motta ao dizer que devem ser estimuladas mais pesquisas a respeito de comportamentos e atitudes sociais com relação à ditadura.

Tais abordagens devem ser ampliadas, pois ajudam a compreender melhor os efeitos das estratégias para conferir popularidade ao Estado autoritário, assim como a dimensionar adequadamente a resistência. A importância do tema é óbvia, mas não custa reiterar. Pesquisar os comportamentos e atitudes em relação à ditadura é fundamental para o conhecimento tanto da montagem e funcionamento do Estado autoritário quanto do processo de transição democrática, tema que segue nos desafiando. (MOTTA, 2017, n. p.).

Todavia, estudos historiográficos relacionados à Ditadura Civil-Militar ainda encontram espaços e temas importantes para serem aprofundados em pesquisas como no caso do contexto educacional, um dos setores que teve mais interferência do Estado repressor constituído pelos “militares de farda verde oliva”. Além da importância de se estabelecer estudos voltados para o contexto da Ditadura Civil-Militar, é preciso também pensar a construção da memória desse período e, nesse sentido, tendo como referência o artigo produzido por Marcos Napolitano (2015)⁵, é possível compreender essa memória em quatro fases, demonstrando que ao longo do tempo a memória construída sobre o período do Regime Militar se coloca como mutável.

Segundo Napolitano (2015) a primeira fase dessa disputa pela memória da Ditadura Civil-Militar remete àquela constituída a partir de “experiências históricas matriciais que servirão de experiência primária para construção e reconstruções posteriores do campo da memória” (p.20). Para o historiador, essa primeira fase se configura a partir do

(...) golpe de Estado, a derrota do reformismo de esquerda, as vicissitudes do governo Castelo Branco, as primeiras dissidências liberais, a luta armada de esquerda, as manifestações estudantis de 1968, a censura prévia, a

⁵ NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro.

disseminação do terror do Estado como métodos repressivos após o AI-5 e o “milagre econômico”. (NAPOLITANO, 2015, p. 20)

A respeito dessa primeira fase, pode-se dizer que é consolidada dentro do contexto que remete à efetivação do golpe que demarca uma derrota dos ideais reformista de esquerda que se faziam presentes no governo deposto, passando pelas ações repressivas e econômicas do governo militar, que se refere a ideia de um estado garantidor da segurança e do desenvolvimento, juntamente com a consolidação de movimentos de oposição, em especial, aqueles idealizados por estudantes ao longo de 1968.

Com relação ao segundo momento dessa disputa pela memória da Ditadura Civil-Militar, Napolitano (2015) detalha essa fase como aquela que traz consigo uma posição crítica perante um ambiente político demarcado pela chegada do General Ernesto Geisel ao poder, e uma promessa de abertura política. Na concepção de Napolitano (2015), a memória crítica ao Regime Militar se molda a partir do instante que uma

(...) classe média escolarizada e os movimentos sociais se tornaram protagonistas de uma memória crítica ao regime, ajudando a desgastá-lo e a deslegitimá-la perante a opinião pública. O fim da bonança consumista do milagre econômico e a volta da inflação tornaram a percepção do arrocho salarial uma das pautas de memória. (NAPOLITANO, 2015, p. 22).

Uma terceira fase sobre a disputa de memória da Ditadura Civil-Militar só seria colocada em pauta no instante que o Estado buscou desenvolver uma política de memória. Nesse sentido, Napolitano (2015) esclarece que

(...) o Estado se pautou por uma política de reparações e de recuperação das histórias de vida (e morte) das vítimas da violência do regime militar, ao mesmo tempo que tem promovido ações institucionais e simbólicas situadas no campo da memória hegemônica crítica à ditadura. (NAPOLITANO, 2015, p.25).

Sendo assim, o momento singular da construção dessa memória do Estado é a criação da Comissão Nacional da Verdade⁶ no ano de 2012, que, nas palavras de Napolitano (2015, p. 25), tinha como missão “esclarecer fatos ainda obscuros ligados sobretudo à repressão política contra opositores e produzir uma espécie de história oficial do período a partir da perspectiva de uma democracia golpeada”.

⁶ A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. (MEMÓRIAS REVELADAS, 2021).

Ao final dessa Comissão Nacional da Verdade, em 2014 foi produzido um relatório que na perspectiva de Napolitano (2015, p.25) “evidenciou (...) o triunfo da memória hegemônica crítica ao plano do discurso oficial”. Todavia, esse relatório não agradou as Forças Armadas, que preferiram o silêncio a um posicionamento, deixando claro que ainda no seu interior há grupos e elementos que preferem a ideia de vitória da “revolução” perante a ameaça comunista.

Após a Comissão Nacional da Verdade, outro aspecto da memória relativa ao regime militar que vem ganhando espaço nesse debate é a memória constituída a partir de um espaço político que abre brechas para o desenvolvimento de uma extrema direita fascista e de aspirações golpistas. Esse fato leva a uma posição de revisionismo em relação ao Regime Militar, pois aqueles que integram essa extrema direita passaram a defender uma posição de

(...) negacionismo que recusa a existência de tortura e presos políticos; nostalgia que representa a ditadura como época de prosperidade; honestidade pública e segurança aos trabalhadores; autoritarismo conservador como saída legítima para a crise política e moral brasileira, rejeitando valores liberais ou socialistas; elitismo como forma de explicar a crise moral da sociedade brasileira da era PT; moralismo que vê a política como reino da corrupção e prega uma cruzada moral para regenerar as instituições corrompidas pelo “lulopetismo”. (NAPOLITANO, 2015, p. 34).

Resultado recente dessa postura em relação ao Regime Militar é o advento de discursos e manifestações que ganham espaço na sociedade, em especial aqueles advindos da própria Presidência da República. Ao participar de atos que têm como pautas a destituição do Supremo Tribunal Federal e os ataques constantes ao Congresso Nacional, o então presidente, Jair Messias Bolsonaro, demarca uma posição que jamais escondeu em sua trajetória política: ser o legítimo representante dessa camada da sociedade que enxerga na Ditadura pontos positivos e enaltece a tortura e os torturadores.

Pensar a Ditadura Civil-Militar e sua trajetória histórica requer também a análise do papel desempenhado por grupos que se colocaram em oposição a esse regime. Durante os 21 anos em que o país viveu sob tutela de um governo autoritário, diversos movimentos, sujeitos e grupos sociais e políticos se colocaram contrários a todo aparato político antidemocrático que se constituía no país. Nesse sentido, um dos diversos grupos que mantiveram uma postura oposicionista ao regime foram os estudantes e seus movimentos estudantis.

Para analisar a postura de oposição dos estudantes na conjuntura do regime militar, é preciso pensar essas ações dentro de um processo histórico que impôs diversos formatos de atuação da oposição estudantil, isso devido à própria postura do Estado no que tange à busca

por anular essas práticas oposicionistas. Essas transformações são expressas por Muller (2016) da seguinte forma:

A configuração do movimento modificou-se muito (...) devido às regras impostas pelo regime ditatorial. As lutas de massa que invadiram as ruas em 1968 transformaram-se em reivindicações pontuais (...). Alguns estudantes ingressaram na luta armada, que entrou para história como símbolo da resistência do período (...) cuja cultura política revolucionária, gestada nos anos de 1950 e 1960, viveu seu momento de ápice e também sua morte. (MULLER, 2016, p. 25).

No entanto, a oposição estudantil não se resumiu apenas ao contexto da luta armada nos anos de 1970, os estudantes, tanto secundaristas quanto universitários, passaram a lutar pelo direito de instituírem novamente a representatividade das entidades estudantis, suspensas desde os primeiros passos da Ditadura. Era um movimento que atuava dentro das instituições de ensino de forma a pressionar pelo retorno da legalidade de organização. Isso fica evidente no momento que (Muller, 2016) pontua que

(...) a luta pelas entidades e pelo direito de livre organização deveria estar associada à campanha de denúncias da repressão policial e que a organização do movimento deveria ser feita sem a espera da aquiescência dos ditadores e de suas leis. (MULLER, 2016, p. 34).

É nesse cenário que esta dissertação se coloca, pois seu desenvolvimento remete ao contexto em que os estudantes do Estadual Central buscaram reorganizar o movimento estudantil e a constituição de uma organização livre, algo que não havia no interior do colégio, já que, seguindo as diretrizes do Estado, a representatividade estudantil ficava a cargo do denominado Centro Cívico⁷.

Outro ponto a se considerar no contexto das ações políticas desenvolvidas pelos estudantes é a posição que tomaram em relação às imposições arbitrárias estabelecidas pelo governo de exceção na educação. O governo militar buscou por meio de reformas educacionais estabelecer um padrão de ensino que atendesse os anseios dos tecnocratas e generais que comandavam o país, um padrão educacional que ofereceria uma formação estritamente técnica e acrítica.

Em relação a essa posição, voltamos a destacar o que afirma Muller: “um dos principais meios empregados pelo Movimento Estudantil como forma de resistência ao regime militar

⁷ Criado a partir do Decreto-Lei 869/69, que no Art. 32 estabeleceu que nos estabelecimentos de qualquer nível de ensino, públicos e particulares, será estimulada a criação de Centro Cívico, o qual funcionará sob a assistência de um orientador, elemento docente designado pelo Diretor do estabelecimento, e com a diretoria eleita pelos alunos, destinado à centralização, no âmbito escolar, e à irradicação, na comunidade local, das atividades de Educação Moral e Cívica, e à cooperação na formação ou aperfeiçoamento do caráter do educando.

durante os anos de 1970 estava centrado na luta contra a política educacional do governo” (MULLER, 2016, p. 52). É nesse ambiente criado por um estado autoritário que a oposição estudantil ganha espaço dentro do meio escolar nacional, como no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte.

Sobre o Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, é importante ressaltar que este era visto como uma instituição de ensino que se tornou referência educacional na cidade, desde sua transferência para uma nova sede inaugurada nos anos de 1950, como lembra (TEIXEIRA, 2019). Desde então, foi se consolidando como um espaço de excelência educacional e ao mesmo tempo de grande intensidade política devido à existência de um Movimento Estudantil atuante na capital mineira, fato que fez do Colégio alvo de ações políticas e de vigilância por parte do governo militar.

No Estadual Central de Belo Horizonte, se efetivou, antes e durante a Ditadura Civil-Militar, um movimento estudantil demasiadamente atuante em um momento no qual o país vivia sob a estrutura de um Estado autoritário. A consolidação desse Movimento Estudantil no Estadual Central pode ser compreendida, nas palavras de (MORAES, 2009), a partir dos seguintes pontos:

(...) a proximidade geográfica com a Faculdade de filosofia da UFMG, as relações com seu DA e de outras faculdades (Direito, Ciências Econômicas e Medicina) e a capilaridade de boa parte de suas lideranças políticas que se espalhavam por órgãos representativos, como a União brasileira de estudantes secundaristas – UBES, o Estadual assumiu um papel catalizador dentro do movimento contestatório estudantil que se refletiu na intensa e frequente agitação em seu campus. Transformada em trincheira da resistência dali para frente a uma série de piquetes, assembleias e convocações para passeatas, desafiando a direção e os esforços baldados do reitor, José Guerra, em impedi-las. (MORAES, 2009, p. 277).

O que se percebe é que o Movimento Estudantil do Estadual Central não atuava de forma isolada, compunha um conjunto de entidades e movimentos dentro da cidade, colocando-se nessa perspectiva como local de referência no que diz respeito à posição política dos estudantes secundaristas. É por isso que compreender como esses estudantes fizeram uso de um impresso estudantil durante à Ditadura Civil-Militar em Belo Horizonte é fundamental para entender como se configurou a atuação dessa juventude na denominada “escola sem muros”⁸.

Assim, idealizar uma pesquisa sobre o movimento estudantil secundarista no Colégio Estadual de Belo Horizonte fazendo referência ao papel desempenhado pelos estudantes nesse

⁸ Escola sem muros remete à própria estrutura arquitetônica da nova sede do Estadual Central, projetada por Oscar Niemeyer e que seria uma ideia de que não ter muros em seu projeto inicial possibilitava a integração da escola com a cidade e o trânsito livre dos alunos. (TEIXEIRA, 2019).

contexto, revela o quanto parte da nossa juventude vivenciou plenamente os arautos autoritários da época. Eram jovens que viram, num primeiro instante, suas liberdades serem restringidas e, conseqüentemente, foram lutar para o seu reestabelecimento.

Todavia, nem todos os jovens estavam dispostos a atuar por meio de uma postura oposicionista ao Regime Militar. Havia jovens que possuíam uma tendência mais conservadora, que os levavam a se posicionar contrários ao próprio Movimento Estudantil; e, também, havia um esforço do governo em demonstrar o quanto jovens atuantes em ações políticas estudantis de oposição eram uma ameaça para estrutura política do país (BRAGHINI, 2010), fato que detalharemos mais adiante no capítulo dois.

Com isso, a presente dissertação estabelece como tema o movimento estudantil secundarista durante a Ditadura Civil-Militar. Com vistas a conhecer a produção científica sobre esse tema, realizamos um levantamento bibliográfico na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD⁹. Fazendo uso dos descritores e uma busca geral, foram encontrados dois estudos sobre o “Colégio Estadual Central de Belo Horizonte”; sobre o “Movimento Estudantil em Belo Horizonte”, foram 11 trabalhos; já sobre “Movimento estudantil secundarista na Ditadura civil-militar”, foram localizados, apenas, três relatórios de pesquisa; e quando a busca foi sobre “Impressos estudantis”, o resultado a que se chegou foi de 47 pesquisas. Após essa primeira busca, foi realizada as leituras dos resumos e feita uma seleção fixando análises em trabalhos produzidos no campo das Ciências Humanas, em especial em programas de pós-graduação em Educação.

Em relação ao “Colégio Estadual Central de Belo Horizonte”, o levantamento apresentou apenas dois estudos (DAMASCENO, 2007; CAMPOS, 2009). O primeiro buscou entender o princípio de “boa escola” pública, atribuído ao Colégio no passado e ainda atribuído à instituição de ensino por diversos atores do processo educativo. Orientando as análises pelos conceitos de Bourdieu, foram estabelecidos alguns elementos qualificadores dessa “boa escola”, entre os quais: capital simbólico, capital cultural, capital social e capital econômico (DAMASCENO, 2007).

O segundo estudo sobre o Colégio Estadual apresenta a temática do Ensino de História com o objetivo de compreender as representações sociais de alunos do Ensino Médio acerca da escravidão negra no Brasil e suas possíveis relações com o contexto social e econômico dos discentes. A pesquisa usou diversas atividades que serviram de aporte à sua construção, como

⁹ Nesse levantamento foram utilizados os descritores: “Colégio Estadual Central de Belo Horizonte”, “Movimento Estudantil em Belo Horizonte”, “Movimento estudantil secundarista na Ditadura civil-militar” e “Impressos estudantis”.

atividades com imagens que remetem à escravidão e entrevistas. Além dessas práticas, o estudo apresentou um debate historiográfico sobre o tema da escravidão (CAMPOS, 2009).

Dessa forma, levando em consideração o tema desta pesquisa, os estudos encontrados sobre o “Colégio Estadual de Belo Horizonte” se distanciaram do recorte da dissertação, demonstrando, assim, uma lacuna com relação à produção acadêmica sobre o movimento estudantil secundarista que se formatou no interior do colégio durante o período da Ditadura Civil-Militar.

Com o descritor “Movimento estudantil em Belo Horizonte” foram localizados 11 estudos. Destes, após estabelecer a leitura dos resumos, se chegou a apenas um trabalho, na área da Administração (BARROS, 2009). Tal estudo se refere a uma proposta do campo dos estudos organizacionais, buscando vincular o movimento estudantil da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) à atuação de projetos sociais. Nesse contexto, fomenta uma ideia de que o movimento estudantil deve ser entendido como uma organização focada na crítica social e construtora de projetos políticos sociais, demonstrando, assim, um fundamento para que se possa estabelecer uma identificação da noção de pertencimento entre os sujeitos, de modo a se alcançar a ideia de unidade (BARROS, 2009).

Ao apresentar apenas um único estudo direcionado pelo descritor, é possível dizer que a produção acadêmica que trata sobre o movimento estudantil em Belo Horizonte deixa em aberto possibilidades para o desenvolvimento de novas pesquisas, principalmente quando se remete ao contexto da Educação, em especial à História da Educação, tendo como recorte temporal os anos da Ditadura Civil-Militar.

Sabe-se da importância política que o movimento possuiu ao longo dos anos em que o Brasil esteve sob a tutela de Governos militares de caráter autoritário, se tornando um dos principais movimentos de oposição, principalmente, quando se refere a estudos ligados ao movimento secundarista. No momento em que foi feita a busca com a expressão “Movimento estudantil secundarista na Ditadura civil-militar”, foram identificados três estudos. Desses, apenas um relacionado ao período histórico mencionado; os demais trouxeram análises sobre as ocupações estudantis nas escolas públicas de São Paulo, Goiás e Paraná, entre os anos de 2015 e 2016 (LEME, 2018); e sobre as ações repressivas idealizadas contra o movimento estudantil de Buenos Aires, durante o Regime Militar Argentino (TOLENTINO, 2012).

O estudo que remeteu ao período da Ditadura brasileira procurou analisar as principais características e formas de atuação do movimento estudantil secundarista no Estado do Paraná entre os anos de 1964 e 1985, demonstrando a importância da organização estudantil na resistência ao Regime Militar. No que tange ao uso de fontes, foram utilizadas documentações

referentes à atuação política dos estudantes junto aos Arquivos do Departamento de Ordem e Política Social (DOPS) do Paraná, que se encontra no acervo do Arquivo Público Paranaense (SCHMITT, 2011).

O trabalho de Schmitt (2011) tem uma aproximação com a proposta do nosso estudo, já que remete à construção de uma análise sobre a atuação política do movimento secundarista no Estado do Paraná e, no que se refere a fontes, demonstra a importância de se trabalhar com a documentação histórica do período disponibilizado em arquivos públicos.

Contudo, nota-se que, apesar do desenvolvimento recente de estudos sobre o período no qual o Brasil viveu uma ditadura militar, ainda o tema “movimento estudantil secundarista” se apresenta lacunar, pois, mesmo com o notório papel desenvolvido por essa organização na oposição ao regime, as produções acadêmicas focam suas análises no ambiente universitário, o que demarcou a possibilidade de se desenvolver esta pesquisa no contexto político e educacional que havia no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte entre os anos de 1977 a 1979.

Considerando que a pesquisa apresenta como fonte e objeto um jornal produzido pelos estudantes secundaristas do Estadual Central, este levantamento também contemplou uma busca recorrendo ao descritor “Impressos estudantis”. O resultado encontrado foi de 47 estudos e, após leituras prévias e demonstração de proximidade com o tema proposto, foram analisadas cinco pesquisas produzidas em Programas de Pós-Graduação em Educação.

Entre as pesquisas analisadas, o estudo sobre o jornal estudantil *O Necydaus*, produzido em uma instituição de ensino secundarista em Sergipe, entre os anos de 1909 e 1911, busca entender as concepções dos estudantes sobre temas educacionais e outros acontecimentos que se fizeram presentes na sociedade sergipana no determinado recorte cronológico proposto. Em relação à fundamentação teórica, a dissertação usou os pressupostos da Nova História Cultural e da História da Educação (VIDAL, 2009).

Sobre o espaço social da cidade de Sergipe, outro estudo estabeleceu como fonte e objeto o jornal estudantil *O Porvir*, produzido pelos estudantes secundaristas do Atheneu Sergipano, no ano de 1874. O objetivo principal da pesquisa foi analisar os temas educacionais interpelados nas páginas do impresso pelos estudantes da instituição. Em relação ao contexto teórico, a pesquisa se desenvolveu a partir dos conceitos de cultura escolar, cultura material e dos princípios da História Cultural (RODRIGUES, 2016).

Outra pesquisa se voltou para a análise dos impressos estudantis: *Jornal Avante*, *Folha Estudantil*, *Estudante de Atenas* e *O Liceu*, produzidos por estudantes de duas instituições de ensino da cidade de São Luís, o Colégio de São Luiz e o Liceu Maranhense, sendo o recorte os

anos de 1949 a 1958. O objetivo foi entender o funcionamento das organizações estudantis existentes nessas instituições e suas posições em relação ao contexto político e social maranhense (AQUINO, 2016).

Encontrou-se também uma pesquisa que recorre ao jornal estudantil *O Sud Mennucci*, produzido por alunas da Escola Normal Sud Mennucci, da cidade de Piracicaba, no intuito de compreender a sociabilidade estabelecida entre o corpo discente e a produção do jornal, entre os anos de 1952 e 1954. O quadro teórico do estudo se guiou pelo conceito de cultura escolar, além disso a metodologia empregada foi a História Oral, visando registrar a memória que os sujeitos construíram sobre a vivência escolar e a produção do jornal (SCHWETER, 2015).

Por fim, apresenta-se um estudo desenvolvido no intuito de entender a concepção de masculinidade por meio das páginas do impresso estudantil *O Bonde*, escrito por alunos da Escola Superior de Agricultura da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, durante os anos de 1945 a 1963. Como referencial teórico, foram utilizados conceitos dos campos de gênero, história, cotidiano, sociologia, memórias, narrativas e estudos foucaultianos. Além da análise do conteúdo do impresso, a pesquisa recorreu também a entrevistas (FILHO, 2017).

Esses estudos demonstram que o uso de impressos estudantis sempre foi algo que esteve presente no ambiente educacional, fato que nos leva a pensar a interlocução que esses alunos possuíam com a realidade política, social e educacional no conjunto da sociedade brasileira. E que esses trabalhos foram construídos tendo como aporte metodológico, ou seja, fonte e objeto de pesquisa os jornais estudantis, situação que aproxima os trabalhos apresentados com a proposta desta dissertação.

Outro ponto que foi possível identificar é que, após esse levantamento bibliográfico, chega-se à constatação da ausência de estudos relacionados ao movimento estudantil do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte durante a Ditadura Civil-Militar, e que não há pesquisas que fazem referência ao impresso estudantil *Caminhando Contra o Vento*, fato que nos levou a seguinte indagação: de que forma o impresso estudantil *Caminhando contra o vento* foi utilizado pelo movimento estudantil secundarista do Estadual Central de Belo Horizonte entre os anos de 1977 a 1979?

Desse modo, esta pesquisa – que se fixa na abordagem da História Cultural e da História Política em consonância com a História da Educação – buscou compreender de quais formas o impresso estudantil *Caminhando contra o vento* foi utilizado pelo movimento estudantil secundarista do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte entre os anos de 1977 a 1979.

A escolha por este recorte se dá pelo fato de visualizarmos que, a partir do ano de 1977, que demarca a repressão imposta aos estudantes reunidos no III Encontro Nacional dos

Estudantes, na cidade de Belo Horizonte, momento no qual, os secundaristas do Estadual Central decidem criar a Comissão Pró-grêmio e estabelecer a publicação da primeira edição do impresso *Caminhando contra o vento*, fato que detalharemos adiante ao longo desse estudo.

Após diversos episódios de repressão, os estudantes conseguiram realizar, no ano de 1979, na cidade de Salvador, o 31º Congresso da UNE. Esse Congresso ficou conhecido como o “Congresso da Reconstrução”, simbolizando o momento primordial para consolidação de ampliação da autonomia para as representações estudantis no país. Tal episódio demarcou a recolocação da UNE enquanto entidade estudantil, com poderes legitimados perante a realidade política nacional.

A dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro, intitulado “A abordagem teórico-metodológica”, apresentamos a abordagem teórico-metodológica utilizada para o desenvolvimento da pesquisa. O capítulo está dividido em duas seções: “a abordagem teórica”, abrangemos os conceitos que serviram de fundamento para o desenvolvimento desta pesquisa; e em um segundo momento, “a abordagem metodológica e as fontes”, detalhamos todo aporte metodológico que foi utilizado na produção desse estudo, como as fontes documentais, os sujeitos e o Jornal *Caminhando contra o vento*, que, além de fonte, também se coloca como o objeto desta dissertação.

No segundo capítulo, cujo título é “Sem lenço e sem documento: o Movimento Estudantil na Ditadura Civil-Militar”, apresentamos uma análise sobre as juventudes que se inseriam no contexto político e social que havia no país, o papel desempenhado pelo Movimento Estudantil enquanto grupo político que se coloca em oposição ao regime político e as ações políticas tomadas no intuito de neutralizar a atuação do movimento até chegarmos a reorganização das entidades estudantis na década de 1970, em especial, a União Nacional dos Estudantes e, por fim, fazemos uma análise sobre o movimento estudantil no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, destacando ações dos secundaristas contra o regime e também a sua reorganização com a criação da Comissão Pró-Grêmio.

No último capítulo, “Os impressos estudantis na Ditadura Civil-Militar: o *Caminhando contra o vento*” em um primeiro momento, apresentaremos o papel desempenhado pela imprensa estudantil no contexto da Ditadura Civil-Militar para, em seguida, estabelecer uma análise do impresso estudantil *Caminhando contra o vento*, destacando os seus processos de criação e produção, bem como os enfrentamentos vivenciados junto à direção do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte. Por fim, estabeleceremos uma análise do conteúdo do jornal, evidenciando como se estabeleceu uma evolução dos temas tratados ao longo das edições analisadas neste estudo.

A ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Neste capítulo apresentamos a abordagem teórico-metodológica utilizada para o desenvolvimento da pesquisa. O capítulo está dividido em duas seções: em um primeiro momento, “a abordagem metodológica e as fontes”, detalhamos todo aporte metodológico que foi utilizado na produção deste estudo, como as fontes documentais, os sujeitos e o Jornal *Caminhando contra o vento*, que, além de fonte, também se coloca como o objeto desta dissertação; e em um segundo momento, “a abordagem teórica”, abrangemos os conceitos que serviram de fundamento para o desenvolvimento desta pesquisa; e em um segundo momento,

1.1 A abordagem metodológica e as fontes

O presente estudo qualifica-se como uma pesquisa histórica no campo da História da Educação, tendo como perspectiva o diálogo entre pressupostos da História Cultural e da História Política.

A pesquisa fez uso das seguintes fontes:

- Documentação escolar composta pelo próprio acervo da Instituição de ensino. Foram consultados documentos referentes a fichas de alunos e outros referentes à própria dinâmica pedagógica e institucional que se encontram no acervo documental do Colégio, que se encontra em sala anexa à biblioteca;
- Impresso estudantil produzido pelos estudantes secundaristas do Colégio Estadual Central *Caminhando contra o vento* que, além de fonte, será também o objeto de estudo desta pesquisa;
- Relatos orais de egressos da Instituição usando a metodologia da História Oral. O estudo buscou a participação de egressos do Estadual Central, em especial, aqueles que estudaram na instituição nos anos de 1970.

3.6.1. Documentação Escolar

No que diz respeito ao contexto da pesquisa arquivista de instituições de ensino, é preciso ter ciência de que os arquivos e acervos são normalmente decorrentes “de suas atividades administrativas e pedagógicas. As atividades administrativas são atribuições específicas da secretaria, do departamento de pessoal, da tesouraria e da diretoria” (MORAES *et al.*, 2005, p. 119). Pesquisas em acervos escolares também podem nos oferecer alguns

desafios no que tange a própria preservação da documentação, pois compostos de “livros de atas, estatutos, regimentos e programas não têm proteção legal nem recomendação específica de guarda, que fica assim a critério somente da escola, sem orientação especializada” (RIBEIRO, 1992, p. 120). Além disso, como enfatizam (RIBEIRO *et al.*, 2014):

(...) muitas escolas e comunidades públicas apagam porque veem seus materiais envelhecidos pela ação do tempo como descartáveis, como objetos que atrapalham uma ordenação institucional dos espaços onde se encontram. Assim, muitas autoridades educacionais e públicas jogam no lixo documentos que poderiam compor um *corpus* importante de artefatos. (RIBEIRO *et al.*, 2014, p. 225)

A falta de uma orientação especializada e o descaso institucional em relação aos documentos escolares podem se tornar empecilhos para o desenvolvimento de uma pesquisa, o que vai requerer cuidados e estratégias como a paciência que, nas palavras de (BACELLAR, 2010, p. 53) é “arma básica do pesquisador em arquivos”.

Sobre os documentos do Estadual Central, após um contato preliminar por *e-mail* e telefone e, posteriormente, por *WhatsApp*, fui orientado pela direção da escola a entrar em contato com a Superintendência Regional de Ensino – Metropolitana A, com o intuito de pedir um termo de autorização para ter acesso à documentação e ao espaço escolar para realização da pesquisa. Esse pedido foi feito formalmente e encaminhando para a Subsecretaria de Ensino Superior da Secretaria de Estado de Educação. Feito isso, houve necessidade de aguardar o prazo para emissão desse documento, que acarretou uma demora devido a questões pessoais que envolviam o profissional do setor. Com o documento em mãos, já poderia ter acesso ao acervo do Colégio, mas, devido à pandemia da Covid-19,¹⁰ o atendimento ao público nas instituições de ensino do Estado de Minas Gerais ficou restrito a questões meramente pedagógicas e administrativas e muitas atividades nesse contexto foram realizadas no formato de teletrabalho¹¹, o que se solucionou a partir de um agendamento, oportunidade em que foi possível fazer a consulta a essa documentação.

¹⁰ A pandemia da Covid-19, causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), foi decretada pela Organização Mundial da Saúde – OMS em março de 2020. O marco inicial da pandemia ocorreu na cidade chinesa de Wuhan, quando autoridades do país confirmaram a identificação desse novo tipo de coronavírus. A partir desse ponto, a realidade global foi se modificando, o primeiro caso de Covid-19 no Brasil ocorreu em fevereiro de 2020 e, deste então, o que se observou no país foi uma postura negacionista do então presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, que, ao longo do período pandêmico, disse por diversas vezes que a situação era apenas uma “gripezinha ou resfriadinho” e promoveu situações totalmente adversas aos protocolos sanitários fundamentais para controle do vírus. Negligenciou o uso de máscaras, ignorou o distanciamento social e defendeu o uso de medicamentos comprovadamente ineficazes, além de ter negligenciado a compra de vacinas para a população brasileira. Como resultado dessa postura, até a finalização da escrita desse texto, o Brasil registrou mais de 600 mil mortes causadas pelo coronavírus.

¹¹ O regime de teletrabalho foi instituído nas escolas estaduais de Minas Gerais a partir da Deliberação do comitê extraordinário Covid-19 número 43, de 13 de maio de 2020, que dispõe sobre o regime de teletrabalho no âmbito

A documentação escolar do Estadual Central se encontra em dois locais: em uma sala anexa à biblioteca da Unidade I, uma antiga sala de leitura, onde encontramos grande parte do acervo histórico da instituição.

Sobre os documentos, estes encontram-se arquivados em armários de madeira de portas de vidro sem qualquer catalogação, cronologia e datação específica, compostos basicamente por atas de reuniões do conselho técnico administrativo, atas de resultados finais, atas de exames de admissão, livros de exames de suficiência para docentes, livros sobre legislação educacional, livro de protocolo de correspondência, livro de admissão de professores (bancas examinadoras), atas de reuniões da congregação escolar e livro de visita de inspeção escolar. Além desses documentos, também pode ser encontrado um arquivo de fotos, também sem qualquer catalogação e cadernos com recortes jornalísticos sobre o Estadual Central, em especial durante o período Vargas¹².

O segundo arquivo já se encontra em uma sala específica no prédio da Unidade II, a documentação desse acervo é composta apenas por pastas individuais dos alunos que passaram pelo Estadual Central, este arquivo já possui uma organização devido a funcionalidade que ele possui para demanda escolar. Assim, as pastas se encontram em ordem cronológica e seguindo a ordem alfabética dos nomes. Para o estudo, a busca pela documentação se circunscreveu ao período da Ditadura Civil-Militar, com o intuito de encontrar registros que pudessem oferecer uma compreensão de como a instituição escolar se posicionou em relação a toda movimentação política que os estudantes desenvolviam no interior do Colégio. Desse modo, após fazer esse levantamento, chegamos a ter acesso a alguns documentos. Uma pasta de sindicância escolar contra alunos que participaram de um protesto na escola durante o ano de 1968 – segundo a documentação, esse ato foi realizado após o assassinato do estudante secundarista, Édson Luís, na cidade do Rio de Janeiro¹³. Também selecionamos o livro de ata de reuniões do Congregação

do Sistema Estadual de Educação, enquanto durar o estado de calamidade pública em decorrência da Pandemia Coronavírus – COVID-19, em todo o território do Estado.

¹² Esses recortes referem-se a ações políticas ligadas às diretrizes da Era Vargas (1930 – 1945), entre eles pode-se encontrar notícias sobre desfiles cívicos, paradas militares, eventos do Dia do Trabalhador com a participação dos estudantes do Estadual Central.

¹³ A morte de Edson Luís ocorreu no dia 28 de março de 1968, quando policiais invadiram o restaurante Calabouço. Naquele momento mais de 300 estudantes se encontravam reunidos no interior do restaurante em uma manifestação exigindo melhorias do local. Edson Luís era estudante secundarista, natural de Belém, veio para o Rio de Janeiro dar sequência aos seus estudos e acabou sendo morto pela polícia nesse episódio. Após sua morte, os estudantes se reorganizaram e foi iniciada uma onda de manifestações estudantis por todo país. O marco desses eventos foram: a greve dos estudantes e a Passeata dos Cem Mil, considerada a manifestação popular mais importante da resistência contra a Ditadura Militar.

Escolar, biênio 77-79 e as pastas individuais dos sujeitos desta pesquisa, nessas pastas foi possível verificar todo histórico escolar destes enquanto alunos do Estadual Central.

Figuras 1 e 2 - Acervo documental do Estadual Central - Unidade I – Biblioteca



Fonte: Registro fotográfico realizado pelo autor, 2021.

Com relação às dificuldades encontradas durante a pesquisa documental, estas se referem, principalmente, à falta de organização do acervo histórico abrigado na sala anexa à Biblioteca, visto que a falta de catalogação e periodização dificulta muito a busca por documentos que fazem referência a um recorte cronológico específico, demandando tempo para que sejam encontrados e limitando a possibilidade de buscar e fazer usos de outras formas de registro histórico.

Entretanto, ao ter acesso a essa documentação escolar – inquéritos de sindicância, pastas individuais de alunos, atas de reuniões – foi possível identificar questões que envolvem o histórico de repressão aos sujeitos que compunham o Movimento Estudantil da instituição e, simultaneamente, compreender a dinâmica escolar no que diz respeito a questões como: estrutura pedagógica e curricular; e até mesmo saber como a escola vivenciou todo aparato governamental da época por meio das ações da reformulação do processo de ensino.

3.6.2. Impresso estudantil

O jornal estudantil *Caminhando contra o vento* é composto de seis edições produzidas ao longo dos anos de 1977 a 1979, cujas cópias nos foram cedidas por um ex-aluno da instituição, o senhor Geraldo¹⁴, que, atualmente, reside na cidade de Uberlândia, Minas Gerais.

Figura 3 e 4 – Capas das primeiras duas edições do jornal *Caminhando contra o vento*, publicadas no ano de 1977.



Fonte: Imagem reproduzida a partir das cópias digitalizadas recebidas pelo autor da pesquisa.

Em relação ao uso de jornais em pesquisas, diferentes autores nos ajudaram a compreender e a problematizá-los como fonte na História e na História da Educação. Sobre seu uso na História, (SIQUEIRA, 2011) destaca que:

Não é objetivo da História, a recuperação fiel de um passado, mas interpretá-lo a partir de suas fontes, que também devem ser interpretadas e analisadas. Os registros de imprensa são fontes importantes, pois são produzidos no “calor da hora”, indicando sentimentos, opiniões, interesses. Também são relevantes,

¹⁴ O egresso Geraldo, aluno do Estadual Central entre os anos de 1975 a 1978, autorizou usar o seu nome nesta pesquisa.

pois factualmente servem como apoio à análise, ao indicarem datas, nomes e lugares. Todos os documentos, inclusive os de origem na imprensa (jornais, revistas, fotografias, programas de rádio, televisão etc.), são produzidos por meio da intenção do produtor, e derivado de sua atividade, portanto, nenhum documento é isento de imparcialidade (SIQUEIRA, 2011, p. 313).

É nessa perspectiva que podemos utilizar como fonte a imprensa escrita, que na acepção de (RIBEIRO *et al.*, 2014):

(...) tem atributos que a qualificam como fonte potencial para a História da Educação, sobretudo porque veicula um discurso educacional e o materializa em formas textuais – carta dos leitores, editorial, artigos de opinião, textos noticiosos, classificados etc., –, iconográficas – fotografias, charges, cartuns, gráficos, tabelas, dentre outras; e gráficas – a distribuição hierárquica de textos e imagens na página (RIBEIRO *et al.*, 2014, p. 227).

Assim, trazer os jornais para a História da Educação, nas palavras de (ZANLORENZI, 2010, p. 65) contribui “para novas interpretações sobre o pensamento educacional, em virtude de que a palavra escrita pode em qualquer tempo e lugar ser utilizada na construção de interpretações históricas”. Nesse sentido, os jornais devem ser observados como “lugar de produção, veiculação e circulação dos discursos (...) têm a força de tornar coisas visíveis ou invisíveis, de criar efeitos de verdade e objetividade” (VIEIRA, 2007, p. 16).

Quadro 1 – Edições do jornal *Caminhando contra o vento* utilizados na pesquisa

Ano da publicação	Edição	Número de Páginas
1977	0	7
1977	1	7
1978	2	7
1978	3	11
1978	4	7
1979	5	7

Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro acima apresenta as edições que fizeram parte do processo de construção desta pesquisa que foram produzidas na segunda metade da década de 1970, especificamente entre os anos de 1977 e 1979, e possuem, em média, de sete a oito páginas, sendo que, das edições analisadas, compõe a primeira, produzida no segundo semestre de 1977, a edição número 0, realizada após uma manifestação dos estudantes secundaristas do Estadual Central contra a cobrança de mensalidades. No mesmo ano, foi publicada a segunda edição e, em seguida, no ano de 1978, foram publicadas mais três edições entre os meses de maio e setembro, sendo as edições 2, 3 e 4 já no ano de 1979. Mais algumas edições ainda foram produzidas, sendo que a pesquisa recorre à de número 5, produzida no mês de maio daquele ano.

É importante salientar que essas publicações utilizadas no estudo compõem o acervo particular do egresso Geraldo, que, em seus relatos, afirmou não saber se houve mais publicações após o ano de 1979, visto que os alunos que compunham a Comissão Pró-grêmio se formaram em 1977 e tiveram de deixar o comando da entidade. Vale ressaltar que, no ano de 1979, o movimento estudantil do Estadual Central também coordenava a União Municipal dos Estudantes Secundaristas — UMES, o que facilitava o acesso dos jornais pelos egressos que já não se faziam presentes mais na escola.

A categorização do jornal seguiu os seguintes passos: primeiramente fizemos uma análise geral de todas as edições usadas nesta dissertação, no intuito de observar os temas tratados ao longo das produções que tínhamos em mãos, com isso, a ideia era determinar esses temas mais gerais e dividir toda produção em edições, data, páginas, autoria, tipo (categoria) — artigo, coluna, charges, tirinhas —, contexto histórico e observações. Em seguida, analisamos especificamente as capas das edições, observando os temas que essas capas faziam referência. Dando sequência, foi o momento de fazer a categorização dos editoriais dos jornais e, neste ponto, o objetivo foi o de perceber os assuntos tratados no texto, considerando que os editoriais sempre eram assinados de forma coletiva, ou seja, pela Comissão Pró-grêmio.

Ao longo desse processo, percebeu-se que, além do editorial, uma das colunas com maior frequência era a denominada “Folha Cultural”, um espaço em que os alunos tanto poderiam publicar seus poemas e poesias como também fazer divulgação de atividades artísticas, realizadas no interior do Colégio ou na cidade de Belo Horizonte.

Quanto às charges e tirinhas, realizamos o mesmo processo para categorização. Fizemos um filtro de todas essas primeiras análises para chegar a assuntos comuns destacados na pesquisa, esses assuntos foram: autoritarismo, subversão e projeto político educacional da Ditadura Civil-Militar. A partir desse ponto, toda a análise de conteúdo focou nessas três categorias, o resultado obtido, como já salientado, consta adiante, no capítulo empírico da dissertação.

Diante disso, o que se percebe é que o jornal na História da Educação é entendido como um elemento que “(...) expressa não uma voz, mas vozes variadas (...), hierarquiza essas vozes mediante uma estruturação de cadernos, páginas e seções, cuja composição gráfica dá tons distintos para cada voz” (RIBEIRO *et al.*, 2014, p. 230).

3.6.3. Os sujeitos da pesquisa

Esta pesquisa, de natureza histórica, como já destacado, fez uso da metodologia da História Oral, que segundo (ALBERTI, 2005) é:

(...) uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente (ALBERTI, 2005, p. 153).

O objetivo desta metodologia ao longo deste estudo foi compreender, a partir dos relatos dos sujeitos – egressos do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte – o contexto político e escolar que havia no interior da instituição, em especial sobre o movimento estudantil secundarista e o impresso estudantil *Caminhando contra o vento*, criado por esses estudantes no período que remete à segunda metade da década de 1970.

Portanto, este estudo apresenta uma ideia de análise política diante de uma realidade educacional e, com isso, nas palavras de (THOMPSON, 1998, p. 116), “as fontes orais têm importância muito mais geral para a história política. Defende-se com muito vigor sua utilização mais ampla no estudo histórico das atitudes políticas”. Dessa forma, o que se percebe é que a coleta de informações vindas da prática da história oral será de grande valia para o desenvolvimento do estudo. Ainda para Thompson:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. (...) traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade (...) sentimento de pertencer a determinada época (THOMPSON, 1998, p. 45).

Sendo esta pesquisa um estudo inserido no campo da História da Educação, a busca por relatos orais tende a oferecer segundo (RIBEIRO *et al.*, 2014):

(...) pistas de como pessoas e grupos assimilaram e processaram experiências da vida cotidiana, seja de ensino e aprendizagem escolar ou da tomada de decisões importantes (...). O entendimento de como passaram por experiências ajuda a questionar interpretações mais generalizantes dos fenômenos sociais (RIBEIRO *et al.*, 2014, p. 225).

Os sujeitos da pesquisa foram: Geraldo Barbi Brescia, atualmente advogado e residente na cidade de Uberlândia, Ananias Freitas, jornalista, atua como analista de políticas públicas da Prefeitura de Belo Horizonte, Jair Tadeu Fonseca, professor no departamento de Letras da Universidade Federal de Santa Catarina, residente em Florianópolis, Elian Guimarães, morador

de Belo Horizonte e atualmente jornalista do Estado de Minas e Paulo Renato Barbi Brescia, também residente na cidade de Belo Horizonte e professor de História.

Para se chegar a eles, o primeiro passo desenvolvido neste estudo foi uma busca por pessoas que tinham estudado no Estadual Central por meio de uma página não oficial do Colégio no Facebook. Nesta página fiz uma publicação geral em que apresentava até então o meu objeto de estudo da minha primeira proposta de pesquisa sobre a “Educação Moral e Cívica”. Além dessa página, foi possível chegar também a ex-alunos da instituição por meio de contatos com outras pessoas que foram indicando nomes e, assim, foram sendo informadas páginas pessoais de Instagram e números de WhatsApp, o que facilitou o contato prévio com esses sujeitos, de modo que foi a partir desse tipo de contato que cheguei até o egresso Geraldo, que posteriormente me repassou cópias das edições do jornal *Caminhando contra o vento*, do período que era estudante secundarista, guardadas consigo em seu acervo pessoal.

Para definirmos os participantes desta pesquisa, pensamos em um primeiro momento em delimitar se estes estudaram no Estadual Central nos anos de 1970 e se, em algum momento, fizeram parte do movimento estudantil da instituição, pois havia a necessidade de buscar nos relatos desses sujeitos toda dinâmica política dos estudantes em relação ao contexto político institucional que havia em nosso país naquele momento. Assim, chegamos aos três participantes desta pesquisa, sendo que um deles, Jair, que, além de ser um dos estudantes engajados na movimentação da Comissão Pró-grêmio, também foi um dos editores do jornal *Caminhando contra o vento*.

Quadro 2 – Sujeitos da pesquisa¹⁵

Entrevistado	Período que estudou no Estadual Central	Atual profissão	Participação no movimento estudantil	Participação na criação do jornal Caminhando
Geraldo Barbi Brescia	1975 a 1978	Advogado	Sim	Sim
Paulo Renato Barbi Bresci	1978 a 1980	Professor de História	Sim	Sim
Jair Tadeu da Fonseca	1975 a 1977	Professor Universitário	Sim	Sim
Ananias Zeca Freitas	1976 a 1979	Funcionário Público da Prefeitura de Belo Horizonte	Sim	Sim
Elían Guimarães	1976 a 1979	Jornalista	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para realizar o levantamento dos relatos dos sujeitos, fizemos uso de entrevistas narrativas, compreendidas, na acepção de (GALLO *et al.*, 2014, p. 194), “como ferramentas

¹⁵ Os egressos participantes desta pesquisa autorizaram usar o nome próprio como referência.

não estruturadas, visando à profundidade de aspectos específicos, a partir dos quais emergem histórias de vida, tanto do entrevistado como as entrecruzadas no contexto situacional”.

As entrevistas foram realizadas de forma virtual pela Plataforma Google Meet. Devido às restrições sanitárias determinadas em razão da Pandemia e à impossibilidade de deslocamento até a cidade onde o entrevistado reside, o uso dessa ferramenta de comunicação virtual foi fundamental para o desenvolvimento deste estudo. Além dessa forma virtual, também houve comunicação com os sujeitos por *e-mail* e WhatsApp para sanar eventuais dúvidas que foram aparecendo ao longo das análises de dados.

Em um primeiro momento das entrevistas, foram apresentados o tema, o objeto e os objetivos da pesquisa, e, também, lhes foi perguntado se gostariam de fazer uso de um pseudônimo ou usar o nome próprio como referência na pesquisa. Todos os sujeitos, nesse sentido, autorizaram o uso de seu nome próprio. Logo depois, por se tratar de uma entrevista narrativa, foram apresentadas três questões geradoras sobre o Estadual Central: o Movimento Estudantil, a Comissão Pró-grêmio e o jornal *Caminhando contra o vento*. Ao longo dos relatos, foram feitas perguntas pontuais elaboradas no decorrer do processo.

Feito isso, foram coletados os dados e feita uma categorização inicial, que nos levou a formulação de novas questões a serem apresentadas aos egressos em um segundo momento, pois havia lacunas ainda a serem preenchidas, principalmente no que tange a questões relacionadas ao contexto político que havia no país naquele momento¹⁶.

Durante a entrevista, as principais dificuldades encontradas foram relacionadas à conexão de Internet, que, por vezes, apresentava oscilações, gerando travamentos de tela em determinados momentos, mas nada que veio a atrapalhar o desenvolvimento do que estava sendo proposto.

Ainda sobre o uso de entrevistas no desenvolvimento da pesquisa, retornamos a (THOMPSON, 1998, p. 259) quando esclarece que “o objetivo de uma entrevista dever ser revelar as fontes do viés, fundamentais para compreensão social, mais do que pretender que elas possam ser aniquiladas por um entrevistador desumanizado”. Assim sendo, pautamo-nos pelo cuidado no desenvolvimento da entrevista, levando em consideração todo o contexto que existe perante a sua realidade, buscando compreender e aceitar todas as suas colocações, pois é a partir do que o sujeito fala que se constrói a base para o entendimento do que propusemos

¹⁶ Essas questões foram elaboradas após a primeira categorização realizada sendo levada a banca de qualificação, neste momento, os docentes avaliadores pontuaram a ausência de questões voltadas para o contexto político do período, fato que nos levou a realizar uma segunda rodada de entrevistas com os sujeitos, direcionados nestes novos questionamentos.

como objetivo da pesquisa. Dessa forma, nas palavras de (ZANETTE, 2017), a entrevista foi aqui vista com um mecanismo que:

(...) favorece a aproximação do sujeito para recolher, de modo discursivo, o que ele pensa sobre um determinado fato. Ao falar sobre uma questão, já se coloca em evidência a própria questão para si, enquanto o sujeito fala, ele ouve o que diz. Ao falar para alguém, escuta-se o que é dito. Esse dispositivo proporciona com que os sons das palavras façam eco para o próprio sujeito que fala e, também, para o outro que as ouve (ZANETTE, 2017, p. 163).

Retomando a ideia da entrevista narrativa, (GALLO *et al.*, 2014, p. 194) explicam que “tendo como base a ideia de reconstruir acontecimentos sociais a partir do ponto de vista dos informantes, a influência do entrevistador nas narrativas deve ser mínima. Nesse caso, emprega-se a comunicação cotidiana de contar e escutar histórias”. Foi com essa perspectiva que realizamos a série das entrevistas propostas.

Feito todo o levantamento documental e com os relatos, o que se observa é que havia dentro do espaço escolar do Estadual Central uma postura política por parte da direção em sintonia com a dinâmica governamental que existia no Brasil. Era um local onde a liberdade se encontrava ausente e que os alunos tinham de seguir as regras impostas pelas autoridades, tanto escolar como de instâncias governamentais, fato que levou os alunos a se mobilizarem em prol da reconstrução do Movimento Estudantil, sendo a organização da Comissão Pró-Grêmio e a publicação do Jornal *Caminhando contra o vento* momentos de maior conotação, tornando-se, assim, elementos de oposição a todo autoritarismo que rondava a vida desses jovens secundaristas e levando-os a lutar por maior liberdade e pela restauração da democracia.

1.2 A abordagem teórica

Ante o objeto de pesquisa apresentado nesta dissertação, o jornal estudantil *Caminhando contra o vento*, executou-se uma pesquisa histórica no campo da História da Educação. Orientada pelo diálogo com a História Política e História Cultural, tal abordagem não é incomum na historiografia, pois fazem parte de novas interpretações e perspectivas conceituais geridas dentro da chamada Nova História Cultural, conforme proposta realizada pelos historiadores franceses Roger Chartier e Michel de Certeau. Tais pesquisadores realizam pesquisas em consonância com os estudos de Pierre Bourdieu, que, nas palavras de (BARROS, 2005, p. 130), “é o autor de grande importância para a conexão entre a História Cultural e História Política”. A ligação entre História Cultural e História Política, segundo Barros, se faz presente no seguinte contexto da historiografia:

(...) as últimas décadas do século XX acenaram com a emergência de uma Nova História Cultural e com o retorno da História Política, na verdade constituindo também uma Nova História Política. Grande parte dos objetos historiográficos e das temáticas mais visitados pelos historiadores, nas décadas recentes, têm apresentado em sua rede de confluências, a presença de uma ou outra, quando não as duas, destas dimensões historiográficas: a Cultura e a Política (BARROS, 2011, p. 38).

Ainda de acordo com (BARROS, 2005, p. 139), “o modelo cultural de Chartier é claramente atravessado pela noção de poder, o que de certa forma faz dele também um modelo de História Política”. Em relação à História Cultural, o presente estudo ainda faz uso dos conceitos de práticas e representações que para (BARROS, 2005, p. 136) são “noções que estão sendo elaboradas no campo da História Cultural; mas, como já ressaltamos, elas têm possibilitado novas perspectivas para o estudo historiográfico, porque juntas permitem abarcar um conjunto maior de fenômenos”.

Entre esses fenômenos que podem ser abarcados pelos conceitos de práticas e representação, abrangemos neste estudo o movimento estudantil secundarista, responsável pelo desenvolvimento de uma postura oposicionista à Ditadura Civil-Militar no interior do Estadual Central de Belo Horizonte e a sua posição enquanto uma representação política estudantil de oposição à instituição de ensino e ao governo brasileiro ditatorial.

Com isso, em relação à questão política e à constituição das representações, podemos destacar que estas podem:

(...) ser apropriadas ou impregnadas de uma direção socialmente motivada, situação que remete a outro conceito fundamental para a História Cultural, que é o de “Ideologia”. A ideologia, de fato, é produzida a partir de interação de subconjuntos coerentes de representações e de comportamentos que passam a reger as atitudes e as tomadas de posição dos homens nos seus inter-relacionamentos sociais e políticos (BARROS, 2005, p. 137).

E, no contexto do regime político existente no Brasil, tendo como parâmetro o recorte temporal, podemos destacar, ainda nas palavras de (BARROS, 2005, p. 138), que “a ideologia (...) corresponde a uma determinada forma de construir representações ou de organizar representações já existentes para atingir determinados objetivos ou reforçar determinados interesses”.

Partindo dos pressupostos apresentados de prática e representação, efetivar uma investigação sobre práticas de resistência desenvolvidas no contexto político da Ditadura civil-Militar no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, entre os anos de 1977 e 1979, mostrou-se fundamental para perceber como o grupo de estudantes da instituição se posicionou em relação às imposições desenvolvidas pelo Estado que se moldava sob o véis do autoritarismo

e da repressão enquanto mecanismo de cerceamento da liberdade e das práticas políticas, em especial no cenário educacional.

No que se refere ao autoritarismo, é evidente que durante o período da Ditadura Civil-Militar, o nosso país viveu um dos momentos mais singulares da nossa história. Ao nos referirmos a esse conceito, tem-se por base a época que as manifestações de oposição foram silenciadas, as liberdades individuais anuladas, os partidos políticos foram extintos. Com a introdução da estrutura do bipartidarismo instituído pelo Ato Institucional número 2¹⁷, políticos tiveram seus mandatos cassados e a censura e tortura se tornaram elementos primordiais para manutenção da estrutura de poder. Dessa forma, é preciso que tenhamos a noção do que se refere o autoritarismo no espaço político, assim, remetemos a (BOBBIO *et al.*, 1998, p. 96) que o detalha como “um dos conceitos que, tal como ‘ditadura’ e ‘totalitarismo’, surgiram e foram usados em contraposição a democracia, pretendendo-se acentuar num caso ou noutro parâmetros antidemocráticos”. Essa era a realidade em que o Brasil estava inserido: a partir do momento que os militares chegaram ao poder, foi extinta qualquer perspectiva democrática em nosso país.

O que se pretendia sobre a estrutura desse autoritarismo era criar um espaço de poder no qual os indivíduos tivessem noção do que se refere, ou seja, “uma manifestação degenerativa da autoridade. Ela é uma imposição da obediência e prescinde em grande parte do consenso dos súditos, oprimindo sua liberdade” (BOBBIO *et al.*, 1998, p. 95).

Era o momento que a população em geral e as instituições até então democráticas foram colocadas em segundo plano, de modo que o principal intento do governo era manter a ordem política e assegurar que nenhuma ação ou posição contrária aos seus anseios pudesse atrapalhar o desenvolvimento de um projeto político de um regime autoritário.

Regime autoritário que, sob os ideais dos militares que usurparam o poder, se configuravam como aquele que se distingue pela ausência da liberdade dos subsistemas, tanto no aspecto real como no aspecto formal, típica da democracia. A oposição política foi suprimida ou obstruída. O pluralismo partidário foi reduzido a simulacro sem incidência real. A autonomia dos outros grupos politicamente relevantes foi destruída, ou então tolerada enquanto não perturba a posição do poder (BOBBIO *et al.* 1998, p. 100). É esse panorama político que chega ao espaço educacional, formulando todo um projeto educacional em sintonia com o político.

¹⁷ Decretado no dia 27 de outubro de 1965, o AI-2 extinguiu os partidos políticos existentes e instituiu o bipartidarismo como solução para garantir ao governo maioria estável no Congresso Nacional. Assim, surgiram a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), órgão da oposição majoritariamente moderada e construtiva. (RIDENTI, 2014).

Assim, o sistema educacional construído durante a Ditadura Civil-Militar é marcado pelo uso dos mecanismos políticos repressivos, que tinham como objetivo eliminar a difusão de ideias que remetessem a uma posição contrária à ordem vigente. Nesse sentido, podemos destacar as ações políticas de cerceamento da liberdade dos movimentos estudantis a partir de imposição de decretos e leis¹⁸, que buscaram neutralizar a atuação dos estudantes como forma de se fazer uso do aparato institucionalizado para reverberar a repressão. Essa ideia de repressão durante o Regime Militar deve ser entendida como um conjunto de ações desenvolvidas com o intuito de manter a ordem, mediante um controle de todos os meios e seguindo os princípios orientadores da ideologia do governo, ou como diz (ORTIZ, 2014):

O ideal de controle está formulado de maneira clara na ideologia da segurança nacional. A sociedade brasileira deveria funcionar como um sistema integrado, com as partes ajustadas ao ritmo do todo. O Estado militar teria o papel de regulador autoritário, capaz de eliminar e diluir os conflitos que porventura viessem ameaçar sua integridade (ORTIZ, 2014, p. 116).

Com esse modelo repressor instituído, o governo militar buscou sufocar qualquer categoria de movimento que viesse a se colocar em oposição ao regime imposto, como relata (RIDENTI, 2014), ao citar as principais vítimas da repressão governamental, sendo:

Os trabalhadores organizados em sindicatos e partidos foram os mais atingidos pela repressão (...) revogaram-se conquistas trabalhistas, praticamente se extinguiu o direito de greve, além das prisões e dos processos contra trabalhadores acusados de subverter a ordem (...). Comunistas e reformistas em geral foram especialmente visados, como os lavradores que lutavam pela reforma agrária, os integrantes de movimentos de marinheiros e sargentos que contestavam a hierarquia militar, líderes do movimento estudantil e outros (RIDENTI, 2014, p. 32).

Mas, o contexto da repressão, apesar de vitimar centenas de brasileiros e de perseguir outros milhares, não conseguiu inibir a construção de um espaço de resistência a esse governo. E o que se observa é que, mesmo sabendo dos efeitos que poderiam advir dessa posição, os estudantes secundaristas não deixaram de lado os seus ideais e se posicionaram contrários aos atos violentos impostos pelos militares e atuaram de diversas formas ao longo desses anos ditatoriais que o país vivenciou. Deve-se entender resistência nesse contexto como

(...) comportamento de ruptura contra a ordem constituída, que ponha em crise o sistema pelo simples fato de produzir-se como ocorre num tumulto, num motim, numa rebelião, numa insurreição, até o caso limite da revolução, que

¹⁸ Lei nº 4464, de 09 de novembro de 1964 que dispôs sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências, popularmente conhecida como a Lei Suplicy Lacerda e o Decreto-lei nº 477, de 26 de novembro de 1969 que definiu infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

ponha o sistema em crise, mas não necessariamente em questão (BOBBIO, 2004, p. 61).

Quando trazemos essa realidade de resistência para a atuação do movimento estudantil no Brasil, no período em que os militares estavam no controle do poder, é possível visualizar dois momentos distintos: um primeiro, que se fixa sobre a essência revolucionária e que moldou as ações estudantis a partir do ano de 1968, levando diversos desses estudantes a comporem as chamadas guerrilhas da luta armada; e um segundo, após terem as suas iniciativas revolucionárias sufocadas pelas forças de repressão, os estudantes passaram a defender uma posição de resistência pacífica, aproximando-se de “uma cultura política que privilegiava a democracia” (MULLER, 2016, p. 18). A partir dos anos de 1970, o “movimento estudantil, por sua vez, buscou novas formas de representação como maneira de exercer uma cidadania negada e de realizar práticas democráticas num momento de grave repressão”. (idem, p. 16).

Ainda para (MULLER, 2016) o movimento estudantil, perante essa realidade política, deve ser entendido como parte de uma juventude protagonista, que se colocou em oposição ao regime político, contudo, “na segunda metade dos anos de 1970, foi a luta pelas liberdades democráticas e, em última instância, uma luta que visava o término dos sucessivos governos militares e seu mecanismo repressivo” (ibidem, p. 19). É nesse momento que se observa a reorganização do movimento estudantil no país, e que o jornal *Caminhando contra o vento* começa a ser produzido dentro da realidade escolar do Estadual Central, trazendo essa nova postura que se configurava em relação ao novo posicionamento político dos estudantes.

Para compreender a postura de parte desses jovens que atuavam no Movimento Estudantil, a pesquisa buscou no conceito de “cultura política” uma base para analisar todo o processo político que se colocou perante a realidade do movimento estudantil secundarista no instante que este se posiciona em relação atuação política contrária ao Regime Militar.

Dentro dos parâmetros da historiografia, é importante salientar que o conceito cultura política se encontra abrangente no contexto da História Política. No entanto, não se enquadra no contexto de uma História Política baseada nos aspectos tradicionais, que se originam com historiadores do século XIX, que buscavam compreender ações legais do Estado, trazendo consigo as seguintes características:

Centralidade do Estado-nação, de revoluções e eventos militares, tais como guerras e batalhas localizadas; o foco nos atos dos “grandes homens”, ou seja, estadistas e líderes militares quando não personagens eclesiásticos; a aspiração objetiva, científica, buscando narrar o passado humano com maior fidedignidade possível dos fatos, através de seu encadeamento e organização, do levantamento e da crítica sistemática dos documentos; primazia dos

documentos oficiais como critério para se produzir uma história científica, daí a tendência a privilegiar os relatos das autoridades, bem como seus interesses particulares e como corolário de busca pela objetividade, um desprezo pela história do tempo presente ou contemporânea (MEDEIROS, 2017, p. 260).

Esse novo olhar sobre o político na História passamos a chamar de Nova História Política, que se encontra dentro do contexto do movimento de renovação da historiografia inaugurado pela Escola dos Annales¹⁹, que teve como principais expoentes os historiadores franceses Marc Bloch e Lucien Febvre.

Segundo (MOTTA, 2018), a origem e o desenvolvimento do conceito estão ligados às ciências sociais estadunidenses, entre os anos de 1950 e 1960, de modo que o conceito se originou no contexto pós-Segunda Guerra, época em que as ciências sociais dos Estados Unidos se internacionalizaram e se envolveram na lógica da Guerra Fria.

Dessa forma, o conceito, tendo como base o conhecimento construído perante as ciências sociais, é apropriado pelos historiadores “a partir do retorno e da renovação da história política nos anos de 1980 e 1990, mesmo período em que o giro culturalista se fez sentir nos meios historiográficos” (MOTTA, 2018, p. 112).

Pensando na definição do conceito, (SIRINELLI, 1992, p. 3-4) expõe este como “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido, ou mais largamente, difundidos no seio de uma família ou tradição política”. (BERSTEIN, 1992) detalha a cultura política como “quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro”.

Para (FICO, 2017), as contribuições de Berstein, quando apresenta o conceito cultura política, devem ser entendidas como “amplas e serviram para mentalidades (políticas), representações (políticas), imaginário (político)”. Ao buscar um entendimento conceitual da cultura política, (MOTTA, 2014) também deixa a sua contribuição ao detalhar como:

(...) conjunto de valores, tradições práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, expressando identidade coletiva e fornecendo leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2014, p. 74).

¹⁹ Movimento inaugurado na França na primeira metade do século XX, que se constituiu como uma das influências emblemáticas e duradouras da Historiografia Ocidental. O movimento foi construído em momentos distintos que foram denominados como gerações, sendo a primeira a fase de fundação, identificada por seus criadores Marc Bloch e Lucien Febvre; a segunda surgiu em torno de 1950 e é caracterizada pela direção e marcante produção de Fernand Braudel; a terceira é momento que o movimento passa a receber uma identificação mais plural, em que se destacaram vários pesquisadores como Jacques Le Goff e Pierre Nora; e a quarta é conhecida como Nova História Cultural, liderada pelos historiadores Roger Chartier e Jacques Revel, teria sofrido influência da crítica de Michel Foucault.

No que diz respeito à Ditadura Civil-Militar, o uso dos elementos da cultura política, segundo (MOTTA, 2018, p. 124), “permite compreender alguns aspectos paradoxais do regime político, como seu caráter conservador-modernizador de viés autoritário”.

Nesse ponto, ao defender esse caráter conservador-modernizador constituído sobre uma estrutura autoritária, (FICO, 2017, p. 25) explicita que, ao estabelecer essa dicotomia, cria-se uma “(...) pretensa contradição entre um regime militar (que aparentemente é pensado como devendo ser 100% repressor e reacionário) e um projeto de desenvolvimento tido como modernizante”. Ainda para (FICO, 2017):

A ideia de modernização conservadora tem a força do senso comum: quando se pensa a ditadura brasileira, é fácil identificar a repressão, o conservadorismo, o autoritarismo, por um lado e, por outro, o crescimento econômico do “milagre” brasileiro, as obras de infraestrutura, os avanços nas telecomunicações etc. para o senso comum, uma ditadura deveria corresponder ao período de trevas, de completa estagnação, devendo ser regressiva e inteiramente repressiva (FICO, 2017, p. 29).

Com isso, observamos que dentro da própria historiografia brasileira há um embate entre a questão conceitual em relação à cultura política no que tange a Ditadura Civil-Militar, sobretudo quando esse conceito se baseia na ideia de que o regime político instalado em 1964 foi sustentado por um ideal modernizador de viés conservador.

O que se observa a partir do conceito cultura política é que ele foi fundamental para delimitar o espaço político que se constituiu durante o período, em especial no que tange à relação antagônica entre governo e parte de uma juventude secundarista, o que configurou uma relação de conflito no espaço educacional.

O conceito de memória também ganhou notoriedade no desenvolvimento desta pesquisa, pois se propôs produzir a memória dos ex-alunos do Estadual Central por meio dos relatos sobre a vivência e atuação destes no movimento estudantil da instituição e, conseqüentemente, sobre todo processo de criação, distribuição e aceitação do impresso estudantil *Caminhando contra o vento* no interior do colégio.

No que diz respeito ao uso da memória em estudos históricos, é importante compreender essa ligação entre a memória e a história e, nesse sentido, destacamos as ideias estabelecidas por Jacques Le Goff e Pierre Nora. Partindo do entendimento da História, a partir do que diz Le Goff (2003, p. 15), “a História não deve ser entendida como ciência do passado, mas como a (...) ciência da mutação e da explicação dessa mudança”. Isso nos mostra que a História deve ser entendida como a ciência que nos possibilita entender todas as dinâmicas de mudanças que

as sociedades foram vivenciando, tornando possível criar uma compreensão mais coesa do presente.

Já no que se refere à memória, (NORA, 1993, p. 15) afirma que a história deve ser entendida como “a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter a necessidade de nos lembrar”. Na relação entre a História e a Memória, destacamos uma expressão de (NORA, 1993, p. 14) que apresenta uma compreensão de como há uma necessidade de existência de uma para outra: “tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. (...) A necessidade de memória é uma necessidade da história”. Ainda sobre a relação entre a História e a Memória, (NORA, 1993) afirma que:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado (NORA, 1993, p. 9).

Sobre o passado, podemos dizer que para (LE GOFF, 2003, p. 25) é “uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história”. E, assim, o autor parte para a questão da memória como fonte de busca para entender todas as dinâmicas que há por detrás da história e, no que se refere à memória, Le Goff nos diz que é “um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2003, p. 469).

O trabalho com a memória, na perspectiva historiográfica, leva o pesquisador a entender os locais que esta é construída; a isso chamamos de lugares de memória, que para (NORA, 1993, p. 12) “são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora”. E que para manter esses lugares de memória ativos é preciso “criar arquivos, (...) manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13).

No contexto desta pesquisa, a memória como fonte foi fundamental para se compreender, a partir dos relatos dos sujeitos, toda a dinamização política e institucional que havia em relação à posição contrária ao Regime Militar e que, no Brasil, vivia-se sobre a

perspectiva obscurantista que tirava dos cidadãos o direito de exercerem plenamente a cidadania.

Quando se trata desses lugares de memória, (NORA, 1993, p. 25) cita os jornais destacando que eles se transformam em “lugares de memória, não porque são melhores ou maiores, mas porque eles complicam o simples exercício da memória com um jogo de interrogação sobre a própria memória”. Então, o objeto e fonte de pesquisa deste estudo, o jornal estudantil *Caminhando contra o vento*, se coloca nessa condição de ser entendido como um lugar de memória sobre o desenvolvimento de um movimento estudantil secundarista que se colocou em oposição a todo aparato autoritário que se via no Colégio, reflexo do que havia na sociedade brasileira.

Finalizada esta primeira parte do estudo, o próximo capítulo demonstrará o contexto histórico do Movimento Estudantil brasileiro, em especial a constituição das principais entidades representativas dos estudantes, a União Nacional dos Estudantes – UNE e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES, além de buscar demonstrar o desenvolvimento do próprio movimento estudantil no Colégio Estadual Central e a sua posição em relação à Ditadura Civil-militar.

SEM LENÇO E SEM DOCUMENTO: O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA DITADURA CIVIL-MILITAR

Neste capítulo, apresentaremos o contexto histórico do movimento estudantil brasileiro a partir de 1964, quando ocorre o golpe civil-militar que colocou o país sob a perspectiva de um governo repressor. Nesse ponto, serão detalhadas as ações repressivas estabelecidas pelo governo militar, cujo objetivo era neutralizar a atuação política das entidades estudantis oposicionistas. Demonstraremos também a posição tomada por esse movimento estudantil contra o governo, bem como as estratégias e ações idealizadas pelos estudantes, assim como o embate com agrupamentos estudantis que se posicionavam a favor da ditadura, nesse caso, o Comando de Caça aos Comunistas.

Nesse contexto, destacamos também o ME do Colégio Estadual Central após o golpe e todo o desenvolvimento dos atos contrários às ações repressivas impostas pelos militares. Além disso, apresentaremos as concepções de juventudes que se fizeram presentes nesse contexto histórico, bem como todo o processo político que se estabeleceu no período de reorganização do movimento estudantil a partir da segunda metade dos anos de 1970.

2.1 As Juventudes na Ditadura Civil-Militar

Efetivado o golpe de 1964 e a ascensão dos militares ao poder com a posse do General Castelo Branco, o país passou a vivenciar em seu aparato político a Ditadura Civil-Militar. Era o início de um período que impôs toda uma dinâmica de controle e repressão com um único intuito: legitimar e manter a ordem, cerceando qualquer ameaça oposicionista ao regime estabelecido.

Contudo, mesmo com toda essa dinâmica política, as oposições ao regime se mantiveram na luta, tendo se manifestado de formas diversas ao longo desses anos: houve uma oposição institucional, uma oposição clandestina, uma oposição armada e uma oposição operária (RIDENTI, 2014). No conjunto dessas oposições, houve aquelas constituídas por estudantes, universitários e secundaristas, que, por meio de suas entidades estudantis, se mobilizaram para se colocar como uma dessas forças oposicionistas ao regime militar.

Nesse sentido, pensando numa oposição constituída por jovens, faz-se importante, neste momento, pensar a juventude, ou melhor, as juventudes que se colocaram perante essa nova realidade política que estava se constituindo, ou seja, indagar quem eram os jovens que

estiveram na linha de frente contra a Ditadura. Havia uma juventude que se opunha ao movimento estudantil de oposição? Havia por parte do governo um interesse em moldar uma juventude que lhe condizia?

Salientando que esta dissertação não pretende aprofundar uma análise sobre esses questionamentos, mas sim demonstrar de forma clara, por meio de estudos já realizados (BRAGHINI, 2010, 2015; LIMA, 2020; SPERANDIO, 2014; REIS, 2011), quais foram essas juventudes que se fizeram presente nesse momento tão singular da história deste país. Assim sendo, em um primeiro momento, pensamos no próprio entendimento sobre juventude enquanto um conceito e uma categoria social e histórica.

Pensando na juventude e sua atuação no espaço político, é evidente que os jovens no contexto da sociedade contemporânea são peças essenciais para entender a dinamização dos embates políticos. A juventude se mobiliza, em especial quando se incorpora a movimentos de contestação política, como o movimento estudantil. Com uma tendência ideológica mais ligada à contestação (esquerda), ou até mesmo em grupos políticos que se voltam para uma perspectiva política à direita do espectro ideológico. Ao definir o termo juventude, (MARTINS, 2016) nos esclarece que este é configurado a partir de uma

(...) imprecisão, fazendo com que seja possível a construção de várias representações, o que torna um consenso algo difícil. Sendo que, entre as várias possibilidades de representação construídas em torno dos jovens, se destaca aquela que privilegia a juventude como um período de transição, um rito de passagem, uma fase da vida marcada pela crise existencial (MARTINS, 2016).

Então, o que se percebe é que pensar a juventude é, em um primeiro momento, buscar uma definição dentro de uma perspectiva plural, pois estabelecer uma única representação de juventude diante as realidades sócio-históricas que são postas seria algo totalmente adverso. Assim, é preciso construir uma definição que leve em consideração a heterogeneidade que existe entre os jovens e a realidade vivenciadas por eles. (BALDINHO; SANTOS, 2016, p. 20) define que “o mais coerente é falar de juventudes no plural, e não juventude no singular, para enfatizar as diferenças e desigualdades vividas por muitos jovens”.

Seguindo na mesma ideia, (BORDIEU, 1983) propõe que a juventude não é uma categoria única e homogênea, a juventude é apenas uma palavra, pois o que é ser jovem perpassam os processos históricos que se constituem a partir de condicionantes existentes em cada época.

Há quem busque construir a concepção do termo juventude com base em uma explicação etária, analisando esta como uma fase da vida em que se construiria uma nova

concepção de posição política, social e cultural perante a sociedade, esse é o caso do historiador Eric Hobsbawm, que define juventude como

(...) um grupo social com consciência própria que se estende da puberdade até a metade da casa dos vinte, ou ainda como um grupo social distinto, que se caracterizou como marco inicial para a formação de uma cultura jovem, colocando-a como matriz de uma revolução cultural (HOBBSAWN, 1995).

Nesse contexto, levando em conta a realidade desta pesquisa, pensar um conjunto de jovens atuantes no campo político não quer dizer pensar em jovens que seguiam uma mesma tendência política ou que se colocavam de maneira uniformemente contrários ao Estado repressor mantido sob a tutela dos militares. O que se deve ter em mente é que, se o próprio conceito de juventude não pode ser designado como único nem há uma única juventude atuante na sociedade, então, na realidade política da Ditadura Civil Militar, haveria, portanto, a atuação de diversas juventudes no campo político.

Apesar de o nosso estudo ter como tema o movimento estudantil secundarista durante a Ditadura Civil-Militar, é preciso pensar quais eram as outras juventudes que se constituíam no ambiente político brasileiro da época. Isso se faz necessário para que se tenha a noção de que, mesmo sendo um dos grupos mais atuantes em oposição ao regime militar, a juventude brasileira não era homogênea, no sentido como trata o próprio entendimento do termo, pois havia jovens distantes da política e aqueles que traziam consigo uma posição política sintonizada com os anseios dos militares que estavam no poder.

Pensando em ter uma juventude que estivesse em sintonia com a proposta política do Regime Militar, o próprio governo buscou moldar a juventude, posto que a força governamental tinha o controle de diversas instâncias da sociedade asseguradas pelo autoritarismo que lhe era peculiar e, na concepção dos militares, constituir esse jovem era fundamental, pois, como esclarece (BRAGHINI, 2010, p. 87), “uma parcela dos estudantes brasileiros havia se transformado em um grande problema”.

Na visão dos militares, esses jovens eram um problema devido ao comportamento político que possuíam, pois ainda nas palavras de (BRAGHINI, 2010)

(...) os jovens descumpriam as regras, ou melhor, utilizavam as organizações estudantis para práticas diferentes do que era esperado, portanto, a posição e a atuação social e política desses jovens eram objetos de preocupação (BRAGHINI, 2010, p. 92).

Para estabelecer um projeto de juventude que se afastaria dessa atuação política que gerava preocupação, o governo militar passou a usar a educação como estratégia e, nesse sentido, a principal marca desse processo foram as modificações no sistema educacional e a

introdução de disciplinas que funcionariam como elemento divulgador de ideias que fariam sentido para ordem política da época. É nesse contexto que há a implementação da disciplina Educação Moral e Cívica nas escolas do país, com o objetivo de estabelecer uma rotina cívica nas instituições de ensino e, assim, constituir uma juventude distante das ações políticas subversivas.

A introdução da EMC e dessa rotina cívica é explicada por (BRAGHINI, 2015) da seguinte forma:

O civismo proposto aos jovens era a condensação da ideia de “espírito da nação”, ou seja, uma concepção grandiosa em que o Estado e a Família estavam unidos por laços espirituais. Espírito dado ao jovem como nova herança da qual a escola seria a guardiã, buscando assim, criar uma juventude boa, uma juventude prestativa, idealizada e globalizante (BRAGHINI, 2016, p.37).

Essa seria a imagem de uma juventude que atendia às expectativas dos militares, que estaria afastada das ações políticas, em especial, as de esquerda, e que traria consigo a imagem de jovens prestativos que serviriam de base para a constituição de um projeto de nação desenvolvida e guiada pelos preceitos da família e do Estado, esta era a dita juventude boa, a que desejava o Regime Militar.

O que os militares queriam mesmo era a constituição de uma juventude que traria consigo as bases de um pensamento conservador, sendo este jovem totalmente avesso ao grupo de estudantes que atuavam nos movimentos estudantis de tendência à esquerda do campo ideológico, seria aquela juventude considerada conveniente aos projetos de país e que teria uma aversão à rebeldia e à mobilização estudantil (BRAGHINI, 2015), ou seja, era preciso afastar esses jovens da subversão.

(BRAGHINI, 2010), em sua tese de doutorado, apresenta alguns pontos relevantes sobre esse jovem tão almejado pela Ditadura Civil-Militar. Para extirpar o jovem das atuações políticas, o primeiro ponto é construir uma imagem de que o jovem não está pronto para ocupar o espaço político, que teria que se dedicar aos estudos, pois essa era a sua obrigação enquanto cidadão. Nas palavras da pesquisadora, “(...) os jovens deviam estar apartados do mundo político. A sua condição de estudante não combina com a rua, pois este local era um ambiente de perigo” (BRAGHINI, 2010, p. 100).

Uma outra situação apresentada é de que a juventude não pode se colocar como adulta no campo social, teria que saber o lugar que ocupa, bem como compreender que buscar se colocar em um espaço que não condiz com a sua condição seria algo precoce, ou seja, deveria

deixar a política para os adultos e se ocupar de ser uma “juventude estudiosa”, que é definida por (BRAGHINI, 2010) como

(...) aquela que não seguia os ditames da UNE, que não passava o seu apreço aos agrupamentos cubanos infiltrados (...) não se ocupava com atividades extraescolares voltadas para agitação (...) voltava, pois, a sua energia exuberante para o trabalho, para o estudo, era uma revolução renovadora (...) (BRAGHINI, 2010, p. 194).

Desse modo, era preciso pensar uma juventude que se afastaria dos debates e dos enfrentamentos políticos do período, ou seja, era preciso trazer o jovem para um lugar em que ele estaria disposto a servir o país e ajudar a nação a se desenvolver através da sua dedicação aos estudos e ao trabalho, atuando como um elemento essencial para que o país se tornasse uma nação desenvolvida, essa seria a juventude distante da política, mas haveria aquele jovem que se colocaria perante esse espaço, e este deveria seguir e dar suporte aos anseios da regime político em vigor, que, nas palavras de (BRAGHINI, 2010), seria a chamada “juventude conservadora” que existiu e se organizou de modo a apoiar o regime.

No campo político no qual as juventudes eram heterogêneas, (LIMA, 2020) faz a seguinte referência quando trata dessa juventude conservadora, citando esta como sendo aquela que “atuava no combate ao movimento estudantil de esquerda e que possuía seus modos de atuação e organização” (LIMA, 2020, p. 23) . Seria o contraponto político em prol do regime militar em um ambiente no qual os estudantes ligados a entidades representativas como a UNE e a UBES se movimentavam em oposição ao regime, atuando em prol de uma luta contrária a todo o sistema político e educacional que estava se constituindo no Brasil naquele instante, ou seja, era preciso ter um grupo de enfrentamento e não deixar com que as esquerdas monopolizassem as ações estudantis no interior das instituições de ensino.

Esses jovens estudantes que rejeitavam as diretrizes da UNE e as ações ligadas aos movimentos estudantis de esquerda também foram denominados de “juventude democrática”, que nas palavras de (LIMA, 2020) eram ser vistos como aqueles que

(...) não se deixam levar pelo comunismo, atuavam em defesa da pátria contra as manifestações subversivas, defendendo a democracia e a legalidade, e se colocavam contra greves universitárias, se opondo ao que eles denunciavam como caráter comunista da União Nacional dos Estudantes (LIMA, 2020, p. 39).

Nesse contexto de enfrentar o movimento estudantil de esquerda, em especial, aqueles ligados a entidades como a UNE e a UBES dentro das instituições de ensino, podemos destacar a atuação dos estudantes que compunham o chamado “Comando de Caça aos Comunistas –

CCC”, que, nas palavras de (BRASIL, 2010, p. 19), qualifica-se como uma “sigla terrorista de extrema-direita”.

Esse movimento tem sua origem no ano de 1963 no interior de duas instituições de ensino superior na cidade de São Paulo, a Universidade Presbiteriana Mackenzie, que, para (LIMA, 2020), se tornaria posteriormente a “base de operação do CCC”; e na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. A sua origem está ligada diretamente ao ideal anticomunista, como destaca a própria (LIMA, 2020, p. 43) ao detalhar em sua dissertação que o “CCC surge inicialmente com uma ideia anticomunista, patriótica e violenta”.

O CCC seria o grupo que faria uso da violência para eliminar a “ameaça comunista” das instituições de ensino e, para isso, seria o braço direito do governo militar no que tange às ações de perseguição e repressão contra os sujeitos e entidades que tivessem algum tipo de ligação suspeita com movimentos estudantis de esquerda.

Para agir no interior das instituições de ensino, os estudantes do CCC

(...) buscavam atuar como censor da livre manifestação de pensamento e ação de indivíduos e grupos que não compactuavam expressamente com suas ideias de democracia e nacionalismo, ou que ocupavam espaços almejados por seus integrantes. Se não conseguiam impedir as discussões e eventos e ocupar os cargos diretivos por meio de partidos acadêmicos dos quais seus integrantes faziam parte, agiam por meio da intimidação (LIMA, 2020, p. 62).

Assim, a violência seria uma marca dos integrantes do CCC junto à luta contra as ações dos “estudantes de esquerda”, a função do CCC era neutralizar e tomar o espaço que até então se configurava como reduto de jovens com tendência progressistas, era fazer do movimento estudantil o braço direito do Regime Militar, e não uma ameaça oposicionista. Dessa forma, o CCC se organizou e foi ganhando espaço no meio educacional, tornando-se uma congregação de estudantes anticomunistas, em um movimento estudantil suprapartidário que atuava de forma violenta contra estudantes e alunos (LIMA, 2020).

Fazendo uso da violência, esse grupo de estudantes do CCC, ainda nas palavras de (LIMA, 2020), se colocavam nessa realidade como sendo uma

(...) organização paramilitar formada primordialmente por estudantes e que divergiu da prática de outras organizações anticomunistas, vai ao encontro de elucidar aspectos sobre a história reiterada de perseguição aos comunistas do Brasil, sejam eles reais ou imaginados (LIMA, 2020, p. 26-27).

Com um discurso e uma posição anticomunista, esses estudantes agiram de forma a beneficiar o governo militar, demonstrando que, apesar de os estudantes terem sido vistos como um grupo de importância no combate a toda repressão imposta pela Ditadura, havia uma parte significativa desses jovens que estavam do lado contrário, se colocavam em favor de toda a

política conduzida pelos militares fazendo disso uma cruzada constante contra o “comunismo”, que simbolizava uma ameaça constante à “estabilidade democrática do país”.

A atuação de grupos como CCC demonstra o quanto a juventude brasileira era totalmente distinta, não havia uma unidade, não havia um único posicionamento político, não se configurava como um único grupo, o que havia era jovens que traziam consigo bandeiras distintas e que lutavam por seus ideais, sejam esses à esquerda ou com tendências conservadoras, dando origem a grupos antagônicos nessa seara política que havia diante a realidade da Ditadura Civil-Militar.

Diante disso, e pensando nos jovens que estiveram do lado oposicionista dessa seara, faz-se importante demonstrar quais eram as represálias e qual foi o papel desempenhado por esse movimento estudantil de oposição a partir do golpe de 1964, fato que demonstraremos a seguir no próximo tópico deste capítulo.

2.2 O Movimento Estudantil

Antes mesmo do golpe de 1964 ser consumado, o movimento estudantil já exercia um papel de destaque no cenário político nacional enquanto um movimento social de mobilização e que estava articulado com pautas políticas de relevância para o nosso país. Foi o movimento que aglutinou parte da juventude em prol da luta contra o fascismo e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, contra a manutenção da política autoritária de Getúlio Vargas no fim do Estado Novo, bem como na campanha do “Petróleo é nosso”, na Campanha da Legalidade e em prol das Reformas de Base do governo João Goulart (POERNER, 2012).

Isso demonstra o quanto o movimento estudantil se fez presente no cenário político, fato que nos leva a pensar este como um movimento de significativa relevância, podendo ser apontado como uma das representatividades políticas mais importantes do ambiente político nacional.

Assim, devido à sua importância enquanto movimento de atuação política, não apenas no Brasil, mas em especial em nossa realidade social, entender este enquanto um organismo social é fundamental para termos a compreensão de como esse movimento de estudantes age perante as realidades sociais em que são constituídos.

Pensando na realidade que vivenciamos nos anos de 1960, a juventude e o movimento estudantil ganham destaque perante a realidade social. Isso fica claro quando (MARTINS, 2016) explana que “nos anos 1960, a atuação da juventude foi um marco histórico, quando

movimentos estudantis e de contracultura explicitaram o rompimento com o tradicionalismo da sociedade em questão”.

O movimento estudantil atuava como um movimento norteador de um processo que buscava romper com as estruturas da sociedade. Era a busca pelo novo, pela liberdade, pelos anseios que recaíam sobre a própria juventude, é a busca coletiva pelo protagonismo estudantil. Era uma expressiva parcela da juventude traçando “a participação juvenil em movimentos sociais através de formas [sic] sub-culturais de ação coletiva” (MELUCCI, 1997, p. 12).

Esse movimento estudantil atuante e que penetra os espaços políticos parte da própria vontade do jovem de se tornar um agente social, de se colocar como sujeito independente, livre e com capacidade de expressar e defender os seus ideais. Com essas particularidades, esse movimento deve ser compreendido como uma “manifestação particular do movimento da juventude, na medida em que as determinações que o modelam são de natureza específica” (FORACCHI, 1972, p. 78).

Contudo, não devemos entender esse agrupamento como um movimento de massa, pois, como já foi demonstrado neste estudo, as juventudes são diversas e a atuação no movimento estudantil remete à diversidade que há por trás da estrutura social de cada jovem. Assim, (FORACCHI, 1972) propõe que

Não se pode supor que o movimento estudantil inclua, como movimento de massa, a totalidade dos estudantes. Vários especialistas e observadores políticos ressaltaram a importância mobilizadora das chamadas “minorias estudantis”, quer para exaltá-las como potencial de radicalização, quer para minimizar a relevância do movimento estudantil, quando medida pela diminuta porcentagem dos seus representantes mais ativos (FORACCHI, 1972, p. 79).

O que o autor esclarece é que o movimento estudantil, mesmo tendo uma importância política relevante não consegue alcançar uma unidade, e este acaba sendo constituído por uma pequena parcela dos estudantes, que mesmo em uma conjunção minoritária não abrem mão dos seus objetivos, atuam de forma significativa mesmo sendo vistos como um pequeno grupo, não como um grande movimento de massa.

Essas “minorias estudantis” que compunham o movimento estudantil para (FORACCHI, 1972, p. 80) “é em geral, proveniente das camadas médias da população, imbuído de um radicalismo que almeja transformações substanciais da ordem social”. Realidade não tão diferente do movimento estudantil que atuava em oposição ao regime militar brasileiro, pois, se analisarmos a configuração social dos integrantes desse movimento, poder-se-á chegar a essa mesma realidade, jovens de camadas médias da população e que se posicionaram de forma radical contra a ordem política e social do país.

É esse movimento estudantil feito por uma “minoría” que se tornará um dos grupos oposicionistas ao regime militar, e esse grupo tendo todo esse aparato político em sua volta colocará suas pautas e reivindicações no espaço político, mesmo sabendo que as retaliações seriam eminentes, pois estávamos vivenciando o início de um momento em que a democracia e as liberdades seriam cerceadas, e o movimento estudantil seria um dos primeiros grupos a sofrer essas imposições autoritárias do governo repressor que alçou o comando do país após o golpe de 1964.

Essas retaliações imediatas ao movimento estudantil serão analisadas no tópico seguinte, quando destacamos as principais ações repressivas impostas pelo regime militar aos estudantes no intuito de anular a atuação política exercida por parte da juventude política que se organizava sob a égide de representações estudantis, como a UNE e UBES.

2.3 O Golpe de 1964 e o Cerceamento ao Movimento Estudantil

Com o golpe concretizado e João Goulart deposto, a situação política do país ganhou uma nova significação, quando ascende ao poder um projeto golpista que já se articulava no Brasil havia tempos, era o projeto bancado pelos empresários do IPES²⁰, pelos grupos políticos conservadores, como a UDN, pela mídia tradicional, pelos latifundiários, pelo governo dos Estados Unidos e por camada significativa da sociedade civil.

Nesse momento, formava-se a execução de uma proposta política erguida sob o discurso anticomunista, que serviu de tom para os atos contrários às reformas de base, era o início de uma nova era, que no imaginário daqueles que realizaram a “revolução” seria o momento de salvar a democracia do país. Entretanto, o sentido foi contrário, veio uma Ditadura Civil-Militar e a nossa democracia com isso levaria duas décadas para ser reestabelecida.

A militarização do Estado brasileiro alcançado após vitória dos golpistas de 1964 deve ser vista, nas palavras de (VALLE, 2008, p. 31), como o momento que houve a “(...) destruição do populismo e, conseqüentemente, a interrupção da ascensão política das classes trabalhadoras”. O historiador Daniel Arão Reis complementa esse contexto afirmando:

A vitória da ditadura significara o triunfo das forças conservadoras e retrógradas – o latifúndio e o imperialismo norte-americano –, bloqueadoras

²⁰ Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais criado por um grupo de empresários nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro no ano de 1961, composto principalmente por homens de negócios, profissionais liberais bem-sucedidos e elementos das Forças Armadas. (SOUZA, 1981)

de qualquer perspectiva desenvolvimentista. Não havia jeito, o futuro seria marcado por estagnação econômica e repressão política (REIS, 2014, p. 23).

Esse era o novo Brasil que se formava, um país que passaria a viver sob a égide de governos autoritários, cerceadores das liberdades e que fariam uso da violência como mecanismo de neutralização de forças políticas, a repressão se tornaria a principal marca dos anos subsequentes ao golpe, e tudo isso começa a ganhar sentido com a posse do primeiro general presidente, eleito às pressas e indiretamente pelo Congresso Nacional, sob a pressão do chamado “Comando Supremo da Revolução²¹”. Assim, alçava-se ao poder o General Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967).

A posse de Castelo Branco, para (SCHWARCZ; STARLING, 2015), é possível ser entendida como

(...) prelúdio de uma completa mudança no sistema político, moldada através da colaboração ativa de militares e setores civis interessados em implantar um projeto de modernização impulsionado pela industrialização e pelo crescimento econômico, e sustentado por um formato abertamente ditatorial (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 448-499).

Espaço ditatorial que se tornaria mais evidente no próprio governo de Castelo Branco, pois este foi de suma importância para que as bases de sustentação da ditadura fossem criadas, dispositivos legais que passavam a fundamentar todo aparato repressivo são postos em sintonia com o projeto governamental, os mais eminentes desses foram os primeiros atos institucionais²². É importante lembrar que, antes mesmo da posse de Castelo Branco, o primeiro Ato Institucional já tinha sido promulgado, o AI-1, que alterou a Constituição de 1946 no que tange à eleição, o mandato e os poderes do Presidente da República, além de conferir aos comandantes e chefes das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos (PLANALTO, 2021).

Com os atos institucionais sendo postos junto à lógica política do país, com as ações que tiravam direitos políticos de cidadãos que se posicionavam contrários à ordem estabelecida, com o cerceamento das ações políticas contrárias à ditadura, uma nova configuração constitucional sendo idealizada a partir da Doutrina de Segurança Nacional²³, opor-se à

²¹ Junta Militar instituída dentro do contexto do Golpe Civil-Militar de 1964, composta por três representantes do alto comando das Forças Armadas: General Arthur da Costa e Silva (exército), Brigadeiro Francisco de Assis Corrêa de Mello (aeronáutica) e Almirante Augusto Rademaker (marinha).

²² Normas elaboradas no período de 1964 a 1969, durante o regime militar. Foram editadas pelos Comandantes-Chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional (PLANALTO, 2021).

²³ Doutrina elaborada no Brasil pelos membros da Escola Superior de Guerra (ESG), instituição criada no ano de 1949 pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, com intuito de constituir “estudos dos temas que integrariam

construção desse contexto político seria a única alternativa para algumas organizações coletivas que se colocaram em oposição ao momento político que o país vivenciava.

Diante dessa realidade, parte dos estudantes mobilizados em movimentos estudantis de oposição não deixaram sua postura política de lado, mesmo tendo sido derrotados no golpe, colocaram-se como um dos principais grupos de oposição ao regime de exceção, mesmo sabendo que retaliações seriam impostas.

Ainda durante o contexto do golpe, uma parcela desses estudantes brasileiros organizados em suas entidades, como a UNE e UBES, resistiram, ficaram do lado do então presidente João Goulart até o momento que este deixou o país em direção ao exílio. Passados dias após o golpe, esse movimento estudantil de oposição ao regime não se entregou e rearticulou para resistir ao regime político que era criado de agora em diante.

Sabendo dessa posição de parte dos estudantes, o primeiro governo militar logo buscou eliminar essa ameaça instituindo diversos dispositivos legais e ações repressivas, com objetivo de fazer do uso da posição política autoritária, para colocar sob este ME oposicionista um controle direto das autoridades políticas. Esse aparato repressivo que se busca efetivar contra esses estudantes, (VALLE, 2008) detalha que o governo buscou extirpar a área potencial de “subversão” identificada no meio estudantil por meio de medidas duradouras que impediriam as atividades políticas no meio educacional.

Desse modo, imediatamente após ao golpe, os militares logo impuseram ações repressivas contra as entidades estudantis, o objetivo era mostrar a força que o governo possuía e, dessa forma, tirar da cena política os estudantes subversivos. Fato que culminou com a invasão à sede da UNE, que “foi saqueada e queimada num paroxismo de ódio que escapa ao terreno puramente político (...)” (POERNER, 2012, p. 201). A invasão da UNE era só o prelúdio do que se imporia aos estudantes pela Ditadura, tanto que os estudantes secundaristas logo também começaram a vivenciar esse cenário, quando “seus líderes foram presos e perseguidos, suas sedes invadidas, em muitos casos depredadas as entidades envolvidas em IPMs (Inquéritos Policiais Militares)” (CINTRA & MARQUES, 2009, p. 106).

Além da repressão imediata, o governo de Castelo Branco buscou consolidar dispositivos legais que deixariam os estudantes e seus movimentos sob a tutela do Estado, tirando-os a autonomia, ou seja, era preciso impor um controle sobre aqueles que eram vistos pelos militares como ameaça subversiva e, assim, antes mesmo de extinguir os partidos

como Conceito Estratégico Nacional, os quais serviram de base para o posterior desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional (...)” (GIANNAZI, 2013, p. 78).

políticos com o Ato Institucional Número 2²⁴, o governo militar, representado no campo educacional pelo Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, institucionalizou a Lei nº 4464/64, popularmente conhecida como a Lei Suplicy Lacerda, seria a concretização do primeiro ato legal contra o movimento estudantil brasileiro.

Sobre a Lei Suplicy Lacerda, (LIMA, 2020, p. 49) salienta que “esta lei atingiu o movimento estudantil e determinava uma nova forma de organização das entidades estudantis que suprimia sua capacidade de uma ação política autônoma”.

A Lei Suplicy Lacerda emergiu mediante uma proposta idealizada pelo próprio Ministro da Educação, que era a de criar uma legislação na qual fossem colocados em pauta meios de neutralizar a capacidade política de articulação e mobilização que os estudantes brasileiros possuíam, era uma tentativa de despolitizar o movimento estudantil e assim constituir um espaço no qual o Estado poderia manter as rédeas.

Desse modo, no dia 09 de novembro de 1964, o Congresso Nacional cede às pressões vindas do governo e aprova a lei que, segundo (POERNER, 2012, p. 212), decretou “a extinção do movimento estudantil. (...) a lei procurou destruir a autonomia e a representatividade do movimento, deformando as suas entidades em todos os escalões, ao transformá-las em meros apêndices do Ministério da Educação”.

A Lei colocou o movimento estudantil em outra realidade, o que se tinha nesse instante era a consolidação de uma proposta que, além de buscar a paralisação das atividades políticas estudantis (ditas subversivas), determinava toda uma nova organização representativa dos estudantes dentro das instituições de ensino, colocando as entidades tradicionais em uma situação de clandestinidade. Essa nova organização é detalhada por (SANTANA, 2019):

Com essa lei, o regime definia quais eram as entidades estudantis permitidas, suas atribuições e até mesmo como deveriam ser organizadas as suas eleições. Nesse sentido, permitia a existência do Diretório Acadêmico (DA), do Diretório Central do Estudantes (DCE), do Diretório Estadual dos Estudantes (DEE) e do Diretório Nacional dos Estudantes (DNE). Entretanto, os DAs e DCEs não podiam ter atuação político-partidária e deveriam indicar os representantes discentes nos órgãos colegiados (SANTANA, 2019, p. 67).

O que se percebe com toda essa nova estruturação é que o governo militar tinha como meta estabelecer todo o controle político do movimento estudantil, eliminando definitivamente qualquer possibilidade de ações políticas concretas contra o governo autoritário que se

²⁴ AI-2 extinguiu os partidos políticos existentes. Em seguida, o Ato Complementar número 4 instituiu o bipartidarismo como solução para garantir ao governo maioria estável no Congresso Nacional. Assim surgiram a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), órgão da oposição majoritariamente moderada e construtiva (RIDENTI, 2014, p. 35).

modelava naquele momento. Com a Lei Suplicy Lacerda, a UNE e UBES, as principais representações estudantis daquele momento, decidiram reagir a todo aparato autoritário que foi imposto ao movimento estudantil. Mesmo não tendo uma posição legal para agir, passaram a estabelecer ações no intuito de repudiar a lei e buscar a sua extinção, garantindo novamente a autonomia política.

É nesse momento que, segundo (VALLE, 2008, p.33), o movimento estudantil, embora ainda bastante desarticulado, começa a conviver também com uma retomada gradual da influência de esquerda. Essa retomada mais à esquerda é visível junto ao movimento dos estudantes secundaristas, até então sem uma diretoria (que havia sido deposta juntamente com o golpe), que voltaram a se articular tendo como mentores dessa retomada as lideranças estudantis ligadas ao PCB, como detalha (CINTRA; MARQUES, 2009):

A UBES, sem diretoria desde 1964, se rearticula. A retomada foi liderada pelos quadros do PCB, primeiramente em grêmios estudantis do Rio de Janeiro. Era uma porção de secundaristas que queriam lutar contra a ditadura e que mantinham contato com um certo número de colégios (CINTRA; MARQUES, 2009, p. 111).

A rearticulação política da UBES após a criação da Lei Suplicy Lacerda demonstrava um sinal de que, mesmo buscando o cerceamento político dessas entidades, o governo militar não conseguiu neutralizar o movimento, que se viu diante de uma nova necessidade, opor-se ao autoritarismo e à repressão imposta pela Ditadura Civil-Militar. Esse novo momento do movimento estudantil criou uma situação nova no que diz respeito à atuação, pois sabia-se que agora havia um aparato repressivo gerido pelo Estado e que fazia dos estudantes subversivos, seus inimigos. (SANTANA, 2019, p. 75) afirma que: “para que essa reorganização se efetivasse, os estudantes precisavam aprender a driblar a repressão”.

E foi criando meios de driblar a repressão que as entidades estudantis se colocaram no campo da oposição, realizaram eventos, protestos, passeatas e manifestações contra a realidade autoritária, passaram por cima das determinações impostas pelo Estado no que tange à estrutura das organizações estudantis e realizaram seus congressos, elegeram suas diretorias, mesmo que estas fossem vistas como ilegais por parte das forças governamentais. Era um momento de luta daqueles estudantes que se colocaram contra o regime, em todos os níveis de ensino se fizeram presentes e isso ganhou notoriedade e definitivamente fez do movimento estudantil um dos grupos oposicionistas de relevância nesse contexto, mesmo não sendo um movimento que englobasse todos os estudantes, como já foi citado anteriormente, já que houve uma fração que aderiu o projeto político do Regime Militar.

O movimento estudantil oposicionista sofreria outro golpe em 1967, quando o governo militar institui um novo mecanismo político autoritário contrário a atuação política dos estudantes ditos “subversivos”, complementado as diretrizes já estabelecidas pela Lei Suplicy Lacerda, este era o Decreto-lei 288, conhecido como Decreto Aragão, devido ao nome do ministro da Educação da época, Raimundo Muniz de Aragão.

Essa nova diretriz repressiva contra os estudantes “subversivos” impunha uma maior rigidez em relação ao

(...) controle das atividades estudantis, além de estabelecer pena de 30 dias de suspensão para os estudantes que não votassem nas eleições para os diretórios acadêmicos a não ser que comprovassem doença ou "motivo de força maior". Diante da insistência dos diretórios acadêmicos e diretórios centrais dos estudantes em promover "manifestações ou propaganda de caráter político-partidário" e de "incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares", o decreto-lei determinava que as entidades que assim procedessem fossem suspensas ou dissolvidas (CUNHA, 2021, on-line).²⁵

Ainda sobre o Decreto Aragão, (VALLE, 2008) ressalta que a partir desse decreto o movimento estudantil é diretamente atingido, a UNE passa a ficar proibida de funcionar como associação civil e a proibição se torna extensiva a todas as entidades estudantis, era o fechamento do cerco contra os estudantes que militavam em oposição ao Regime Militar. Todavia, esses estudantes e seus movimentos não deixaram de atuar, mesmo sabendo das consequências. Quando se chega ao governo Costa e Silva, este prega inicialmente que terá um diálogo com os estudantes, fato que não ocorreu, pois nesse mesmo governo se instaura o Decreto-lei 477, que nas palavras de (MULLER, 2016, p. 17) “vetou toda e qualquer manifestação considerada de caráter subversivo dentro de estabelecimentos públicos e privados de ensino”. Ainda para (MULLER, 2016), esse decreto pode ser

Entendido como o “AI-5 da Educação”, pois o decreto previa penas a professores, funcionários e alunos que incluíam a demissão seguida da proibição de nova contratação durante cinco anos para os dois primeiros grupos e o desligamento e proibição de ingressos em outros estabelecimentos durante três anos para os estudantes (MULLER, 2016, p.17).

Essa postura repressiva contra os estudantes a partir do Decreto-lei 477 pode ser comprovada com documentação disponível para consulta no portal “Memorial da Democracia”,

²⁵ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/decreto-aragao-educacao>. Acesso em: 24 de janeiro de 2022.

nele detalha-se o processo de expulsão de um estudante da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 1969²⁶.

Considerando que o presente Processo Sumário, instaurado para apuração de infrações disciplinares de G. A. V. nos termos do Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, obedeceu aos trâmites legais e satisfaz plenamente, as exigências da lei. (...). Julgar G. A. V., filho de D. R. V e de M. G. A. V, nascido em Águas Formosas, MG (...) autor das seguintes infrações disciplinares: aliciamento e incitamento a movimento destinado à guerra revolucionária, com paralização, inclusive das atividades escolares, atentado a pessoas e coisas; organização, direção e exercício de movimentos subversivos, redação, publicação e distribuição de panfletos e material subversivo; consequentemente, impondo-lhe a pena de proibição de matricular-se em qualquer estabelecimento de ensino por três anos a partir desta data, como previsto no Decreto-lei 477, artigo 1º, parágrafo 1º, nº II (...) (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2021)²⁷.

A documentação citada demonstra claramente que com o Decreto-lei 477 o cerceamento das práticas estudantis ditas “subversivas” seriam severas, não haveria espaço para o desenvolvimento dessas ações no interior das instituições de ensino, a Ditadura colocava em pauta todo aparato repressivo que já havia na sociedade nesse instante devido ao Ato Institucional número 5 (AI-5), mesmo assim o movimento estudantil que se colocou em oposição ao regime buscou agir na ilegalidade, o que detalha (MULLER, 2016, p.17) ao dizer que uma porção desses estudantes “passou agir na clandestinidade total, como os grupos que optaram por pegar em armas”, o que levou ao início da Luta Armada no país.

No entanto, esse espaço repressivo instituído pela Ditadura Civil-Militar através de todos esses dispositivos não se restringiu ao espaço educacional das universidades, chegou às escolas de ensino secundário, fato que demonstraremos adiante neste estudo quando trataremos especificamente do movimento estudantil do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte. Dessa forma, é preciso analisar como esse ME de oposição agiu perante todos os dispositivos cerceadores impostos pelo Regime Militar, questão que buscaremos demonstrar no tópico que segue.

2.4 O Movimento Estudantil em tempos de Ditadura Civil-Militar

Com as ações estabelecidas contra os estudantes nos primeiros passos da Ditadura Civil-Militar, aquela juventude que atuava no ME de esquerda foi colocada em uma situação política

²⁶ Documentação disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/governo-baixa-um-ai-5-para-estudantes/docset/293>. Acesso em 24 de janeiro de 2022.

²⁷ Disponível para consulta em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/governo-baixa-um-ai-5-para-estudantes/docset/293>. Acesso em 24 de janeiro de 2022.

na qual foi considerada um dos principais inimigos, subversivos da ordem política institucional do país. Esse movimento estudantil passou a ingressar no rol de ameaças, sofrendo retaliações e ações repressivas, que se tornavam cada vez mais condizentes com o momento, já que o governo fundamentava instrumentos garantidores dessa configuração política autoritária, o que levará o movimento estudantil a repensar o seu modelo de atuação, principalmente em meios de como burlar toda dinâmica repressiva posta.

Sem as suas entidades representativas legalmente funcionando, devido às diretrizes impostas pela Lei Suplicy Lacerda e demais instrumentos legais de neutralização da atuação política, os estudantes tiveram que, em um primeiro momento, buscar a manutenção da ordem representativa, mesmo que fosse na condição da clandestinidade. Dessa forma, era preciso recompor as suas diretorias e reestabelecer planos de atuação em oposição ao governo militar. Assim, tanto os estudantes universitários quanto os secundaristas foram em busca dessa recomposição, principalmente criando posições não apenas no contexto educacional, mas também levando suas bandeiras de lutas para a sociedade em geral.

É como salienta (SANTANA, 2019, p. 79), ao expressar que para essa juventude progressista “(...) para alcançar a derrubada da Ditadura, era preciso não só mais preparo para enfrentar a repressão como também consolidar a aliança do movimento estudantil com o povo”.

Buscando essa aliança com o povo e ocupando as ruas, os estudantes brasileiros em oposição ao regime começaram a organizar uma série de atos e manifestações, estes, em sua grande maioria, eram no formato de passeatas, que tinham como objetivo mobilizar e denunciar junto à sociedade civil as atrocidades que estavam sendo instituídas pela Ditadura, fazendo das ruas o principal palco dessas ações, mas que não estavam distantes das forças repressivas, já que grande parte destes atos culminavam com a truculência das forças policiais.

Como ocorreu na passeata organizada por estudantes secundaristas e universitários em Belo Horizonte no ano de 1966, (SANTANA, 2019) detalha o fato da seguinte forma:

O evento foi considerado uma grande manifestação de resistência e denúncia da ditadura militar, bem como um importante termômetro da repressão do regime contra os estudantes. Naquele dia, em frente à Igreja de São José, no centro da capital mineira, estudantes impunham cartazes e faixas com dizeres de protesto à ditadura e ao envolvimento dos Estados Unidos, enquanto gritavam palavras de ordem. A polícia, por sua vez, reprimiu a manifestação com bombas de gás lacrimogêneo e cassetetes, chegando, inclusive, a invadir a igreja para prender jovens que lá se esconderam (SANTANA, 2019, p. 79).

O ocorrido em Belo Horizonte não dispersou esse movimento estudantil de sua luta, e a juventude continuou a mover suas ações, objetivando a restauração do espaço democrático e a

reconquista das liberdades, em especial, a recomposição das suas entidades representativas. Tal fato levou tanto os universitários quanto os secundaristas a buscarem formas de reativarem as diretorias de suas principais entidades, a UNE e a UBES.

Os secundaristas que atuavam na UBES já haviam tentado estabelecer a recomposição da entidade no ano de 1964, mas não obtiveram êxito, foi somente após os atos de 1966 em Belo Horizonte que eles conseguiram se mobilizar e organizar o Congresso Nacional dos Estudantes Secundaristas em 1967. O objetivo central desse evento era eleger uma nova direção, uma vez que aquela que existia fora deposta pelo golpe de 1964, e restabelecer uma nova dinâmica política para que a entidade, mesmo na ilegalidade, pudesse se colocar como mentora das ações estudantis secundaristas no âmbito da oposição à Ditadura.

Para a realização desse Congresso, segundo (CINTRA; MARQUES, 2009, p. 112) “para despistar os órgãos de repressão, as lideranças divulgam o restaurante Calabouço como sede do encontro. Na realidade, os debates ocorreram na chácara de um dirigente da AMES. Marcos de Queiroz Grilo, no bairro de Campo Grande, no Rio”.

Essa postura dos secundaristas tinha uma lógica, pois, anos antes, quando a UNE tentou realizar o seu 28º Congresso Nacional em Belo Horizonte, forças policiais conseguiram interceptar o evento, que segundo o portal da Comissão Nacional da Verdade do Estado de Minas Gerais foi idealizado da seguinte forma:

Em 1966, mesmo com a proibição imposta pelo governo militar, a UNE voltou a organizar eleições para a diretoria e planejar o 28º Congresso, que teria Belo Horizonte como a cidade escolhida para hospedar o evento. No entanto, o então Secretário de Segurança de Minas Gerais, Bias Fortes Filho, recebeu ordens para coordenar a repressão ao evento e tomar medidas para o fechamento da sede da União Estadual dos Estudantes (UEE) de Minas Gerais, por tempo indeterminado. Além disso, todas as vias de acesso à cidade e aos locais de encontro dos universitários ficaram sob o monitoramento de tropas estaduais. Estima-se que foram mobilizados cerca de 5 mil homens do Exército, Aeronáutica e Polícia Militar para se posicionarem em lugares estratégicos e impedirem a realização do Congresso em Belo Horizonte²⁸.

Mas, quando chegamos ao ano de 1968, o movimento estudantil que divergia das ideias do Regime Militar buscou seguir o padrão de eventos de outras organizações oposicionistas, como as greves operárias de Osasco e Contagem²⁹ no intuito de demonstrar que havia no país grupos políticos totalmente divergentes daqueles que se encontravam no poder, e que era

²⁸ 28º Congresso Nacional da UNE – Belo Horizonte. Disponível em: www.comissaodaverdade.mg.gov.br/handle/123456789/639. Acesso em: 27 set. 2021.

²⁹ Greves operárias vistas como marcos importantes para história do movimento sindical brasileiro, pois foram as primeiras que foram idealizadas no contexto da repressão da Ditadura Civil-Militar.

preciso se posicionar contra toda arbitrariedade que estava sendo imposta, nesse contexto, pelo governo do General Costa e Silva. Esse posicionamento do movimento estudantil a partir de 1968 é expresso por (SANTANA, 2019) da seguinte maneira:

(...) o ano de 1968 é considerado o marco mundial da atuação dos estudantes, porque o movimento estudantil continuava crescendo em resposta não só à violência do regime para com a juventude, mas também em virtude da política educacional adotada pelos militares e da subordinação às diretrizes norte-americanas (SANTANA, 2019, p. 93).

Já para a historiadora Maria Ribeiro do Valle, a chegada de Costa e Silva à presidência da república só intensificaria ainda mais a vigilância e repressão sobre os estudantes, pois,

Os estudantes, um dos setores mais tensos das relações civis com o governo, passam a ser tratados no âmbito da segurança; seus problemas, encarados como questão militar. Tanto que Costa e Silva baixa um decreto criando uma comissão especial para formulação de uma nova política governamental para os estudantes, que será chefiada pelo Coronel Meira Matos, da Secretaria Geral do Conselho de Segurança (VALLE, 2008, p. 37).

Entretanto, mesmo antes dos atos que ligam o movimento estudantil às agitações contrárias ao regime militar que ocorriam no Brasil, os estudantes secundaristas do país já agitavam as escolas com protestos que se posicionavam contra “o ensino imposto pelos militares e os acordos MEC-Usaid” (CINTA; MARQUES, 2009, p. 118), demonstrando que a ação dos estudantes tinha um ponto de partida próprio do contexto educacional da época, fato que se intensificará com as reformas educacionais, em especial, a que altera a organização curricular e estrutural dos ensino de primeiro e segundo graus de 1971³⁰, fato que demonstraremos adiante, a partir da análise das páginas do próprio jornal *Caminhando contra o vento*.

O ambiente político em torno do movimento estudantil se torna totalmente conflituoso quando o secundarista Edson Luís é assassinado por forças policiais em um ato de invasão, ocorrido no restaurante estudantil do Calabouço na cidade do Rio de Janeiro no momento que os estudantes realizavam uma plenária para decidir a participação do movimento no 30º Congresso da UNE, que seria realizado de forma clandestina na cidade paulista de Ibiúna, além de estarem debatendo ações “contra o aumento do preço da refeição, que consideravam abusivos e pela melhoria da conclusão das obras do restaurante” (VALLE, 2008, p. 40).

³⁰ Em 1971, o governo militar instituiu a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, depois de tramitação sumária no Congresso. A Lei 5.692 mudou a organização do ensino no Brasil.

A morte de Edson Luís serviu para intensificar o ambiente de conflito entre o movimento estudantil e a Ditadura Civil-Militar, foi a chave definitiva para a radicalização dos estudantes contra todo o aparato repressivo que lhes era imposto. Assumiam a partir desse instante não apenas o papel de se opor, mas também de se posicionar enquanto movimento de luta contra toda institucionalização repressiva que os militares mantinham sobre a sociedade brasileira, e os estudantes não iriam mais se calar e se render após este episódio.

O episódio da morte de Edson Luís na visão de (SANTANA, 2019) estabeleceu uma

(...) repercussão em vários Estados brasileiros, onde foram realizados comícios e passeatas de repúdio à violência policial, bem como marcou definitivamente a mudança de opção do movimento estudantil, que adotou a tática do enfrentamento, do combate com as forças de repressão. E nesse contexto de responder à violência com violência os estudantes se deparam com a ação repressiva do regime nas manifestações que se sucederam (SANTANA, 2019, p. 95).

A radicalização estudantil ganhou as ruas das principais cidades do país como relata (VALLE, 2008) ao detalhar o seguinte episódio que ocorreu na cidade de Brasília: “(...) quando estudantes, contando com apoio popular, saem às ruas, incendeiam carros da polícia e queimam os palanques destinados a comemorar o quarto aniversário da “revolução” (VALLE, 2008, p. 52). Além dessas reações, a morte do estudante secundarista desencadeou uma série de passeatas contra o autoritarismo do Estado brasileiro, e uma dessas passeatas foi realizada no dia 26 de junho de 1968, um ato que recebeu a “solidariedade de vários setores da sociedade civil – mães de alunos, artistas, professores, jornalistas, servidores, populares, advogados pela OAB, clero (...)” (VALLE, 1997, p. 123), era a “Passeata dos Cem Mil”, que tinha como objetivo exigir a “libertação dos colegas presos e protestar contra a repressão policial” (VALLE, 1997, p. 122). Essa passeata chamou atenção pela sua magnitude, foram mais de 100 mil pessoas que ocuparam as principais ruas da cidade do Rio de Janeiro manifestando toda a insatisfação contra a ditadura, o jornal Folha de São Paulo no dia seguinte do ato trouxe em suas páginas a seguinte colocação

O centro da cidade viveu ontem uma das maiores manifestações populares de sua história com a passeata dos estudantes, que contou com a participação dos mais diversos setores de atividade da população. Houve também apoio unanime dos escritórios que, na avenida Rio Branco, deixavam cair pelas janelas dos prédios uma chuva de papel picado, numa demonstração que só

teve precedente no desfile dos pracinhas da FEB em seu retorno da Itália (ACERVO FOLHA, 27/06/1968)³¹.

Foi um momento grandioso, em que lideranças estudantis, como Vladimir Palmeira³², se destacaram conduzindo discursos contundentes contra todo o cenário político institucional que o Brasil vivenciava. A postura de Palmeira também foi relatada nas páginas do Jornal Folha de São Paulo,

As manifestações de ontem deram a verdadeira direção de liderança exercida por Vladimir Palmeira. O que mais impressiona, entretanto, é a sua facilidade de comunicação com a massa. Falando de maneira simples, transformou todos os discursos que fez em verdadeiras explicações de estilo didático (ACERVO FOLHA, 27/06/1968).³³

Apesar de aglutinar centenas de milhares de pessoas, a passeata foi conduzida de maneira pacífica, não houve uma retaliação como se imaginava, pois era algo que, até então, não havia ocorrido, isto é, um ato dessa proporção. Fato é que “a Passeata dos Cem Mil criou um clima que deu a muita gente a impressão de que se aproximava uma nova fase de abertura democrática no Brasil” (SANTANA, 2019, p. 97).

Todavia, o clima não era de pacificação completa, muito menos de abertura política, o que se tinha era uma realidade na qual a repressão e a violência se tornavam cada vez mais sinônimos do governo Costa e Silva e, quando se relaciona esse cenário ao contexto estudantil, as próprias divergências entre os estudantes levariam a cenários de conflito, pois, como já foi ressaltado nesta pesquisa, o movimento estudantil e a própria juventude não possuía uma unidade, havia jovens que se colocaram a favor de toda a estrutura do Estado seguindo o discurso imposto desde o golpe, da “ameaça comunista”, e esse embate entre estudantes “governistas” e “oposicionistas” se tornou evidente quando ocorreu a “Batalha da Maria Antônia”.

A Batalha da Maria Antônia foi um enfrentamento entre estudantes de duas instituições de ensino superior da cidade de São Paulo, os da Faculdade de Filosofia da Universidade São Paulo (USP), estes militantes do ME progressista que se opunham à ditadura; e os estudantes da Universidade Presbiteriana Mackenzie, uma instituição de ensino que abrigava um conjunto

³¹ Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=2972&anchor=5186796&origem=busca&originURL=&pd=56925c7a7cfc2c9dffa2dcae99f1698>. Acesso em: 25 de janeiro de 2022.

³² Líder estudantil que, aos 23 anos, liderou a Passeata dos 100 Mil contra a ditadura, no dia 26 de junho de 1968, na cidade do Rio de Janeiro. À época, era presidente da União Metropolitana dos Estudantes (UME), entidade do antigo estado da Guanabara. (MEMÓRIAS DA DITADURA).

³³ Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=2972&anchor=5186796&origem=busca&originURL=&pd=56925c7a7cfc2c9dffa2dcae99f1698>. Acesso em: 25 de janeiro de 2022.

de estudantes conservadores, em especial, ligados ao CCC, fato que segundo (LIMA, 2020, p. 76) fez da instituição “uma das bases de operação do Comando de Caça aos Comunistas”.

Vale ressaltar que, nesse contexto estudantil, o CCC deve ser visto como um

(...) braço da repressão a serviço do regime no processo de limpeza dos estudantes “subversivos” do ambiente universitário. Nos manifestos dos partidos acadêmicos ligados a estudantes acusados de serem integrantes do CCC, eram utilizados, com frequência, verbos como purificar, limpar, eliminar, expressando a intenção de seus membros (LIMA, 2020, p. 55).

A batalha entre os estudantes dessas instituições durou dois dias – 2 e 3 de outubro de 1968 – o motivo inicial dessa batalha campal foi “a realização de um pedágio na manhã do dia 2 de outubro, por estudantes secundaristas, para angariar fundos para a realização do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes” (LIMA, 2020, p. 146), fato que levou os alunos membros do CCC da Mackenzie a agirem, primeiramente tentando impor um bloqueio junto à rua que estava sendo realizada a angariação desses fundos, essa ação levou ao início do conflito, marcado por uma brutal violência com uso de coquetéis Molotov, rojões, uso de armas de fogo, queima de veículos, foram dezenas de alunos feridos, outros detidos e no fim ainda ocorreu a morte de um secundarista, José Guimarães. O fim desse embate foi descrito pela Folha de São Paulo da seguinte forma

Um secundarista de 20 anos morto com um tiro na cabeça, três universitários feridos a bala e mais uma dezena com ferimentos resultantes de pedradas, além do incêndio de 5 carros do governo estadual, e pelo menos 30 presos, esse o saldo da batalha campal travada ontem, durante 10 horas, entre os alunos da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da USP, na rua Maria Antônia (ACERVO FOLHA, 04/10/1968, p. 12).³⁴

A batalha entre os estudantes da Faculdade de Filosofia da USP e dos membros do CCC da Mackenzie deixa claro que as ações políticas estudantis não seguiam uma perspectiva de unidade, simbolizando uma clara distinção nas ideias desses jovens que estavam inseridos no contexto político do país naquele instante. O fato é que essa batalha tem de ser vista, como expressa (LIMA, 2020, p. 155), como “um golpe para os estudantes que se organizavam e lutavam contra o regime”, além de esta não ter sido a última ação violenta contra esse grupo de estudantes, eles ainda tiveram de enfrentar uma ação policial que levou à prisão centenas de jovens, no XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes de Ibiúna.

³⁴ Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=3071&anchor=5167057&origem=busca&originURL=>. Acesso em 25 de janeiro de 2022.

A UNE, desde o golpe, se tornou alvo direto de retaliações do governo militar, obrigando a entidade a se colocar perante a perspectiva da ilegalidade, já não havia espaço e condições políticas para atuar enquanto uma representação legal dos estudantes, era uma situação de plena vigilância e opressão, mas isso não cerceou o posicionamento político de seus membros que buscaram manter a organização e a atuação política promovendo atos e congressos estudantis de forma clandestina.

Em 1968, mesmo com toda repressão já vigente do governo Costa e Silva, os estudantes que tinham ligação com a UNE e outras entidades estudantis de esquerda se reuniram para promover o Congresso de Ibiúna, no intuito “eleger a nova diretoria da entidade máxima dos estudantes e discutir os novos encaminhamentos políticos do movimento estudantil” (SANTANA, 2019, p. 100). No entanto, assim que a enorme movimentação de jovens pela cidade de Ibiúna começou a se intensificar, chamou a atenção da população e das autoridades locais, passando a impor uma suspeita de que naquele momento os estudantes estavam se reunindo em um evento político de grande proporção. Logo, forças policiais foram acionadas e deslocadas para a cidade iniciando uma ação que daria fim ao encontro e executaria centenas de prisões.

A ação policial foi destacada na capa do jornal Folha de São Paulo dia 13 de dezembro de 1968, com o título “Congresso da UNE: todos presos” e logo abaixo apresentava o seguinte texto:

Cerca de mil estudantes que participavam do XXX Congresso da UNE iniciado clandestinamente num sítio de Ibiúna no Sul do Estado, foram presos ontem de manhã por soldados da Força Pública e policiais do DOPS. Estes chegaram sem serem apresentados e não encontraram resistência. Toda liderança do movimento universitário foi presa: José Dirceu, presidente da UEE, Luis Travassos, presidente da UNE, Vladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana de Estudantes e Antônio Guilherme (...) presidente da União Paulista dos Estudantes secundaristas entre outros (ACERVO FOLHA, 13/10/1968, p. 1).³⁵

O trecho da reportagem da Folha deixa claro o quanto as forças policiais e as instâncias governamentais estavam dispostas a neutralizar a atuação desses estudantes, já que o deslocamento de um agrupamento policial repressivo de grande proporção para a cidade foi evidente e agiu de forma coordenada inibindo a possibilidade de os jovens reagirem, ocasionado a prisão de muitos deles, em especial, de lideranças estudantis significativas, o que poderia ser visto como uma ação final para a desarticulação política das entidades estudantis, que, sem a

³⁵ Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=3080&anchor=5168040&origem=busca&originURL=>. Acesso em 25 de janeiro de 2022.

presença dos seus líderes, levados para o DOPS, tornava praticamente impossível uma reação. No entanto, segundo (SANTANA, 2019)

os presos de Ibiúna deram sequência à luta dentro da prisão. Fizeram greve de fome para quebrar a falta de comunicação, conquista adquirida após dois dias, definiram um discurso comum para responder aos interrogatórios e realizaram debates políticos sobre a continuidade do encontro interrompido. Três propostas foram definidas: chamar eleições diretas, fazer um novo Congresso ou realizar congressos regionais (SANTANA, 2019, p. 101).

Contudo, as ações políticas contra o movimento estudantil se intensificaram com a instauração do Ato Institucional Número 5 (AI-5) e, posteriormente, com o Decreto-lei 477, como já foi demonstrado neste estudo, o que levou parcela desses estudantes oposicionistas a buscar novas formas de agir contra o Regime Militar, e uma das saídas encontradas foi ingressar na luta armada.

A luta armada no Brasil surgiu como uma alternativa oposicionista em um período que o cerco da repressão já neutralizava as ações idealizadas por operários, pela classe política e pelos estudantes. Não havia mais espaço para realizar efetivamente uma oposição institucionalizada, em especial no campo da esquerda e, nesse contexto, era preciso buscar uma outra realidade para se contrapor ao Regime Militar.

Todavia, essa contraposição ao regime não teria uma homogeneidade, pois os grupos e as organizações de esquerda, desde a efetivação do golpe, se posicionaram de forma distinta no que tange a uma posição contrária ao poder instituído, essa posição política das esquerdas é demonstrada da seguinte forma por (RIDENTI, 2014)

O PCB buscava alianças com a oposição legal e moderada, procurando “derrotar” politicamente o regime militar. Já a maioria dos demais grupos de esquerda, apesar das diferentes propostas, convergia na necessidade de “derrubar” a ditadura pelas armas (RIDENTI, 2014, p. 34).

Visualiza-se que havia um grupo político da esquerda, ligado ao PCB, que tendia a buscar uma solução pacífica, no campo político, no intuito de impor uma derrota aos militares, buscando um diálogo com outros agrupamentos políticos; enquanto outros militares e partidários da esquerda brasileira viam que a única alternativa efetiva que se tinha era se armar e iniciar um processo revolucionário. É nesse contexto que o ex-parlamentar do PCB, “Carlos Marighella, liderou os que criaram a Ação Libertadora Nacional (ALN), organização guerrilheira mais destacada, que se inspirava na revolução cubana” (RIDENTI, 2014, p. 32).

Nesse cenário de cerco às oposições de esquerda, uma parcela dos estudantes ingressou na luta armada que estava se constituindo. Essa adesão estudantil aos grupos guerrilheiros de

esquerda não seria algo dificultador, pois “muitos estudantes que já estavam integrados em organizações de esquerda buscavam um espaço de atuação em outros movimentos, como o operário e o camponês ou, em última instância, aderiram a luta armada” (SANTANA, 2019, p. 147). Para a jornalista e historiadora Flávia de Angelis Santana, a entrada desses jovens nos movimentos de guerrilha se fundamentava em três motivos essenciais, que seriam

(...) eles não acreditavam mais na possibilidade de a esquerda assumir o poder pela via pacífica e, portanto, não consideravam as discussões teóricas apropriadas para o momento, mas sim a prática, que devia surtir efeitos imediatos. Em segundo, os jovens se baseavam nas experiências de guerrilhas bem-sucedidas, como as de Cuba e da China, imaginando que o mesmo aconteceria no Brasil. Por último, o fechamento do regime, com a escalada repressiva contra o movimento estudantil e demais setores da sociedade, reforçou a ideia de que a única saída era a luta armada (SANTANA, 2019, p. 150).

E, assim, as guerrilhas foram ganhando adesão e iniciando as suas ações, divididas em diversos grupos, pois, novamente, não havia uma unidade, o que ocasionou a origem de diversos grupos, como a já citada Aliança Libertadora Nacional (ALN), Comandos de Libertação Nacional (Colina), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (Var-Palmares), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e Guerrilha do Araguaia, entre outras.

Uma das ações mais eminentes dessas guerrilhas, especialmente, daquelas que atuavam no meio urbano, foram os sequestros e assaltos, no intuito de angariar fundos para luta revolucionária e conquistar a libertação de presos políticos, principalmente, estudantes que tinham sido detidos pelo regime. Um desses atos ganhou notoriedade, o sequestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, capturado por jovens em uma ação realizada pela ALN e o MR-8 na cidade do Rio de Janeiro em setembro de 1969.

O sequestro do embaixador deve ser entendido como o primeiro grande ato das guerrilhas no Brasil, fato que é comentado por (SANTANA, 2019, p. 151) da seguinte forma

Esse foi o primeiro sequestro realizado por grupos armados na América Latina, atraindo a atenção do mundo inteiro para a luta armada no Brasil. O governo não só foi pego de surpresa como sofreu pressão dos Estados Unidos, não tendo, assim, outra alternativa senão atender às exigências dos grupos armados.

E uma das exigências feitas pelos membros dos grupos que organizaram o sequestro foi a libertação de presos políticos, entre esses, os seguintes estudantes: Wladimir Soares Palmeira, João Leonardo Silva Rocha, Ricardo Villa Boas Sá Rego, Mário Roberto Gualhardo Zaconato, Maria Augusta Carneiro Ribeiro, Luís Gonzaga Travassos da Rosa e José Dirceu de Oliveira e

Silva³⁶. A libertação desses jovens e demais presos foi autorizada após uma longa reunião de ministros do governo militar juntamente com o então chanceler brasileiro, Magalhães Pinto, que divulgou nota oficial do Itamaraty relatando o episódio e autorizando a libertação e envio para o exterior dos nomes desejados pelos guerrilheiros. O trecho final da nota, publicada no Jornal Folha de São Paulo, traz as seguintes colocações:

O governo já autorizou a divulgação do manifesto e determinará a transferência para o exterior dos 15 detidos cujos nomes lhe forem indicados. Desse modo, recairá totalmente sobre os sequestradores a responsabilidade por qualquer dano incolumidade da pessoa do embaixador C. Burke Elbrick (ACERVO FOLHA, 06/09/1969, p. 3).

Foi uma vitória da luta armada, mas logo depois uma série de ações das forças de repressão se posicionaram diretamente na busca pela eliminação das ações de guerrilha, focando principalmente em ações contra as principais lideranças do movimento, o que culminou com a morte de Carlos Marighella, em novembro de 1969, em uma emboscada liderada pelo então delegado do DOPS-SP, Sérgio Fleury e, posteriormente, Carlos Lamarca, ex-capitão do exército e líder da VAR-Palmares, morto em setembro de 1971, além do sufocamento da Guerrilha do Araguaia por forças militares do exército, marinha e aeronáutica entre os anos de 1972 e 1974, “deixando mais de 50 militantes do PCdoB mortos, além de ter sido desencadeada uma repressão generalizada contra a população rural da região” (SANTANA, 2019, p. 156).

Dessa forma, a oposição armada com a presença de estudantes não surtiu o efeito esperado, a revolução não foi alcançada e o movimento estudantil oposicionista foi totalmente sufocado, deixando um hiato de uma oposição nesse contexto de maior autoritarismo por parte do governo e, assim, o movimento estudantil só voltaria a se reorganizar na segunda metade da década de 1970, momento que o país já vivia uma perspectiva de abertura política “lenta, segura, gradual e restrita”, fato que analisaremos no último tópico desse capítulo. Em seguida, analisaremos o desenvolvimento do movimento estudantil secundarista no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte.

2.5 O Movimento Estudantil no Estadual Central

Como foi dito anteriormente, o movimento estudantil que se propôs a se opor ao regime político imposto pós 1964 passou a vivenciar de forma imediata as ações repressivas. Assim,

³⁶ Lista divulgada no jornal Folha de São Paulo no dia 06 de setembro de 1969. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=3408&anchor=5165153&origem=busca&originURL=&pd=792eb1cbd2f4d362f0fec7fa5f329dba>. Acesso em: 27 de janeiro de 2022.

foi preciso fazer dessa situação o fundamento para conduzir uma nova dinamização do movimento, se posicionar enquanto oposição era fundamental. E, quando se pensa em um movimento estudantil secundarista de oposição nesse contexto na cidade de Belo Horizonte, logo se pensa no movimento estudantil secundarista do Colégio Estadual Central, local de grande agitação política estudantil e que, durante a Ditadura Civil-Militar, se tornou referência não somente pela sua qualidade de ensino, mas também por ser um local onde era possível observar parcela de uma juventude que se posicionaram contrários ao regime repressor que passava a se colocar no país.

O Colégio Estadual Central foi inaugurado em Belo Horizonte no ano de 1943 para ser símbolo de uma nova capital que ainda buscava se estabelecer como centro urbano de grande relevância no cenário nacional. Isso fica claro nas palavras de (GOUVÊA; LISBOA, 2016, p. 265) ao afirmarem que “o Colégio Estadual foi um dos ousados projetos do jovem arquiteto Oscar Niemeyer para a cidade de Belo Horizonte, juntamente com o Complexo Arquitetônico da Pampulha”, ou seja, a imponência do Estadual Central já começava por sua magnitude e simbologia arquitetônica voltada para ideia de um espaço moderno.

Assim, a inauguração da nova sede da instituição trouxe um ar de modernidade à capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, uma cidade planejada no final do século XIX, que simbolizava um novo momento para a história do país e, quando o Estadual Central foi inaugurado, trouxe consigo essa aspiração e isso fica evidente na sua própria estrutura física que alude a elementos que compõem o dia a dia da estrutura escolar. A obra simboliza a escola em seus detalhes. Essa concepção física da escola é detalhada por (TEIXEIRA, 2019) da seguinte forma:

O Colégio Estadual é formado por um conjunto de três edifícios: um abrigando as salas de aulas e a administração; o outro, o auditório; e o terceiro, a caixa d'água e o mastro. O auditório tem a forma de duas curvas simétricas-convexa na abertura e côncava no piso, apoiando-se a obra no ponto em que a curva côncava tangencia o solo, um verdadeiro mata-borrão (TEIXEIRA, 2019, p. 157).

Outra ideia que a obra do Colégio trazia era a de integrar a instituição de ensino à cidade, fazer daquele espaço um local de socialização e liberdade. Essa ideia parte da própria concepção de Oscar Niemeyer, que pensa as suas obras não como espaço individualizado, mas sim com ares de coletividade. Dessa forma, a marca do Estadual foi não ter muros, o que segundo (TEIXEIRA, 2019, p. 160) representa “a integração da escola com a cidade e o trânsito dos alunos”.

No entanto, a escola sem muros não aludia apenas à ideia de um local de livre circulação e de integração com a cidade, também se colocava como um modelo de construção pedagógica, em que a liberdade era fundamento essencial para o desenvolvimento de práticas educativas e garantia de um plano de ensino-aprendizagem, pois os alunos tinham liberdade, não se viam presos entre muros na obrigação de estar ali, os alunos viviam uma liberdade no que diz respeito às suas obrigações escolares, o que passou a ser denominada na instituição de “liberdade responsabilizada”, que para (TEIXEIRA, 2019, p. 177) significava “o princípio pedagógico básico adotado no (...) principal estabelecimento de ensino secundário (...) de Belo Horizonte”. Diante desse princípio, (TEIXEIRA, 2019) ainda expressa que:

O aluno seria levado a valorizar o estudo e a refletir por si próprio, daí constantes apelos ao trabalho pessoal, livre e voluntário. O velho sistema da recompensa material, punição corporal, foi sendo trocado pelas estratégias da responsabilização direta (TEIXEIRA, 2019, p. 181).

A posição da escola em garantir a liberdade do ensino aos alunos ficou denominada “autogoverno”, era algo inovador que remetia à própria posição da escola diante da sociedade belo horizontina; uma escola que não se posicionava enquanto um espaço fechado e que não tinha um modelo de ensino moldado na rigidez e arbitrariedade de uma posição educativa, oferecendo ao aluno uma liberdade regulada, onde o aluno é livre, mas pode sofrer consequências, caso não saiba fazer uso correto dessa liberdade.

Ainda sobre a ideia do “autogoverno”, esse conceito se baseia na autonomia vivida pelos alunos no que tange o desenvolvimento de seu processo de ensino-aprendizagem. (TEIXEIRA, 2019) complementa afirmando que:

O regime da autonomia ou do *self-government* (...) libertava o aluno da tutela pessoal do adulto e também da tradicional correia disciplinar, porque a colocava sob a tutela de sua própria consciência moral (...). O autocontrole era visto como qualidade essencial que deve possuir cidadãos de um regime democrático (TEIXEIRA, 2019, p. 182).

É nesse ambiente, que remetia a um padrão de liberdade, que se formou um dos movimentos estudantis secundaristas mais relevantes da cidade de Belo Horizonte. Foi sob as aspirações da liberdade que uma parte dos estudantes do Estadual Central se posicionava em relação às demandas políticas e educacionais que se faziam pertinentes na sociedade, tornando a escola um dos palcos de maior intensidade política estudantil. Segundo (GOUVÊA, LISBOA, 2016):

Os alunos tinham no colégio intenso espaço de formação e atuação política, que ultrapassava o cotidiano escolar. Estavam em contato com diversas outras entidades, como o Diretório Estudantil do Colégio Municipal de Belo Horizonte e a União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Belo Horizonte (UMES) (GOUVÊA, LISBOA, 2016, p. 277).

A proximidade dos alunos do Estadual Central com as demais entidades estudantis fomentava ainda mais a politização desses alunos. Situação que acabou colocando a instituição em rota de vigilância por parte das autoridades policiais, principalmente com a consolidação do aparelho de repressão constituído pela Ditadura Civil-Militar.

Até a deposição de João Goulart, o movimento estudantil do Estadual Central se inseriu em um contexto de mobilização estudantil que já se encontrava em desenvolvimento na cidade, havendo uma interligação com jovens de outras instituições de ensino, fossem estas secundárias ou universitárias. Foi nessa realidade que o movimento estudantil do Central se constituiu, como retrata (TEIXEIRA, 2019) na seguinte passagem:

(...) diretório estudantil; a JEC (Juventude Estudantil Católica); os cineclubes; ou mesmo a filiação a algum partido político. Em termos de política estudantil, as entidades representativas dos alunos secundaristas eram atuantes e organizadas na cidade e não apenas entre os alunos do Colégio Estadual (...) (TEIXEIRA, 2019, p. 214).

Era um movimento estudantil que trazia consigo toda uma amplitude ideológica e identitária, os jovens que estavam vivendo esse momento no Estadual Central simbolizavam a essência da luta e organização estudantil na cidade, mas veio o Golpe Civil-Militar de 1964 e todo esse panorama se modificou a partir de então. Aquele movimento que se organizava e que se posicionava sofreria com as ações repressivas instantâneas impostas pelo governo que se iniciava, o autoritarismo recairia sobre aqueles jovens secundaristas, que perceberiam que era momento de mudar a postura e intensificar a luta contra todo espaço autoritário.

Uma das primeiras ações repressivas voltadas contra o movimento estudantil no Estadual Central pós-golpe de 1964 foi a tomada do poder do chamado Diretório dos Estudantes, organização na qual os secundaristas da instituição se organizavam enquanto movimento. Esse diretório, segundo (MORAES, 2014, p. 17), “ocuparia, gradualmente, o prosaetrio da instituição, foco de intensa politização”. A intervenção idealizada sobre esse diretório, nas palavras ainda de Moraes, ocorreu da seguinte forma:

Mais rápido, porém, do que se imaginava, os ecos do golpe perpetrado pelos militares se fizeram soar no Colégio Estadual. Ambivalente e complacente, o novo reitor, escolhido pela congregação, lavou as mãos quando, em nome da Junta Interventora das Entidades Representativas dos Estudantes de Grau Médio do Estado de Minas Gerais, efetivou a tomada do poder do DE (MORAES, 2014, p. 47).

Assim como ocorreu no âmbito nacional, a representação estudantil do Estadual Central logo se tornou vítima do aparelho repressivo, o que ocorreu com o DE do colégio era apenas a sequência de ações que já tinham atacado a UNE e a UBES, as principais entidades estudantis do país, demonstrando que os estudantes eram realmente vistos como uma ameaça eminente para a ordem política.

Com o ataque sofrido junto do DE, os estudantes do Central tiveram de se reorganizar e buscar novos caminhos para se posicionarem em oposição a todas as arbitrariedades impostas pelo governo. Desse modo, sem uma representação estudantil legalizada, os estudantes decidiram organizar atos contrários a toda a situação política que vivenciavam, e o movimento estudantil passou a se aproximar de organizações políticas diversas que, segundo (TEIXEIRA, 2019, p. 210), “passam a atuar de forma clandestina dentro da própria escola”. E, segundo (MORAES, 2014), o que se observa é:

(...) grupos políticos do colégio montaram seu xadrez ideológico. Dentro do espectro reinava hegemônica a Ação Popular (AP), formada em 1962 a partir de uma ruptura da Juventude Universitária Católica (JUC) com a hierarquia eclesiástica. Dividida a arena com outras duas facções de esquerda, o proscrito Partido Comunista Brasileiro, o Partidão, e a Organização Marxista Revolucionária – Política Operária (Polop), permeadas por sutis diferenças na atuação prática de cada uma (MORAES, 2014, p. 51).

Era uma riqueza ideológica e, nesse cenário, os estudantes foram se readaptando a situações políticas que lhes eram colocadas e construindo um movimento oposicionista dentro da instituição de ensino.

É nesse contexto, que havia se estabelecido no pós-golpe, que lideranças estudantis do Estadual Central, como Apolo Heringer Lisboa, Ageu Heringer, Fernando Pimentel, Dilma Vana Rousseff, Borges Martins, Pedro Moreira Machado, Caio Júlio Resende, Carla Junho Anastasia, entre outros (MORAES, 2014) aparecem para deixar seu nome marcado na história política estudantil da instituição e, assim, o movimento vai se reorganizando perante a realidade política que o país vivenciava.

Dessa forma, seguindo as movimentações idealizadas pela UNE e, posteriormente, pela UBES, os jovens do Central começaram a participar de todas as ações idealizadas na cidade. E quando ocorreu a prisão de estudantes durante o 28º Congresso da UNE na cidade, em 1966, o movimento estudantil da instituição não se posicionou de maneira isenta e logo buscou meios de protestar contra o ocorrido. De acordo com (MORAES, 2014):

Decidiu-se, então, numa reação temerária e sem maior ingerência da cúpula do DE, por uma passeata silenciosa na manhã do dia seguinte em frente ao

Departamento de Vigilância Social, pouco antes desse se transformar no Departamento de Ordem Política e Social, o temido DOPS, reivindicando a libertação imediata dos presos (MORAES, 2014, p. 59).

A ação dos estudantes do Central demonstrou a sintonia que o movimento da instituição possuía com as entidades nacionais e estaduais, confirmando a postura política que parte dos secundaristas do colégio tiveram em relação a ações que se referiam à posição dos estudantes junto à sociedade, mesmo que estas não surtissem os efeitos esperados, como no caso desse ato contrário à prisão dos estudantes que participavam do Congresso da UNE, pois o que se sabe é que forças policiais agiram e colocaram fim ao ato de forma violenta, como descrito por Moraes em seu livro “Colégio Estadual”:

Claro que o desfecho não poderia ser diferente. Terminou em confronto e espancamento dos alunos pelas forças policiais, que só não atingiu maiores proporções em função do canal a céu aberto existente naquele tempo na Avenida Afonso Pena, diante do órgão, que funcionou como barreira de proteção (MORAES, 2014, p. 57).

Nos dias subsequentes ao ocorrido em Belo Horizonte, o movimento estudantil buscou – de forma clandestina – organizar o evento até então reprimido pela polícia e por forças governamentais. O evento ocorreu no fim de julho, nos salões do porão da Igreja de São Francisco das Chagas, no bairro do Carlos Prates, mesmo cercado por uma força policial.

Seguindo o padrão de reorganização institucional, que já remetia primeiramente à UNE e logo depois à UBES, o movimento estudantil do Estadual Central também buscou reocupar o controle do Diretório Estudantil, mesmo que esse órgão não fosse visto mais sob a perspectiva da legalidade. Nesse contexto de grande agitação estudantil, a proposta foi organizar um evento, na própria escola, com o objetivo de eleger uma nova diretoria para o DE. Na disputa foram colocadas duas chapas ligadas a movimentos e partidos políticos de esquerda. As chapas foram compostas da seguinte forma:

De um lado, a União, apoiada pela Polop, e o Partidão, tendo Ageu Heringer Lisboa e Amilcar Vianna Martins na condição de mentores e Marco Antônio Meyer como AP, tendo Antônio Luiz Bernardes, o Padre, no manejo dos cordéis e José Sebastião Fernandes, o Tião, na cabeça de chapa, que contava ainda com Carla Anastasia (MORAES, 2014, p. 59-60).

Ao realizar as eleições, os estudantes demonstravam definitivamente que o movimento estudantil do Colégio traria consigo concepções ideológicas de esquerda, o processo culminou com a vitória da chapa União, que assumiria desde então o comando das ações estudantis na escola até o fechamento definitivo da Ditadura Civil-Militar com o Ato Institucional Número 5

e com o Decreto-lei 477, ou seja, a União foi o último agrupamento político a comandar a oposição estudantil do Central, mesmo na clandestinidade.

Logo empossada, a nova diretoria do DE já assumia uma postura de reivindicações internas, ou seja, no âmbito da própria dinâmica institucional do colégio, sendo que essas já estavam sendo detalhadas ainda dentro do período de campanha das chapas. Assim, novamente nas palavras de (MORAES, 2014):

A nova diretoria do DE começou a colocar suas mangas de fora (...) pregando a reabertura do conselho de representantes de turma, o reaparelhamento dos laboratórios, a melhoria da biblioteca, o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo diretório (barbearia, cooperativa, gabinete dentário e engraxataria) e uma lufada cultural através do seu departamento, cargo a ser ocupado por Amílcar (MORAES, 2014, p. 60).

Além dessas reivindicações estudantis, essa última diretoria do DE do Estadual também teria um importante papel no que diz respeito a manifestações contra a morte do secundarista Edson Luís, na cidade do Rio de Janeiro.

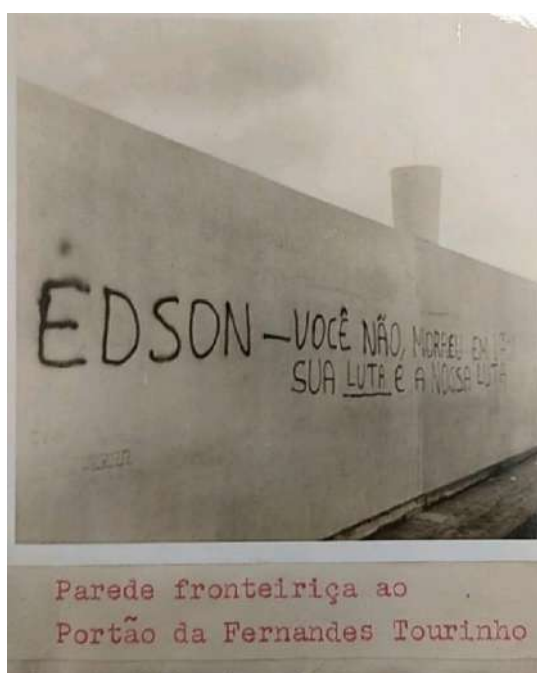
As manifestações dos estudantes contra a morte do colega Edson Luís em Belo Horizonte iniciou com a organização de uma passeata que acabou sendo reprimida por agentes da polícia e do DOPS. No Estadual Central, os secundaristas que compunham o movimento estudantil da instituição decidiram fazer uma “ocupação na noite que seria comemorado o quarto aniversário da “revolução”, esse ato se estenderia noite afora e no dia seguinte, quando o quarteirão seguiu cercado por forças e agentes policiais dispostos a acabar com o motim” (MORAES, 2014). O posicionamento dos estudantes do Estadual Central neste ato pode ser observado nas fotos a seguir, realizadas por uma sindicância aberta pela escola para investigar os alunos envolvidos no protesto.

Figuras 5 e 6 – Pichações feitas pelos estudantes do Estadual Central em protesto contra a morte de Edson Luís.



Fonte: Acervo Documental do Estadual Central – Pasta de Sindicância ano de 1968.

Figura 7 – Pichação feita pelos secundaristas do Estadual Central em memória à Edson Luís, morto no restaurante do Calabouço por forças policiais na cidade do Rio de Janeiro.



Fonte: Acervo Documental do Estadual Central – Pasta de Sindicância ano de 1968.

Essa ação estudantil acabou se tornando alvo de uma investigação interna no colégio, como mencionado acima. Assim, em maio de 1968 foi instaurada uma sindicância, que, segundo documentação encontrada no acervo documental do Estadual Central, objetivava estabelecer uma investigação sobre

Os acontecimentos que passaram no Colégio, no dia 03/04/1968, quando o estabelecimento foi ocupado por elementos de diversas procedências, entre os quais alunos nossos. Esta Reitoria julga necessária a apuração não só da

extensão dos fatos ocorridos, como também as responsabilidades dos alunos do colégio (...) (ACERVO COLÉGIO ESTADUAL GOVERNADOR MILTON CAMPOS, 1968 – Pasta de sindicância sobre atos ocorridos em 1968 após a morte do estudante secundarista, Edson Luís).

No relatório final dessa sindicância, foi explanado que o ato ocorreu devido à “emoção, intenção de solidariedade, impulsos da adolescência, reflexo da inquietação estudantil nacional daqueles dias”³⁷. Mas, apesar de terem visualizado os atos enquanto um movimento originado dentro da esfera da emoção causada pela morte de Edson Luís, ficou determinado como infratores e participantes do ato os seguintes alunos: “Amílcar Viana Martins Filho, Marco Aurélio Barbosa de Miranda, Geraldo Paulo Magalhães Filho, Joel Jorge Filho e Paulo Roberto Viana Espeschit”. (ACERVO COLÉGIO ESTADUAL GOVERNADOR MILTON CAMPOS, 1968 - – Pasta de sindicância sobre atos ocorridos em 1968 após a morte do estudante secundarista, Edson Luís). Esses citados como envolvidos no ato acabaram recebendo pena mínima, como cita trecho abaixo:

Entretanto, por serem primários os infratores, pois nada está registrado na sua vida escolar em seu desabono, sugere a Comissão que lhe aplique a pena mínima da advertência, a ser feita por esta Reitoria (...). Sugerimos, data vênia, que Vossa Excelência mande registrar em arquivo próprio, existente na secretaria do Colégio, o fato de terem eles sido advertidos, e ainda, que deste acontecimento se dê ciência a seus pais ou responsáveis legais (ACERVO COLÉGIO ESTADUAL GOVERNADOR MILTON CAMPOS, 1968 - – Pasta de sindicância sobre atos ocorridos em 1968 após a morte do estudante secundarista, Edson Luís).

Apesar da punição ter sido mínima por parte da Reitoria do Estadual Central em relação ao ato em memória a morte de Edson Luís, ela demonstra que os estudantes da instituição que participavam do movimento estudantil estavam em congruência com demais movimentos estudantis de oposição ao Regime Militar. Denota-se, a partir daí, que o ME do Estadual estava inserido em um contexto maior, fazendo parte de uma mobilização que ganhava as ruas dos país naquele instante. As consequências por compor esse espaço chegariam com ações que paralisariam por um tempo as atividades do movimento no colégio, começando pela instituição do chamado Centro Cívico. Os Centros Cívicos são introduzidos nas instituições de ensino dentro contexto de implementação da disciplina Educação Moral e Cívica³⁸ e , dessa forma, estes passam a serem estimulados nos espaços escolares a partir da regulamentação do Decreto-lei nº 68.065 de 14 de janeiro de 1971, quando em seu artigo número 32 estabelece que

Nos estabelecimentos de qualquer nível de ensino, públicos e particulares, será estimulada a criação do Centro Cívico, o qual funcionará sob a assistência de um orientador, elemento docente designado pelo Diretor do estabelecimento, e com a diretoria eleita pelos alunos, destinado à centralização, no âmbito escolar, e à irradicação, na comunidade local, das atividades de Educação

³⁷ ACERVO COLÉGIO ESTADUAL GOVERNADOR MILTON CAMPOS, 1968.

³⁸ Disciplina introduzida no currículo escolar brasileiro a partir do Decreto-lei nº 869 de 12 de setembro de 1969.

Moral e Cívica, e à cooperação na formação ou aperfeiçoamento do caráter do educando (BRASIL, 1971).

Essa estrutura do Centro Cívico nas instituições de ensino é afirmada por Filgueiras, que em sua dissertação esclareceu que “ao centro cívico é atribuída maior importância e todos os estabelecimentos de ensino deveriam criar o seu. O diretor do estabelecimento designaria um professor para ser o orientador do centro cívico. A diretoria seria eleita pelos alunos” (FILGUEIRAS, 2006, p. 84).

Sobre as funções que deveriam ser exercidas pelo centro cívico nas escolas, Filgueiras ainda nos traz a seguinte ideia: o Centro Cívico “deveria ser utilizado para treino, por meio das eleições de seus membros – aprender a montar uma chapa, elaborar um programa, votar. Reproduzindo parte da constituição de 1967, eram esclarecidos os principais direitos do cidadão brasileiro” (idem, p. 140). Essas questões que envolveram o centro cívico demonstram que o Governo Militar, tanto no intuito de neutralizar as ações do movimento estudantil de oposição nas instituições de ensino quanto de moldar uma juventude que atendesse aos seus anseios (conforme já explicitado anteriormente neste capítulo), encampava uma missão de fundamentar sobre o aluno brasileiro a perspectiva de *cidadania* que remetia aos desejos da Ditadura vigente, fazendo com que as representações estudantis “oficiais” tivessem um rígido controle por parte das direções escolares.

No Estadual Central, a partir da criação do Centro Cívico, o movimento estudantil, que já se encontrava em um momento de enfraquecimento, entrou conseqüentemente em um processo de desaparecimento. Assim como no contexto mais ampliado, estabeleceu-se um hiato, em que somente o Centro Cívico se destinou a ser uma representação dos estudantes no colégio. Devido ao controle imposto pela direção, nas palavras de Elian Guimarães em depoimento, o Centro Cívico era “[o] que substituíra o grêmio, eram muitos ligados à direção, só estavam ali para organizar festas cívicas” (Elian Guimaraes, entrevista, 2022).

A partir da criação do centro cívico na instituição e das imposições políticas legais decretadas pelo governo militar no intuito de neutralizar as ações do movimento estudantil, ficou difícil atuar de forma veemente em oposição ao regime, fato que colocou o ME do Estadual Central em uma posição totalmente adversa por um período, retornando a movimentar apenas no ano de 1977, quando é criada a Comissão Pró-grêmio no intuito de contrapor ao centro cívico e lutar por uma representatividade estudantil autônoma, fato que detalharemos no último tópico desse capítulo.

2.6 A reorganização do Movimento Estudantil

No momento que o general Ernesto Geisel assumia a presidência em 1974, no lugar de Médici, a ditadura militar brasileira iniciava uma nova fase que se convencionou chamar de distensão política, ou abertura, “lenta, segura e gradual”. Nesse momento, o governo militar vivenciava uma crise política e econômica, marcada pelo esfacelamento do chamado “Milagre Econômico”³⁹ e, ao mesmo tempo, via o MDB se rearticular como uma oposição institucionalizada sob o comando do parlamentar Ulysses Guimarães com o objetivo de ter um papel significativo nas eleições parlamentares do mesmo ano. Esse novo contexto é citado por (RIDENTI, 2014) da seguinte forma:

A tese de uma “transição lenta, gradual e segura” para a democracia começou a ganhar força entre os militares e seus aliados civis, mas eles consideravam também que os críticos mais radicais da ordem estabelecida deviam ficar sob controle ou até ser eliminados. (...) o general Ernesto Geisel (...) promoveu uma política de distensão, também denominada de “abertura política”, iniciando a transição democrática, que ainda duraria com avanços e recuos (RIDENTI, 2014, p. 38).

O que temos a partir desse instante é um governo que já não conseguia se manter totalmente à margem de uma repressão exacerbada, pois o país vivia uma nova realidade social, política e econômica, tendo de estabelecer uma nova posição política deliberando ações que demonstrassem que estavam dispostos a garantir a retomada a democracia, mas, ao mesmo tempo, não deixar que houvesse uma oposição radical que pudesse colocar em risco o poder ocupado pelos militares.

E essa posição fica clara no próprio discurso proferido por Geisel no momento que seu nome é confirmado como vencedor em votação indireta pelo Colégio Eleitoral. Nesse discurso, ele reafirmou que seus “deveres são todos com a Nação e que meu governo se realizará segundo o espírito que norteia a Revolução” (GEISEL, 1974)⁴⁰, ou seja, estava ali para manter a ordem institucional que se estabeleceu após o golpe de 1964. E, para isso, ainda em nesse discurso dissesse que em seu governo teria uma

Exemplar e pronta contenção de qualquer veleidade subversiva ou de qualquer ato de corrupção que venha ao conhecimento do Governo, resguardará, assim o creio, o ambiente de tranquilidade social, de estabilidade e de ordem

³⁹ Plano econômico que vigorou no Brasil entre os anos de 1967 a 1973, elaborado pelo então Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto, estabelecendo um crescimento médio e elevado sem precedentes em nossa economia, fruto de uma conjuntura econômica internacional favorável.

⁴⁰ Trecho de discurso de posse do General Ernesto Geisel proferido em 15 de janeiro de 1974. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1974/01.pdf/view>. Acesso em: 31 de janeiro de 2022.

indispensável à marcha ascensional do país e que cumpre às autoridades públicas assegurar como um dos seus mais indeclináveis, se bem penosos, deveres (GEISEL, 1974)⁴¹.

Pelo tom do seu primeiro discurso como Presidente, a ideia de abertura “lenta, segura e gradual” não existia, era um discurso voltado para as bases militares e que tinha o intuito de demonstrar claramente que o governo não toleraria ações subversivas e que estas seriam contidas, da forma que fosse necessário. Mas, no mesmo de 1974, a ideia de abertura aparece em um discurso proferido pelo presidente em um encontro com dirigentes da ARENA, partido que dava sustentação política ao Regime Militar. É nesse momento que, pela primeira vez, aparece o tema distensão, vejamos:

Erram — e erram gravemente, porém — os que pensam poder apressar esse processo pelo jogo de pressões manipuladas sobre a opinião pública e, através desta, contra o Governo. Tais pressões servirão, apenas, para provocar contrapressões de igual ou maior intensidade, invertendo-se o processo da lenta, gradativa e segura distensão, tal como se requer, para chegar-se a um clima de crescente polarização e radicalização intransigente, com apelo à irracionalidade emocional e à violência destruidora. E isso, eu lhes asseguro, o Governo não o permitirá (GEISEL, 1974).⁴²

Era esse o panorama político que havia no país, um processo de abertura que seguia o ritmo dos próprios generais, não era uma ação que remetia aos anseios diretos da população, era algo moldado pelos militares de uma forma que atendia aos seus objetivos, colocando o país numa dicotomia, na qual se via passos importantes em direção a um processo de abertura, mas, ao mesmo tempo, ocorria ações que mantinham a ordem repressiva peculiar da Ditadura.

Contudo, é ante essa realidade que as oposições voltam a se reorganizar, como o movimento estudantil, que se via estagnado desde que as ações repressivas do governo Médici sufocaram definitivamente as entidades estudantis e a própria Luta Armada, ou seja, é “a partir de 1974 que o movimento estudantil começou, lentamente, a sua reconstrução, realizando as primeiras reuniões nacionais da área e de greves localizadas e reivindicavam questões imediatas” (SANTANA, 2019, p. 197).

O primeiro passo dado pelos estudantes que estavam dispostos a atuar na oposição nesse momento da Ditadura civil-militar seria pensar meios de reestabelecer a legalidade das entidades estudantis e colocar em debate as principais pautas a serem defendidas pelo ME. A

⁴¹ Trecho de discurso de posse do General Ernesto Geisel proferido em 15 de janeiro de 1974. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1974/01.pdf/view>. Acesso em: 31 de janeiro de 2022

⁴² Trecho de discurso de posse do General Ernesto Geisel proferido em 29 de agosto de 1974. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1974/17.pdf/view>. Acesso em: 31 de janeiro de 2022.

partir desse ponto, não havia mais espaço para pensar em agir como anteriormente, era preciso ir além, era preciso criar um ambiente amplo onde os estudantes pudessem voltar às ruas e compor essa nova conjuntura oposicionista que estava se formando.

Quando se determinou a busca pela legalidade das entidades estudantis, os estudantes voltaram-se inicialmente para estabelecer um debate em torno da refundação da UNE, o que era visto como o primeiro passo para reorganizar o movimento estudantil e, dessa forma, ter uma representatividade de maior conotação nas ações políticas que encontravam-se em desenvolvimento na sociedade. Assim, estudantes de diversas correntes políticas de oposição ao regime militar decidiram organizar os chamados Encontros Nacionais dos Estudantes – ENE.

A realização dos ENE era vista como uma possibilidade de desencadear um debate em torno de como deveria ser conduzida a reorganização da UNE e, ao mesmo tempo, simbolizava a recolocação dos estudantes novamente no cenário político, pois, depois de terem suas ações cerceadas, era o momento de reocupar o espaço, aproveitando o contexto político que havia no país. Desse modo, em 1976, na cidade de Campinas, foi realizado o I ENE, a sua realização é explicada por (SANTANA, 2019) da seguinte maneira:

(...) contou com reduzida presença de entidades, bem como foi bastante tumultuado devido às divergências entre as diferentes tendências quanto aos critérios de participação. Sem contar que também não se sabia ao certo qual era a finalidade daquele encontro (SANTANA, 2019, p. 200).

Observa-se que, apesar da tentativa de se buscar um debate em torno da reorganização do movimento estudantil, em especial, da UNE, ainda havia dentro do próprio movimento certa desconfiança em relação a condução do processo, era algo que estava ainda incipiente, já que, depois de tanto tempo paralisado o movimento estudantil de oposição ao regime militar voltava a se posicionar em torno dos debates políticos, era preciso então ter um caminho comum a se estabelecer.

O debate é mantido e, no mesmo ano de 1976, ocorre a realização II ENE nas dependências da Universidade de São Paulo – USP. Esse evento, por sua vez, já teve uma participação mais abrangente e foi organizado com propósitos a serem debatidos: “organização do movimento estudantil; as lutas a serem travadas pelo ME; e as eleições municipais daquele ano” (SANTANA, 2019, p. 203).

Apesar de um início conturbado, os dois primeiros Encontros Nacionais dos Estudantes foram realizados e deixaram o recado: o movimento estudantil estava se reorganizando em prol de uma luta democrática, não iria mais se colocar em uma posição de inoperância, era o momento de retornar as ruas, ou como afirma (MULLER, 2016, p. 149) “era o início dos trabalhos para o estabelecimento da reorganização da UNE”.

Dados esses primeiros passos em direção à reorganização da UNE, a sociedade brasileira passou a vivenciar nesse contexto um novo panorama político, a distensão política continuava a seguir os passos que os militares desejavam. Ao mesmo tempo, as oposições iam se reestabelecendo e ganhando as ruas, tendo como destaque os estudantes e seu movimento oposicionista, que segundo (RIDENTI, 2014, p. 40), a partir de 1977, “ressurgiu em manifestações de rua, reivindicando liberdades democráticas”, fato que fortaleceria a busca pela reposição da UNE perante uma legalidade política.

Diante dessa nova realidade política que estava sendo posta, os militares buscaram meios para manter a configuração institucional que lhe era peculiar, era preciso neutralizar o avanço político de grupos oposicionistas, principalmente no campo político partidário, pois havia uma movimentação do MDB que enxergava as eleições parlamentares de 1978 como uma oportunidade para ganhar espaço e, assim, fazer uma oposição com maior contundência no legislativo, o que poderia fragilizar o regime militar.

Nesse sentido, a medida tomada pelos militares, no ano de 1977, foi instituir uma série de medidas políticas com o intuito de manter o controle, estas ficaram conhecidas como o Pacote de Abril, que para (RIDENTI, 2014) tem de ser visto como medidas que objetivam

(...) assegurar o controle do governo sobre o processo político e econômico
 (...) adotaram medidas como continuidade de eleições indiretas para os governos estaduais e federal, eleição indireta de um terço dos senadores – o que garantia colégios eleitorais com maioria da Arena – restrições a campanhas eleitorais no rádio e na televisão, e algumas cassações de parlamentares (RIDENTI, 2014, p. 38).

Todavia, as restrições políticas impostas pelo Pacote de Abril não neutralizaram a movimentação do ME em busca da reorganização da sua entidade máxima, a UNE, e foi em face a essa realidade que a cidade de Belo Horizonte receberia o III ENE, este seria realizado na Faculdade de Medicina da UFMG, porém, diferentemente dos anteriores, o evento não alcançaria os resultados esperados devido à repressão policial que foi imposta aos estudantes que ali se encontravam.

A realização do III ENE em Belo Horizonte propunha aprofundar as ações que levariam à efetividade da UNE enquanto uma representatividade legítima dos estudantes brasileiros. Nesse sentido, debates anteriores seriam colocados em pauta e um deles seria o estabelecimento da criação de uma Comissão Pró-UNE, que seria responsável por definir todo o processo de reconstrução da entidade. A criação dessa entidade, dentro da diversidade de ideias que havia no movimento estudantil, recebia o apoio de vários grupos políticos estudantis, em especial daqueles que englobavam a POLOP, que eram membros do “DCE da PUC-Rio, que desejavam

primeiramente fazer parte da Comissão Pró-UNE que deveria ser criada” (MULLER, 2016, p. 152).

Contudo, a movimentação realizada pelos estudantes e suas manifestações anteriores chamaram a atenção do governo militar, que passou a observar as ações estudantis de uma forma mais severa e, quando tiveram ciência de que os estudantes oposicionistas estavam prestes a realizar um evento de grande proporção, logo agiram e buscaram estabelecer a proibição da realização do evento na capital mineira. A proibição da realização do evento na UFMG partiu do Ministro da Educação, Ney Braga, que conforme (SANTANA, 2019)

(...) divulgou nota proibindo a realização do III ENE. O governador mineiro, Aureliano Chaves, mandou bloquear o acesso a todas as escolas da Faculdade de Medicina, que sediaria o encontro. O reitor da UFMG, Eduardo Osório Cisalpino, além de proibir o evento e ameaçar punir os estudantes de acordo com o estatuto da universidade caso utilizassem o diretório como local para o ENE, decretou recesso escolar e administrativo (...) (SANTANA, 2019, p. 205).

Governo mineiro, Ministério da Educação e administração da UFMG se uniram na intenção de impedir a realização do III ENE, essas instituições estavam empenhadas em fazer com que os estudantes não conseguissem levar adiante o evento como planejavam. Apesar de terem consigo acessar as dependências da Faculdade de Medicina, os discentes vivenciariam um dos aparatos mais repressivos montados nesse estágio da Ditadura, forças policiais tomaram as ruas da região hospitalar de Belo Horizonte e agiram de forma violenta com uma única finalidade, manter a ordem e impedir que os estudantes voltassem a ter uma entidade livre.

Ao final dessa operação repressiva, estabeleceu-se “850 prisões, incluindo 348 estudantes em vigília na Faculdade de Medicina e três jornalistas” (SANTANA, 2019, p. 205). O evento que marcaria um passo definitivo para consolidação da refundação da UNE foi neutralizado pela marca primordial do regime militar, pela violência exacerbada. Era um momento que o ME sofria não uma derrota definitiva, mas um abalo que não pararia o movimento, já que, após o episódio, esses estudantes se fortaleceram e perceberam que mais do que nunca a luta deveria continuar.

(MULLER, 2016, p. 153) descreve que, após a repressão imposta aos estudantes no III ENE em Belo Horizonte, estabeleceu-se em várias cidades “protestos contra a ação policial empreendida em Belo Horizonte e, em assembleias, houve propostas de redefinição do local do Encontro, que seria, mais uma vez, em São Paulo, em 21 de setembro”.

Ainda sobre o III ENE, é preciso destacar a participação dos secundaristas do Estadual Central, quando o evento foi conclamado a acontecer na cidade de Belo Horizonte, os

estudantes do Central que possuíam uma posição política oposicionista ao regime militar se mobilizaram juntamente com outros secundaristas da cidade, tendo a União Municipal dos Estudantes Secundaristas – UMES como mentora da mobilização no intuito de levá-los a participar do evento. Dessa forma, havia a pretensão de se criar um espaço para o estabelecimento de um processo de reorganização do próprio movimento estudantil secundarista.

Essa posição dos secundaristas pode ser verificada quando Jair Fonseca, ex-aluno do Estadual Central nos demonstra o seguinte ponto “nós, secundaristas participamos para em paralelo buscar a reconstrução da UBES, buscando realizar grandes reuniões preparatórias de estudantes, inclusive no colégio Estadual Central”. Dessa forma, os secundaristas do Estadual Central, com o apoio da UMES, foram participar do III ENE, mas a atuação deles ficaria restrita, como relata Geraldo Brescia, ex-aluno que atuou no ME do Central, visto que

quando a gente chegou na Faculdade de Medicina já estava tudo cercado, não conseguimos entrar, senão tínhamos sido presos, só tivemos a chance de correr da polícia no momento que baixavam o pau e prenderam todo mundo que estava lá dentro (GERALDO BRESCIA, entrevista, 2021).

Com a repressão policial imposta, muitos secundaristas se dispersaram, foi um dos aparatos policiais mais amplos que a cidade de Belo Horizonte vivenciou, como retrata Elian Guimarães: “a polícia cercou completamente, foi o maior aparato policial que eu já vi, a cidade parou, as pessoas não tinham acesso ao Pronto Socorro, a polícia não deixava passar ninguém”. Assim, os que se mantiveram naquele ambiente tiveram que atuar como intermediadores com os que estavam dentro da Faculdade de Medicina. Nesse sentido, os estudantes do Estadual Central compuseram um grupo que

Fazia a comunicação com os que estavam lá dentro e com quem se encontrava do lado de fora, levávamos comida e passamos a tentar negociar o desfecho, nos reunimos na igreja do Carmo⁴³ que tinha um padre bem progressista, o acesso à igreja era restrito, tínhamos uma senha “quem sabia rezar”, entrávamos e ali discutíamos a solução para aquele momento (ELIAN GUIMARÃES, entrevista, 2022).

A repressão estava posta, o evento totalmente cercado, assim como parte considerável da região central de Belo Horizonte e, nesse instante, o Estadual Central também passou a ser visto como local de mobilização estudantil, de modo que forças policiais foram enviadas para as redondezas da instituição, já que os estudantes se encontravam em reunião no colégio.

⁴³ Igreja localizada na R. Grão Mogol, 502 - Carmo, região centro-sul de Belo Horizonte.

A chegada das forças policiais ao Estadual Central é evidenciada por Ananias, ex-aluno da instituição, dessa maneira: “o colégio Estadual foi cercado pela polícia para evitar que saíssemos à rua; e lá ficamos até o meio da tarde quando fomos liberados”. Ou seja, havia um temor de que, após os episódios referentes à repressão dos presentes na Faculdade de Medicina, os demais estudantes se mobilizassem para tomar às ruas de Belo Horizonte em atos de protesto contra as prisões que estavam sendo executadas no contexto do III ENE, e o Estadual Central passava a ser visto como local estratégico pelos policiais, pois ali estava concentrado um grupo de secundaristas que eram vistos como possíveis mentores desses atos.

Entretanto, os episódios relacionados ao III ENE serviram de inspiração para os estudantes do Estadual Central seguirem em busca da reorganização de um movimento estudantil livre no interior do colégio uma vez que se

(...) visualizou a necessidade de terem esta iniciativa, devido à toda repressão que foi vivenciada na Faculdade de Medicina da UFMG, deixando claro o lado que estávamos, não era do lado da repressão, estávamos buscando uma discussão mais ampla e democrática (ELIAN GUIMARÃES, entrevista, 2022).

Seguindo o movimento que já havia no contexto nacional, os secundaristas do Estadual Central que presenciaram as ações ocorridas no III ENE se instigaram e decidiram criar uma Comissão Pró-Grêmio, que teria como principal objetivo “lutar pela representação livre dos estudantes, para criação de grêmios livres como ocorria antes da ditadura” (JAIR FONSECA, ex-aluno do Estadual Central).

Na época, no interior do colégio não havia uma representação livre que direcionava as demandas dos estudantes, o que se fazia presente era o Centro Cívico, que, como já relatamos, era totalmente controlado pela direção da escola, fato que, durante o fomento da Comissão Pró-Grêmio, se estabeleceu um embate direto entre ambas as representatividades, o que relataremos posteriormente neste estudo.

É nessa circunstância que esses jovens do Estadual Central decidem criar o jornal *Caminhando contra o vento* e, já nas primeiras edições, detalham qual seria o objetivo da Comissão Pró-Grêmio no que tange à reorganização do movimento estudantil livre dentro do colégio. Observemos:

Um dos objetivos da Comissão é organizar os estudantes para que a partir desta organização possamos chegar até o nosso objetivo maior que é a formação de um grêmio livre, eleito pelos estudantes em uma campanha sem censuras; este seria um grêmio realmente representativo dos estudantes, que lutaria pelos estudantes; que não poderia ter em hipótese alguma o controle da diretoria (...) (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1977, p. 2).

Ter uma representatividade livre era visto pelos membros da Comissão Pró-Grêmio como o primeiro passo para existir realmente no Estadual Central um movimento estudantil reorganizado e que atuasse em prol dos alunos, que não ficasse submisso às pressões e controle oriundos da direção. Era preciso, para isso, conquistar um espaço que remetesse diretamente à liberdade e à democracia.

E era preciso também ter esse espaço para que pudessem realmente se posicionar em relação às questões internas do colégio, bem como discutir pontos que faziam referência à participação política dos estudantes no contexto geral, seria um organismo que atuaria com propósitos específicos como é discriminado numa das edições do jornal *Caminhando contra o vento* do ano de 1978.

Os objetivos da comissão são basicamente a denúncia das péssimas condições de ensino (falta de laboratório, material didático, altas mensalidades etc.). Denúncia da falta de professores decorrente dos baixos salários que os mesmos recebiam, ajudar colegas na elevação de seu nível de consciência e, claro, conquistar, na luta, um grêmio livremente organizado e eleito pelos alunos (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1978, p. 4).

A Comissão Pró-Grêmio a partir desse instante passou a atuar de acordo com seus propósitos, mesmo tendo que conviver ainda com o espaço da repressão e com as retaliações que eram impostas pela direção escolar. É a partir desse momento que o jornal *Caminhando contra o vento* ganha magnitude, pois este será a voz desses estudantes que lutavam por essa liberdade, fato que detalharemos no último capítulo desta dissertação.

Passadas as tensões vivenciadas pelo ME em Belo Horizonte durante o III ENE, este acabou sendo realizado em outra localidade e instituição, o local escolhido foram as dependências da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e, ao final dos debates, chegou-se a um consenso: a manutenção da Comissão Pró-UNE que passaria a ter como principal objetivo “coordenar as lutas estudantis em nível nacional, fazer propaganda da história da UNE, promovendo o debate em torno de sua reconstrução, bem como organizar a realização do IV ENE” (MULLER, 2016, p. 154).

O IV ENE seria realizado no ano de 1978 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, com um panorama político totalmente diferente do que se encontrou em Belo Horizonte um ano atrás, não havia mais aquela tensão voltada para a repressão, os militares davam a impressão que tinham recuado no que diz respeito a impor ações contrárias ao ME, tanto é que (MULLER, 2016, p. 159) menciona que “os grandes esquemas de segurança e o cerco policial ficaram definitivamente para trás”.

Porém, o evento que culminaria com a refundação da UNE só aconteceria no ano de 1979, ano que alça à presidência da república mais um general, dessa vez, para ser o último a comandar o país na Ditadura Civil-Militar, João Batista Figueiredo. Eleito pelo colégio eleitoral de 1978, tendo como vice o ex-governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves, a chegada de Figueiredo à presidência era vista como oportunidade de seguir o processo de distensão que no governo anterior seguiu os passos almejados pelos militares. Agora, havia uma sociedade civil mobilizada em prol dessa abertura. O próprio presidente no dia de sua posse disse

(...) é meu propósito inabalável – dentro daqueles princípios – fazer deste país uma democracia (...) meu desejo de encontrar os jovens; com eles confraternizar; e com eles avançar democraticamente na construção da Pátria de nossos filhos e netos. É o que espero fazer, com ajuda de Deus e dos brasileiros⁴⁴.

Para o historiador e professor Marcelo Ridenti, o governo de João Batista Figueiredo tem de ser visto como aquele que

Promoveu a anistia dando uma resposta institucional para as mobilizações de oposição, conduziu a reforma política que buscava preservar um partido de sustentação do governo enquanto dividia a oposição. Encaminhou ao Congresso um projeto de reforma partidária que foi aprovado contra a vontade do MDB, este impôs o fim das legendas ARENA e MDB e definiu normas para a constituição de novos partidos, mas excluindo a possibilidade de legalização dos comunistas (RIDENTI, 2016).

Além dessas ações voltadas para o campo político institucional, o governo de João Batista Figueiredo, em agosto de 1979, promulgou a Lei nº 6680, que em seu artigo quinto estabeleceu a “revogação dos artigos 38 e 39 da Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968, o Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, e o Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969” (BRASIL, 1979). Todos esses dispositivos legais eram direcionados para manter o movimento estudantil cerceado e controlado pelos militares, ou seja, era o passo definitivo que faltava para se buscar a legalidade das entidades estudantis.

É nesse cenário político de abertura que os estudantes então voltam a se reunir para definitivamente estabelecer a refundação da UNE, o “Congresso da Reconstrução de 1979” aconteceria em Salvador com aval político do então governador do Estado da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, então aliado do governo militar, que autorizou a realização do evento no Centro de Convenções do Estado. Essa postura do governador pode ser interpretada como uma

⁴⁴ Trecho do discurso de posse de João Batista Figueiredo proferido em 15 de março de 1979. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jbfigueiredo/discursos/1979/01.pdf/view>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2022.

“atitude paradoxal, se pensarmos que foi uma atitude de um governador aliado e indicado pelo regime que proibia a reunião” (MULHER, 2016, p. 164).

O “Congresso da Reconstrução” foi grandioso e contou com a presença de diversos líderes estudantis de oposição, inclusive, antigos diretores que sofreram diretamente com a repressão imposta pelos militares, como José Serra, presidente da UNE quando o golpe de 1964 foi concretizado e que ficou responsável por conduzir o discurso de abertura do evento. Era um momento ímpar, pois esse encontro não deve ser visto apenas como aquele que levou à refundação da principal entidade estudantil do país, mas sim como um passo dado para manter a luta contra a Ditadura Civil-Militar. O evento para (MULLER, 2016) tinha como principal meta, além de conclamar a refundação da UNE,

(...) apresentar uma ideia hegemônica par nortear a entidade num momento em que vários movimentos sociais começaram a se organizar e a lutar pela bandeira das liberdades democráticas. (...) Os estudantes que lutaram pela reconstrução da UNE no plano nacional acreditavam que a associação era um canal vigoroso na luta pelo fim da ditadura (MULLER, 2016, p. 169).

Era o ápice do movimento estudantil desde que o regime militar foi imposto e que a democracia em nosso país foi restringida. Ao final do evento, os estudantes elegeram uma diretoria provisória composta por representantes de diversas universidades, estes ficariam na direção da UNE até que fosse convocado um novo encontro para se realizar uma eleição direta para composição de uma diretoria definitiva.

O processo que levou à refundação da UNE deve ser visto como um passo importante na luta contra o regime militar, deve ser analisado como o primeiro momento que um grupo de jovens volta a se reunir para conclamar a reposição de uma entidade de caráter nacional e que tem o poder de aglutinar uma parcela significativa dos estudantes brasileiros. Desse ponto em diante, o que viríamos seria rearticulação de demais movimentos sociais, que, com o tempo, ganhariam as ruas e conduziriam o Brasil novamente para democracia.

Dentro desse processo de reorganização, os estudantes, inclusive do Estadual Central, buscaram estratégias para recompor os seus movimentos estudantis e assim, retomarem as suas lutas, e uma dessas estratégias buscada por essa juventude foi a idealização de impressos estudantis, fato que destacaremos no próximo capítulo dessa dissertação, principalmente, no que refere ao objeto e fonte dessa pesquisa, o impresso, *Caminhando contra o vento*.

OS IMPRESSOS ESTUDANTIS NA DITADURA CIVIL-MILITAR: O CAMINHANDO CONTRA O VENTO

O objetivo deste capítulo, em um primeiro momento, é apresentar o papel desempenhado pela imprensa estudantil no contexto da Ditadura Civil-Militar para, em seguida, estabelecer uma análise do impresso estudantil *Caminhando contra o vento*, destacando os seus processos de criação e produção, bem como os enfrentamentos vivenciados junto à direção do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte. Por fim, estabeleceremos uma análise do conteúdo do jornal, evidenciando como se estabeleceu uma evolução dos temas tratados ao longo das edições analisadas neste estudo.

3.1 A Ditadura Civil-Militar e a Censura

Os militares, assim que alçaram o poder no Brasil em 1964, buscaram imediatamente estabelecer ações para que pudessem ter o controle político do país e cercar politicamente seus inimigos, isso levou à cassação de mandatos, à anulação de direitos políticos, à perseguição e repressão dos movimentos oposicionistas e à censura, que se tornaria um dos mecanismos repressivos fundamentais no contexto autoritário que o país vivenciaria a partir de então.

Censura que deve ser entendida como “(...) um ato político, independentemente de visar a questões morais ou a temas explicitamente políticos” (KUSHNIR *apud* FICO, 2002, p. 258). Sendo que, no contexto do regime político em questão, esse ato político voltou-se para essas duas realidades, mas direcionado com maior veemência para temas políticos, fazendo da imprensa, em especial, uma das vítimas constantes desse aparato repressivo.

Os mecanismos da censura, que envolviam polícia política, espionagem e propaganda, se colocaram como pilares básicos da repressão (FICO, 2019) em um momento em que era preciso criar ações para que se pudesse estabelecer um espaço de governança no qual os militares buscariam manter um controle político em nome de uma ordem que tinha por objetivo conter a ameaça comunista que, na narrativa destes, era o inimigo a ser combatido. No entanto, é preciso ter noção de que a censura no Brasil não é fruto da ditadura civil-militar como enfatiza (FICO, 2019) nos dizendo que o estabelecimento da censura não pode ser demarcado pelo regime militar, porque ela nunca deixou de existir no Brasil, ou seja, trata-se mais de uma adequação, não de uma criação, sendo a continuidade de um processo que já era utilizado no país, entretanto, agora com novas demandas e objetivos, sendo estes, nas palavras de Carvalho

(2014, p. 82), “uma das mais relevantes armas que o Estado detinha para enfrentar os inimigos na guerra permanente contra o avanço do comunismo em suas mais variadas formas”.

O temor que os militares possuíam era de que, por intermédio dos meios de comunicação, mensagens subversivas e críticas ao regime militar pudessem desestabilizar a ordem e neutralizar a revolução, daí a necessidade de impor um controle censório às atividades artísticas e aos veículos de comunicação que se colocassem em oposição ao governo, fato que colocaria em xeque a liberdade de imprensa e de expressão daí em diante.

É importante salientar que, nesse contexto, a imprensa teve um papel fundamental em ambos os lados, pois houve aquela imprensa que se posicionou e denunciou as atrocidades políticas que o golpe de 1964 cometia, mas houve também a imprensa que se posicionou favorável a todo o processo político autoritário que se desencadeou a partir do instante em que João Goulart era deposto da presidência. Essa posição da imprensa fica evidente quando o historiador Carlos Fico (2019, p. 28) esclarece que

(...) muitos veículos, por todo o Brasil, assumiram posturas pragmáticas ou de apoio ostensivo ao regime, o que tem sido por vezes chamado, genericamente, de “autocensura”, expressão que não revela todos os matizes do problema. Afinal, autocensura denota um comportamento de colaboracionismo, algo distinto dos procedimentos pragmáticos daqueles que pretendiam evitar problemas ou que seguiam as ordens da censura por receios diversos.

A postura então colaboracionista de certos veículos de comunicação fortaleceu o aparato da censura que pôde estabelecer seus principais alvos a partir da posição que seus editoriais tomavam em relação à situação política na qual se encontrava a sociedade brasileira naquele momento. Assim, foi criado todo um aparato para que a censura fosse colocada em prática e neutralizasse a divulgação de notícias e opiniões que não agradassem os militares.

Em relação a esse aparato censório imposto à imprensa, vale ressaltar que, legalmente, não havia qualquer dispositivo jurídico que remetesse à ação da censura prévia em veículos de comunicação, o que se tinha eram arranjos jurídicos baseados no Ato Institucional Número 5 e no Decreto-lei 1077/1970⁴⁵. Este último trazia consigo a ideia de censura, mas tratando de temas que atacassem a moral e os bons costumes, como é possível verificar em seus dois primeiros artigos:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.
Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e

⁴⁵ Decreto-lei nº 1077, de 26 de janeiro de 1970 que dispunha sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgado pelo então presidente da república, Emílio Garrastazu Médici.

periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior (BRASIL, 1970).

Nesses dispositivos jurídicos, não há menção alguma ao ato de impor censura à imprensa. Contudo, o regime militar idealizou politicamente essa ação criando uma estrutura político-policial voltada para essa demanda, de modo que a imprensa nacional passou a estar completamente sob um estado pleno de vigilância.

Sobre a estrutura censória à imprensa, (FICO, 2019, p. 27) detalha que ela “era feita pelo Setor de Imprensa do Gabinete (SIGAB) do diretor-geral do Departamento da Polícia Federal (DPF), que emitia listas de temas (...) proibidos ou telefonava para as redações represando essa informação”. Ainda nesse sentido, (CARVALHO, 2014) informa que

(...) a censura à imprensa foi operacionalizada mediante três mecanismos distintos: (I) presença de um censor na redação do veículo de imprensa; (II) envio de materiais para análise da polícia federal nas delegacias regionais ou em Brasília e (III) ordens emitidas por meio de bilhetinhos, telegramas e telefonemas indicando assuntos que não poderiam ser divulgados (CARVALHO, 2014, p. 84).

A censura no Brasil passaria a atuar de duas formas distintas: de um lado, teríamos uma censura política que “tinha por foco a divulgação de temas políticos em sentido estrito e não aspectos relacionados à proteção da moral dos bons costumes” (CARVALHO, 2014, p. 83); de outro lado, teríamos a censura de diversões públicas que eram previstas no Decreto-lei 1077/1970.

Com todo esse aparato de censura, os veículos de imprensa passaram a vivenciar a vigilância do regime militar em suas redações não apenas com a presença diária do censor, mas também com ações que cerceavam a liberdade de imprensa. Eram textos e edições inteiras sendo proibidas de circular; jornais e revistas que continham espaços vazios que remetiam ao impedimento de determinada reportagem ou texto de opinião. A imprensa, que sempre prezou pela sua liberdade, estava sob o controle do Estado repressor, era a imposição do silenciamento em prol da ordem vigente.

Diante dessa realidade, comunicar-se com o público era fundamental e, por isso, foi preciso criar meios de levar até a população uma imprensa que driblasse a censura e que pudesse fazer o papel que a imprensa tradicional não podia realizar. Com isso, diversos jornalistas, intelectuais e empresários colocaram para circular o que passou a se chamar de imprensa alternativa.

3.2 Os estudantes e seus impressos

Como já foi colocado neste estudo, o movimento estudantil, enquanto agrupamento político de oposição ao Regime Militar (RIDENTI, 2014), exerceu um papel fundamental no que tange ao posicionamento político de jovens que se colocavam contrários à dinâmica política em que se encontrava o país, se opondo e reivindicando o reestabelecimento da ordem democrática na sociedade. Muitos foram reprimidos e viram suas entidades postas na clandestinidade⁴⁶.

Não estamos, com isso, afirmando a existência de uma unidade no movimento, visto que ele não agrupava toda a juventude, mas sim afirmando que ele reunia aqueles que atuavam como oposição política ao Estado repressor e criavam diversas estratégias, ou seja, “(...) meios empregados para obter um fim, (...) para alcançar os objetivos” (CASTRO, 2016), entre os quais a publicação de impressos estudantis. A criação desses impressos por estudantes nesse período é analisada por (MULLER, 2016) da seguinte forma:

(...) a criação de um jornal pode ser encarada como um evento fundamental e mesmo fundador de uma determinada coletividade. (...) O jornal aparece então como instrumento para um engajamento político, uma estratégia para organizar a luta contra a ditadura (MULLER, 2016, p. 76-77).

Os jornais estudantis exerciam uma função dupla no período da Ditadura: funcionavam como estratégia de estudantes, universitários ou secundaristas para aglutinar e atrair alunos dispostos a empreender no movimento estudantil de oposição; e, ao mesmo tempo, funcionavam como espaço para levantar uma bandeira de engajamento político contrário a toda realidade que estava imposta, tanto no espaço educacional, devido a todas as ações empregadas pelo Regime, quanto no meio político institucional.

Entretanto, os impressos estudantis não foram institucionalizados no período da Ditadura Civil-Militar, é importante dizer que eles sempre estiveram presentes na realidade política e social do país, em diferentes épocas, como porta-vozes de diversas juventudes, de modo que o momento de maior intensidade desses jornais foi entre os anos de 1930 e 1960, como ressaltado por Amaral:

É interessante salientar a profusão de impressos estudantis que circularam em várias cidades brasileiras entre as décadas de 1930 e 1960. A explicação para tal fato deve ser buscada no contexto brasileiro da época, em que é crescente a participação social e política dos estudantes (AMARAL, 2013, p. 124).

⁴⁶ As entidades estudantis como a UNE, UBES e as UMES atuaram na clandestinidade durante o período que o país esteve sob a tutela de governos militares, voltando a terem legalidade a partir dos finais dos anos de 1970, quando iniciou o processo de reorganização dessas entidades, em especial, da UNE.

A imprensa estudantil nesse momento era um instrumento de fundamentação política e espaço das indagações dos estudantes em relação a todo contexto sociopolítico que o país vivenciava (AQUINO, 2016; FILHO, 2017; SCHWETER, 2015). Contudo, com a chegada dos militares ao Poder e a imposição de dispositivos políticos – que fez do movimento estudantil, de postura oposicionista ao Regime, uma ameaça subversiva –, os impressos estudantis, assim como outros meios de comunicação, passaram a sofrer diretamente com a censura, que era uma forma de silenciar e impedir que ideias contrárias ao Regime fossem difundidas. Essa situação colocou o movimento estudantil em uma posição clandestina e, conseqüentemente, fez com que esses estudantes desenvolvessem uma imprensa dentro do mesmo *status* no qual se encontravam, ou seja, na clandestinidade.

A clandestinidade, no que tange à produção da imprensa estudantil da época, pode ser entendida nas palavras de (MULLER, 2016, p. 77) como um “(...) modo de recrutamento. Porém, mas que um simples recrutamento, um jornal permite um conagraçamento, uma possível união de indivíduos em prol de um determinado fim: denunciar e acabar com a ditadura (...)”, ou seja, por meio desse impresso, os estudantes contrários à Ditadura poderiam expressar seus posicionamentos e denunciar as arbitrariedades impostas pelo Regime, não somente no espaço educacional, mas no que remete a toda sociedade, fato que observamos quando analisamos o jornal *Caminhando contra o vento*, como veremos.

A clandestinidade era uma condição política e social que o movimento estudantil de oposição teve que vivenciar, além disso, no âmbito da imprensa estudantil, a censura também era evidente, fazendo com que esses jovens buscassem não apenas um meio de driblar a estrutura censória da Ditadura Civil-Militar, mas também de fazer desses impressos um meio de resistir ao aparato político imposto à sociedade brasileira. Sobre essa situação, (MULLER, 2016) argumenta que:

Com a censura imposta, os jornais estudantis tornaram-se veículos – mecanismo do cotidiano de transmissão de valores apregoados por diferentes grupos na tentativa de alcançar a massa estudantil – informativos da realidade e impulsionaram a criação de uma consciência de resistência contra o regime. O jornal, assim, além da própria ação da imprensa clandestina que pode ser caracterizada como um dispositivo de resistência passou a ter um valor simbólico que pode ser identificado na própria estruturação dos textos, muitas vezes dos subtextos, da linguagem metafórica utilizada no lugar das expressões abertas (MULLER, 2016, p. 79).

Era uma forma encontrada por esses jovens de reagir à repressão que os militares impunham ao país, um espaço de indagação e de resistência, o lugar no qual podiam expressar suas críticas ao sistema educacional e político do país, uma forma de aglutinar jovens de

diferentes matizes, mas com um único ideal, derrotar o regime militar e reestabelecer a ordem democrática, ou seja, fazer do jornal “instrumento de um engajamento político (...)” (MULLER, 2016, p.77).

E o movimento estudantil, mesmo com todo o cerceamento imposto, fez dos jornais um espaço de oposição ao Regime, mesmo estando sob a chancela de um governo que prendia, reprimia e torturava, o que não foi capaz de neutralizar a produção estudantil, tanto é que, como salienta (DAEFIOL, 2021, p. 5), “(...) a intensa produção estudantil na década de 1970 é uma demonstração de que o movimento estudantil continuou em plena atividade nos anos de chumbo. Os jornais estudantis eram o espaço de luta possível naquele momento”.

E foi nesse contexto político que os jovens do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, engajados na reconstrução do movimento estudantil de oposição e que compunham a denominada Comissão Pró-grêmio, buscavam a restituição de uma representatividade estudantil livre no interior do colégio. Foi na busca de um jornal estudantil que pudesse expressar os sentimentos e ser porta-voz desses alunos contra um contexto político e educacional e, ao mesmo tempo, pudesse aglutinar os estudantes em prol de uma única causa, que surgiu o *Caminhando contra o vento*, impresso estudantil que analisaremos adiante.

3.3. Os impressos alternativos como inspiração ao *Caminhando Contra o Vento*

A imprensa foi um dos setores que sofreram diretamente com a repressão estabelecida pela Ditadura civil-militar, tornando-se alvo da censura de forma constante. Além disso, as sedes de diversos jornais vivenciaram a intervenção militar de maneira concreta, sendo invadidas por forças policiais e submetidas a depredação e a prisões de jornalistas que simbolizavam de alguma forma uma ameaça para o governo.

Dessa forma, o trabalho livre da imprensa foi totalmente anulado, ficando jornais e demais veículos de comunicação sob a chancela do governo militar. Não se podia dizer o que se pensava, não havia espaço, portanto, para divulgação de matérias que pudessem simbolizar de alguma forma um afrontamento político ao regime, tampouco denunciar as atrocidades cometidas pela máquina da repressão, pois tudo era moldado para atender aos interesses daqueles que estavam no poder: era o silenciamento da imprensa tradicional.

É na presença dessa nova configuração da imprensa que diversos jornalistas, intelectuais e demais profissionais do campo da comunicação foram abandonando a imprensa tradicional, uma vez que não havia mais liberdade. Era preciso seguir se posicionando de forma contrária ao governo militar e, ao mesmo tempo, criar estratégias para evitar a censura e a repressão. É

nesse contexto que podemos ver a circulação daquilo que passamos a denominar de “imprensa alternativa”. Essa nova realidade, que levaria à efetivação de uma imprensa alternativa, é confirmada por Aguiar:

Uma massa crescente de jornalistas ficou privada de espaço para escrever o que queria, inclusive, em muitos casos, simplesmente o que sabia. Junto a esse fator, ou seja, a existência de recursos humanos disponíveis e insatisfeitos, acrescentaram-se facilidades técnicas crescentes (...) a informação era sistematicamente mutilada e construída de acordo com os interesses conservadores, em compensação, havia cada vez mais informação para tornar-se disponível, e de modo mais rápido e também mais barato (AGUIAR, 2012, n. p.)

O espaço estava aberto para o desenvolvimento de uma nova configuração de imprensa, mas é preciso ter ciência de que a imprensa alternativa não é fruto exclusivo do contexto político da ditadura civil-militar, pois, quando nos referimos a esse tipo de imprensa no Brasil, é possível situar o seu aparecimento no ano de 1808, quando aqui circulou o *Correio Braziliense*, impresso produzido em Londres sob a tutela de Hipólito José da Costa (AGUIAR, 2012).

Todavia, é durante o período do regime militar que a imprensa alternativa ganha importância e é remetida a uma posição política contrária a todo quadro político autoritário do país, constituindo-se como um espaço de liberdade para se produzir, contestar, estabelecer opiniões e levar até a população a verdadeira realidade da nação. Como ressalta (KUCINSKI, 2018), os jornais alternativos devem ser considerados como primeiro instrumento de resistência ou de uma revolução supostamente em marcha. Sobre esse meio de comunicação, Kucinski esclarece:

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade (KUCINSKI, 2018, p. 14).

Era esse espaço que jornalistas e intelectuais procuravam e era neles que produziam, de forma totalmente independente, trazendo diversos formatos carregados de mensagens e posicionamentos que iam de encontro à ditadura brasileira. Eles não tinham receio de se posicionar, mesmo sabendo que poderiam sofrer, de alguma forma, ações que colocariam em risco até mesmo a sua circulação, pois a censura e demais meios repressivos estavam postos na sociedade e qualquer pessoa, instituição ou entidade que se opusesse ao sistema não estaria livre dessa ação política.

Fato é que a censura prévia chegou às redações de importantes jornais alternativos, como *O Pasquim*, em meados de 1970, quando ela foi introduzida e as edições e textos dos jornais passaram a ser enviados, antecipadamente, para a Polícia Federal. Ele passou a ser visto pelos

militares no momento em que atingiu seu maior patamar de vendas como “um instrumento de grupos subversivos com o objetivo de destruir a família brasileira” (KUCINSKI, 2018, p. 214). Além da censura, outro episódio de repressão contra *O Pasquim* é descrito da seguinte forma por Kucinski

(...) policiais do Destacamento de Operações e Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) invadiram a redação de *O Pasquim* durante o fechamento de edição, prendendo todos os jornalistas presentes, menos Tarso de Castro, que conseguiu escapular pelo muro dos fundos e refugiar-se na casa do lado, um escritório, de onde continuou dirigindo o jornal clandestinamente (KUCINSKI, 2018, p. 216).

As ações sobre *O Pasquim* demonstram que, mesmo distante dos grandes conglomerados de mídia⁴⁷, os jornais alternativos devido à sua pujança oposicionista e crítica ao regime militar não ficaram avessos à repressão, pelo contrário, foram totalmente perseguidos e atingidos de forma veemente pela brutalidade política que regia o país. E essa perseguição aos alternativos faz total sentido se observarmos que esses impressos, sejam jornais, revistas ou tabloides, tinham uma mesma toada, que era a de se posicionar em favor da restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e de ser uma contingência do combate político-ideológico à ditadura (KUCINSKI, 2018).

Essa situação política fez com que os alternativos vivenciassem uma posição de inconstância no que tange às suas publicações, pois muitos deles foram totalmente proibidos de circular ou foram retirados à força de bancas de revistas, gerando um clima de perseguição e retaliação a estabelecimentos que os revendessem, ou seja, eles passaram a deixar de circular comercialmente, o que levou muitos a perderem totalmente a sua capacidade financeira de manutenção.

A esse respeito, Aguiar cita que isso os levou a vivenciarem uma realidade efêmera, já que eles “(...) surgem, duram relativamente pouco tempo, uns mais, outros menos, mas sempre estão de volta, e às vezes quando menos se espera”. (2012, n.p.). No entanto, muitos não voltavam, simplesmente desapareciam, principalmente quando já havia certa abertura política e um enfraquecimento da censura prévia, o que deu maior liberdade para os grandes veículos pertencentes a conglomerados. Ainda assim, os jornais alternativos deixaram a sua marca, foram sátiros, comunicativos, denunciaram, levantaram debates fundamentais para sociedade naquele instante, além disso foram de suma importância para que as esquerdas pudessem fazer

⁴⁷ Além do *O Pasquim*, outros impressos alternativos também passaram a serem alvos da censura e da repressão, entre esses destaca-se *Opinião*, *Movimento* e o *Em tempo* (KUCINSKI, 2018).

uso desse espaço para buscarem uma reorganização política em um contexto de autoritarismo (KUCINSKI, 2018).

A influência política dos alternativos fica notória quando trazemos a reflexão para o contexto do Colégio Estadual Central e seu movimento estudantil, pois, como relatam os ex-alunos entrevistados neste estudo, os jornais alternativos foram fonte de inspiração para que pudessem produzir o seu próprio impresso no interior dessa instituição. A respeito dessa inspiração na produção do jornal *Caminhando contra o vento*⁴⁸, Geraldo e Paulo, irmãos e ex-alunos do Colégio, assim comentam:

Era tudo muito inspirado no que a gente lia, *O Pasquim*, os jornais *Opinião* e *Movimento* (GERALDO BRESCIA, entrevista, 2021).
Os temas eram debatidos e eram escolhidos artigos que haviam circulado em outras publicações como *O Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Le Monde Diplomatique*, publicações acadêmicas e jornais do DCE e DAs da UFMG (PAULO BRESCIA, entrevista, 2022).

O que se observa é que os alternativos que circulavam no país foram primordiais para que houvesse uma nova possibilidade de se estabelecer uma mídia livre e independente, além de se colocarem como um mecanismo político de oposição à Ditadura civil-militar, na condição de porta-vozes de uma sociedade que vivia sob o temor da repressão.

Eles foram importantes para jovens contrários ao Regime, como os secundaristas do Estadual Central, que viram esse tipo de imprensa como inspiração na produção de um impresso estudantil que viria se contrapor à estrutura autoritária daquela Instituição e, também, da sociedade, além de ser uma oportunidade de poderem se expressar de forma crítica em relação à situação educacional do país e do Estadual. Ademais, eles também foram utilizados por docentes que possuíam uma posição contrária ao Regime Militar como material pedagógico na realização de atividades escolares, caracterizadas como subversivas. Essa “subversão” ocorria, segundo Elian Guimarães, nas aulas da disciplina Educação Moral e Cívica, quando a então professora

(...) pegava os textos dos jornais *Opinião* e *Movimento* e reproduzia por conta dela, distribuía para turma e dizia, vocês vão ler e na aula da semana que vem vamos discutir esses textos e aí ficava uma pessoa na porta para ver se o diretor estava vindo, aí deixávamos debaixo da carteira o livro aberto, mas na sala debatíamos os textos e se passasse alguém tirávamos o livro de imediato e colocava em cima da carteira, assim, tudo escondido (ELIAN GUIMARÃES, entrevista, 2022).

⁴⁸ Impresso estudantil produzido pelos estudantes secundaristas do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte membros da Comissão Pró-Grêmio, sobre o impresso, fonte e objeto desse estudo analisaremos no último capítulo desta dissertação.

O contato com os textos dos alternativos era constante, seja na construção da mobilização estudantil, seja em sala de aula quando ocorriam essas “atividades disfarçadas”, ajudando os secundaristas a terem uma noção concreta da realidade do país, oferecendo uma bagagem crítica para que eles pudessem se posicionar contrários à dinâmica política, autoritária e educacional no Estadual Central.

Contudo, esses alunos que se mobilizaram inicialmente a partir de 1977 em prol da constituição de um Grêmio Estudantil livre no Estadual Central passaram a usar o impresso estudantil *Caminhando contra o vento* como uma estratégia de mobilização e de contestação, como tantos outros estudantes no país, como veremos em seguida.

3.4. O Caminhando Contra o Vento

Como já dito, os impressos estudantis, ao longo do período da Ditadura Civil-Militar, exerceram uma importante função no que tange ao papel desempenhado por uma parcela dos estudantes, sejam estes universitários ou secundaristas, em relação ao posicionamento contrário ao contexto político imposto pelo regime de exceção que os militares sustentavam na sociedade brasileira. Esse tipo de impresso ganhou uma maior notoriedade a partir da década de 1970, momento no qual o movimento estudantil buscava a sua reorganização diante do contexto que remetia à ideia estabelecida durante o governo do General Geisel (1974-1979) de uma abertura política. É nesse contexto que os secundaristas do Estadual Central de Belo Horizonte se reorganizam para conquistar uma maior liberdade no interior do Colégio criando a Comissão Pró-Grêmio (CPG).

No ano de 1977, após os episódios de repressão do III ENE, na Faculdade de Medicina da UFMG, um grupo de estudantes do Estadual Central criou a CPG, buscando, imediatamente, construir algumas estratégias para mobilizar o corpo discente daquele Colégio em torno da causa que defendia. Dessa mobilização surgiu o porta-voz da Comissão, um impresso estudantil que recebeu o nome de *Caminhando contra o vento*, tendo sua primeira publicação já naquele mesmo ano.

3.4.1. A escolha do nome e os objetivos do jornal

Segundo o egresso Jair Fonseca, um dos criadores do Jornal que participou ativamente da produção da primeira edição, a escolha do nome se deu da seguinte forma:

Foi inspirado na canção de Caetano Veloso, no Tropicalismo, então veio a ideia de usar a canção “Alegria, Alegria”, “caminhando contra o vento”. Sendo curioso e significativo que, no caso, caminhando tem esse subtítulo... o nome era grande, mas era uma forma de aludir com uma metáfora, coisa muito típica da arte da ditadura, aludir à resistência, à oposição, indo contra o vento. Do caminhar em oposição a algo, uma alusão à ditadura (FONSECA, 2021).

Assim, o que percebemos, a partir da colocação de Jair, é que o nome do impresso representaria a construção de um jornal que se posicionaria de forma contrária às questões ligadas à Ditadura Civil-Militar, seja no espaço interno do Colégio, seja no contexto geral da sociedade. Era uma forma de demonstrar que parte dos estudantes do Estadual Central estava se colocando em oposição àquele Regime e que o impresso seria, portanto, uma forma de posicionamento crítico nesse espaço.

Para alguns dos estudantes que participaram do processo de criação do Jornal *Caminhando contra o vento*, a produção de um impresso próprio, dentro do Estadual Central, foi inspirada pela existência de um impresso secundarista em Belo Horizonte que englobava um leque maior de escolas, conforme destacou Geraldo Brescia ao comentar os motivos que os levaram a ter essa ideia: “(...) ter um jornal específico para o Central [era fundamental], porque a UMES-BH já tinha um, o *Roda Viva*⁴⁹. Então buscamos fazer um que fosse específico para ao Central. E que pegasse as questões próprias da escola”.

Elian Guimarães, também egresso do Central, esclarece um pouco mais essa questão, destacando:

(...) a gente começou a se organizar, tinha o jornal *Roda Viva* da UMES, era timidamente distribuído, era proibido e muito malvisto pelos próprios estudantes devido à campanha que era feita pela repressão, foi aí que percebemos a necessidade de se organizar e comunicar com um jornal próprio, específico do Estadual Central para tratar das nossas questões específicas (GUIMARÃES, 2021).

Em relação ao impresso *Roda Viva*, da UMES, este trazia em seu título uma menção direta à canção de Chico Buarque (1967) de mesmo nome, “usada para driblar a censura e conseguir criar a resistência sociopolítica por meio de sua voz” (MOTA E SILVA, 2021, p. 1). Durante a Ditadura Civil-Militar, diversos artistas brasileiros recorreram às artes para se colocar em oposição ao regime político, em especial, por meio de canções que traziam em suas letras mensagens contra o autoritarismo que estava sendo imposto em nossa sociedade. Nesse

⁴⁹ O jornal *Roda Viva*, produzido pela UMES/BH, era um impresso que englobava a demanda de uma luta mais ampla e envolvia outras instituições de ensino, como: Colégio Dom Silvério, Colégio Santa Dorotéia, Colégio Promove, Colégio Dom Cabral, entre outros. Três edições desse impresso nos foram repassadas por Geraldo Brescia.

contexto, além de Chico Buarque, podemos destacar: Gilberto Gil, Geraldo Vandré, Caetano Veloso entre outros.

Assim, os estudantes secundaristas do Estadual Central, membros da CPG, apresentaram à comunidade escolar o jornal *Caminhando contra o vento* que, logo em sua primeira edição, no ano de 1977, explicitava qual seria o seu objetivo inicial: “(...) criamos este jornal livre para questionar as proibições feitas às nossas atividades, manifestando nosso apoio ao protesto dos demais setores da sociedade, prejudicados nos seus interesses” (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1977, p. 2).

O que os estudantes estavam buscando com o impresso era demonstrar que no espaço educacional não havia liberdade, os secundaristas não podiam atuar de forma autônoma, tinham de seguir a cartilha imposta pela direção da escola, inibindo, assim, o desenvolvimento de atividades, como: manifestações e protestos contrários a situação política, social, econômica e educacional do país, além de se posicionarem em relação a questões internas do próprio Colégio.

Ao refletir sobre a utilização dos jornais pelos estudantes à época, Elian Guimarães reconhece o seu uso político e, no caso do impresso do Colégio, destaca como ele seria usado para dar visibilidade ao posicionamento dos estudantes diante da política educacional daquele governo, em especial ao fechamento dos grêmios:

O jornal era uma ferramenta comum à época que os movimentos de resistência à ditadura e à censura se utilizavam para comunicar as suas propostas. No caso do *Caminhando contra o vento*, foi a forma encontrada para dar visibilidade aos movimentos de recuperação do grêmio livre, entidade fechada pelas forças repressivas e substituídas por centros cívicos controlados e coordenados por professores ligados à repressão de Estado (GUIMARÃES, 2021).

Trata-se, portanto, da criação de um instrumento de contestação das medidas adotadas pelo governo no âmbito da educação, em especial, da anulação das liberdades das entidades estudantis que culminou com a criação dos Centros Cívicos, o que é corroborado nas palavras de Paulo Brescia:

O objetivo inicial era trazer para perto do cotidiano dos estudantes secundaristas as críticas à política educacional do governo, bem como contribuir para a formação e ampliação de um movimento de resistência estudantil secundarista, na esteira da reconstrução da UNE e da UBES e no combate ao regime militar, em defesa das liberdades democráticas (BRESCIA, 2021)

A fala dos sujeitos e a citação colocada na primeira edição do *Caminhando contra o vento* sobre a criação e os objetivos do impresso deixam claro que esses estudantes, ao criarem o jornal, foram motivados pela necessidade de estabelecer um espaço próprio, no qual pudessem

defender suas pautas e demonstrar as suas posições em relação ao contexto político educacional do Regime Militar no Colégio, além de também servir de instrumento de formação política, ou seja, ser usado como uma estratégia que buscou aglutinar estudantes em prol de demandas específicas, como o reestabelecimento das liberdades democráticas e a reconstrução do movimento estudantil livre.

Contudo, analisando o conteúdo das edições seguintes do jornal, é possível perceber que os objetivos do *Caminhando contra o vento* vão se ajustando a cada edição, a partir da posição dos próprios discentes que atuavam na CPG, como se observa no editorial da edição n. 5 do ano de 1979:

(...) o jornal como porta-voz de todos nós, denunciando os problemas surgidos no dia a dia e procurando congrega o maior número de colegas em torno do jornal. (...) Nossa luta é apenas parte de uma luta maior, por isso procuraremos tornar nossas páginas um veículo para também mostrar os colegas por dentro das lutas dos trabalhadores brasileiros e contra a miséria social e por uma sociedade mais justa (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1979, p. 2).

Nesse caso, reforça-se o jornal como meio de congrega os estudantes, mas também, como inscrito numa “luta maior”, como parte de um movimento mais amplo dos trabalhadores e da sociedade em busca de justiça social. Desse modo, o impresso se coloca, inicialmente, como um porta-voz das questões internas dos estudantes do Central e vai se transformando num espaço para divulgação das lutas de outros movimentos sociais do período. A alteração e amplitude dos objetivos não demonstraria a falta de uma articulação estudantil, pelo contrário, pois como mostra (MULLER, 2016),

Indica um ME sempre em funcionamento, passando por diferentes fases, pautando o que podia ser expresso em cada momento. Mostrando, de certa maneira, como vão se transformando as possibilidades de ação, os pensamentos, as ideias (...). Mostra, enfim, um ME sempre ativo, resistindo da maneira que lhe era possível na luta contra o regime militar (MULLER, 2016, p. 79).

Com base nas reflexões propostas por Muller e analisando os objetivos e conteúdos presentes nas edições do jornal, é possível dizer que o *Caminhando contra o vento* fez parte de um processo de formação política desses jovens, engajados inicialmente na luta pelo reestabelecimento de uma entidade estudantil livre no Colégio, mas que, aos poucos, vão incorporando em suas pautas lutas mais amplas da sociedade contra o regime de exceção daquele momento, como veremos neste capítulo.

3.4.2. A produção e os enfrentamentos do *Caminhando contra o vento*

No que tange à produção do jornal, os estudantes do Estadual Central eram responsáveis por todo o processo, que ia desde a escolha dos textos até a impressão e distribuição.

As primeiras edições do *Caminhando contra o vento* foram planejadas em reuniões clandestinas em razão da vigilância que havia por parte da direção da escola sobre o movimento estudantil. Essa situação foi assim lembrada por Paulo Brescia: “inicialmente as reuniões eram clandestinas e ocorriam nos intervalos das aulas, no pátio do Estadual ou na sede da UMES, mas eram divulgadas amplamente e com antecedência”.

Quanto à impressão, a participação da UMES-BH foi fundamental, pois ela se dava na sua sede, no mesmo mimeógrafo eletrônico usado na produção do seu porta-voz, o *Roda Viva*. De acordo com Brescia, a impressão era feita da seguinte forma:

As matérias eram datilografadas em papel A4, ou recortadas ou copiadas de outras publicações. Em seguida era feita a diagramação, entremeada por charges ou algumas ilustrações. A matriz era feita em *stencil*, em seguida impressa em mimeógrafo eletrônico na sede da UMES-BH. Feito isso, realizávamos a paginação e grampeávamos o jornalzinho preparando-o para distribuição (BRESCIA, 2021).

Após a impressão, a preparação final e a distribuição ficavam por conta dos estudantes, o que ocorria, totalmente, de forma clandestina devido à vigilância que havia no Colégio sobre os membros da CPG. Lembrando que o Colégio, naquele momento, era um espaço totalmente adverso à manifestação livre de uma entidade estudantil que fosse contrária às diretrizes da instituição, visto que a representação estudantil oficial, naquele momento, era o Centro Cívico. Diante dessa situação, para fazer o impresso estudantil chegar a um maior número possível de alunos, foram estabelecidas algumas estratégias como explica Jair:

Quanto à distribuição, era bem clandestina mesmo, lembro que alguns números, os dois primeiros, a gente enfiava nas carteiras das mesas dos alunos no momento do intervalo; colocávamos embaixo. Somente por volta de 1978 começamos a fazer uma panfletagem mesmo, distribuindo na porta e na entrada da escola (FONSECA, 2021).

Detalhando um pouco mais essa estratégia, Elian Guimarães comenta:

Cada sala tinha um representante e tínhamos um combinado para que os jornais não fossem tomados; que era chegarmos antes das aulas, quinze minutos antes, nos encontrávamos em frente ao “mata-borrão” com exemplares dos jornais separados por turmas e com o número de alunos de cada turma, e, sempre no primeiro e segundo horários, cada representante fazia a distribuição dentro da sala; Os disciplinários viam os jornais nas mãos dos alunos, nos intervalos, e ficavam loucos sem saber quem estava distribuindo os jornais (GUIMARÃES, 2021).

A estratégia estabelecida pelos alunos para fazer o jornal circular na escola pode ser compreendida a partir de uma das três formas que Foucault estabeleceu para distinguir o próprio conceito de estratégia que, de acordo com (CASTRO, 2016), se baseia na racionalidade empregada para se alcançar um objetivo, ou seja, nesse caso, o que os secundaristas da CPG objetivavam era fazer com que o *Caminhando contra o vento* chegasse até os alunos do Estadual Central, driblando a vigilância que havia no Colégio e, assim, mobilizar os discentes em defesa de uma representação estudantil livre.

Distribuídos os jornais, a receptividade da direção da escola foi condizente com o contexto político da própria sociedade brasileira: vigilância e perseguição a toda movimentação política que fizesse frente à ordem estabelecida. No caso do movimento estudantil do Central, representado pela CPG, o tratamento não era diferente, pois a direção da escola, como expressa Geraldo Brescia, reproduzia o que estava posto na realidade política brasileira:

Havia um cenário de autoritarismo por parte da direção contra a organização do ME livre, que remetia ao que existia na sociedade contra os movimentos sociais e políticos... a direção da escola nunca se deslocou da perspectiva política do Estado (BRESCHIA, 2021).

Esse autoritarismo era tão forte, conforme relata Elian, que até os professores participavam ativamente das ações de perseguição, como descreve no episódio abaixo:

É repressão em cima o tempo todo, eu me lembro que fui intimado pela professora de Educação Moral e Cívica e ela insistindo que eu tinha que dar nomes dos responsáveis pelas matérias do jornal, porque aquilo não era possível ter sido feito por alunos secundaristas; querendo saber se tinha universitários infiltrados e de qual universidade eram (GUIMARÃES, 2021).

A desconfiança também era compartilhada pela direção do colégio que acreditava na existência de “infiltrados universitários”, como cita Elian Guimarães: “a direção dizia que o jornal não tinha cara de estudantes do Estadual, se tratava de comunistas infiltrados, que sequer eram estudantes da Escola, e, sim, universitários (...)”. Além disso, também atuava contra o movimento estudantil tecendo críticas diárias ao jornal de modo a deixar espaço livre para atuação submissa do Centro Cívico, como relembra Paulo Brescia:

A direção da escola, em certo momento, passou a fazer uma campanha para desacreditar a Comissão Pró-grêmio e a UMES-BH, criticando o fato de o jornal não ser assinado, não ser identificável a autoria dos artigos. Também criticava a UMES-BH, ignorando que a entidade era legalmente constituída e registrada em Cartório (BRESCHIA, 2021).

A desconfiança da direção da escola em relação à participação de universitários na produção do *Caminhando contra o vento* fazia sentido, visto que, a partir de estudos levantados para esta pesquisa, é possível perceber que o movimento estudantil universitário possuía maior

atuação de luta contra a ditadura, em especial na produção de periódicos, estava ligado a entidades estudantis universitárias, como Diretórios Centrais Estudantis, Centros de Estudos e Centros Acadêmicos (MULLER, 2016; DAEFIOL, 2021; FILHO, 2017).

A postura da direção coloca em xeque a própria capacidade do estudante secundarista de realizar ações contra o autoritarismo de forma independente, ao tratá-los como incapazes de gerir algo relevante nesse sentido. Entretanto, no caso dos secundaristas do Central, a criação do jornal partiu de suas próprias iniciativas; era algo que eles buscavam para reorganizar o ME dentro do Colégio e criar um espaço no qual pudessem expressar suas demandas e indagações, contando com apoio de outra entidade secundarista da cidade, a UMES.

No entanto, mesmo com o autoritarismo e a perseguição no Colégio, a produção e a circulação do impresso nunca foram censuradas. Embora o jornal não possuísse periodicidade fixa, pois as edições eram esporádicas, aquelas que chegavam a ser distribuídas alcançavam um número significativo de alunos, corroborando a ideia de que o jornal era, de fato, um instrumento fundamental de mobilização e luta do movimento estudantil contra o contexto repressivo da sociedade e do Central.

3.4.3. O enigma da autoria

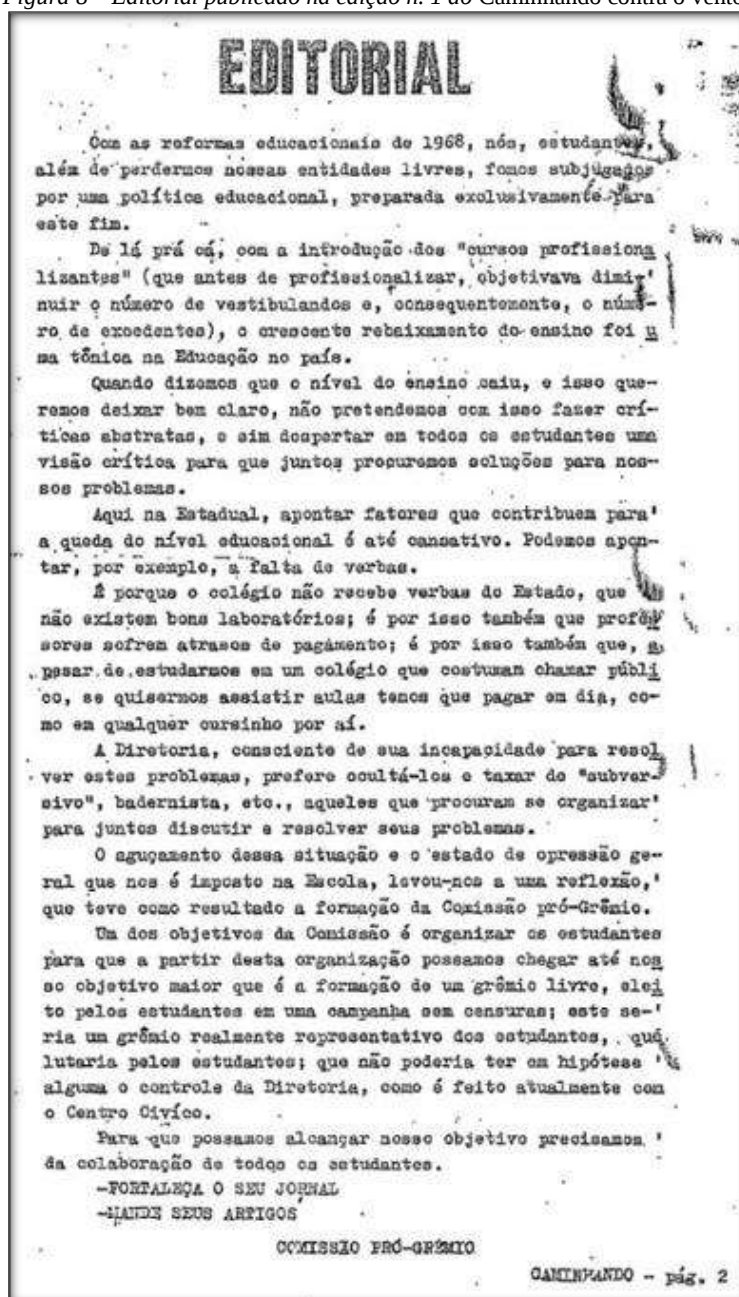
A análise das publicações do jornal *Caminhando contra o vento* nos mostrou que, diferentemente dos jornais alternativos ou da própria imprensa tradicional, não havia uma linha editorial claramente definida. A esse respeito, Geraldo Brescia esclarece como se dava o processo de seleção de material a ser publicado: “não tinha um editorial específico, os textos iam chegando, onde cada um trazia as suas demandas e indignações”. Os textos “iam chegando” porque, logo na primeira edição no ano de 1977, foi feito um convite da CPG aos estudantes para contribuírem com o Jornal nos seguintes termos: “Procure o representante do jornal em sua sala e participe com seus artigos” (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1977, p.1). Desse modo, os textos eram levados até os membros da CPG, que selecionavam aqueles comporiam a edição: “a escolha das matérias e a abordagem a ser feita eram definidas em reuniões da Comissão Pró-grêmio, que, geralmente, ocorriam no turno da noite, onde se concentrava a maior parte dos seus componentes” (BRESCIA, 2021).

Para garantir a adesão e a participação dos alunos, sem colocá-los em risco, era assegurado o anonimato nas publicações. Nesse sentido, a autoria dos textos publicados pelo *Caminhando contra o vento*, do ano de 1977 até meados de 1978, referente a três edições, foi atribuída à Comissão Pró-grêmio ou, simplesmente, não havia autoria descrita como forma de

evitar que os alunos sofressem algum tipo de represália por parte da direção da Escola ou até mesmo de órgãos de repressão, como comenta Paulo: “as primeiras edições não continham autoria devido às constantes ameaças de suspensão das aulas”. Tese corroborada por Geraldo Brescia: “[havia] receio de perseguições que a gente poderia sofrer se colocássemos o nome lá”.

Nas imagens a seguir, há exemplos dessa estratégia de manter em sigilo a autoria dos textos, em que, na figura 5, nota-se que a autoria do editorial é atribuída à “Comissão Pró-Grêmio”; e, na figura 6, tem-se um artigo que não apresenta qualquer tipo de referência à pessoa que o produziu.

Figura 8 – Editorial publicado na edição n. 1 do Caminhando contra o vento



Fonte: Caminhando contra o Vento, edição nº 1 de 1977, página 2.

Figura 9 – Artigo “Autoritarismo” publicado na edição n. 1 do Caminhando contra o vento



Fonte: *Caminhando contra o Vento*, edição nº 1 de 1977, página 4.

Essa estratégia de não identificar a autoria dos textos nos impressos estudantis não era algo incomum no meio estudantil, como frisa (MULLER, 2016):

Muitas vezes os textos eram assinados por uma representação: uma maneira encontrada para que as pessoas não fossem identificadas. Prova maior é que alguns jornais aparecem assinados por nomes (sem sobrenomes) ou, ainda, por apelidos, tornando mais difícil o conhecimento da identidade de cada participante na ação (MULLER, 2016, p. 79).

A partir do final de 1978, o *Caminhando contra o vento* passa por várias mudanças, sendo uma delas a saída da situação de clandestinidade quando, inclusive, o jornal assume uma nova postura de produzir mais textos referentes à realidade externa ao Colégio. Sobre a clandestinidade, Paulo Brescia ressalta que havia um objetivo claro por trás dessa posição:

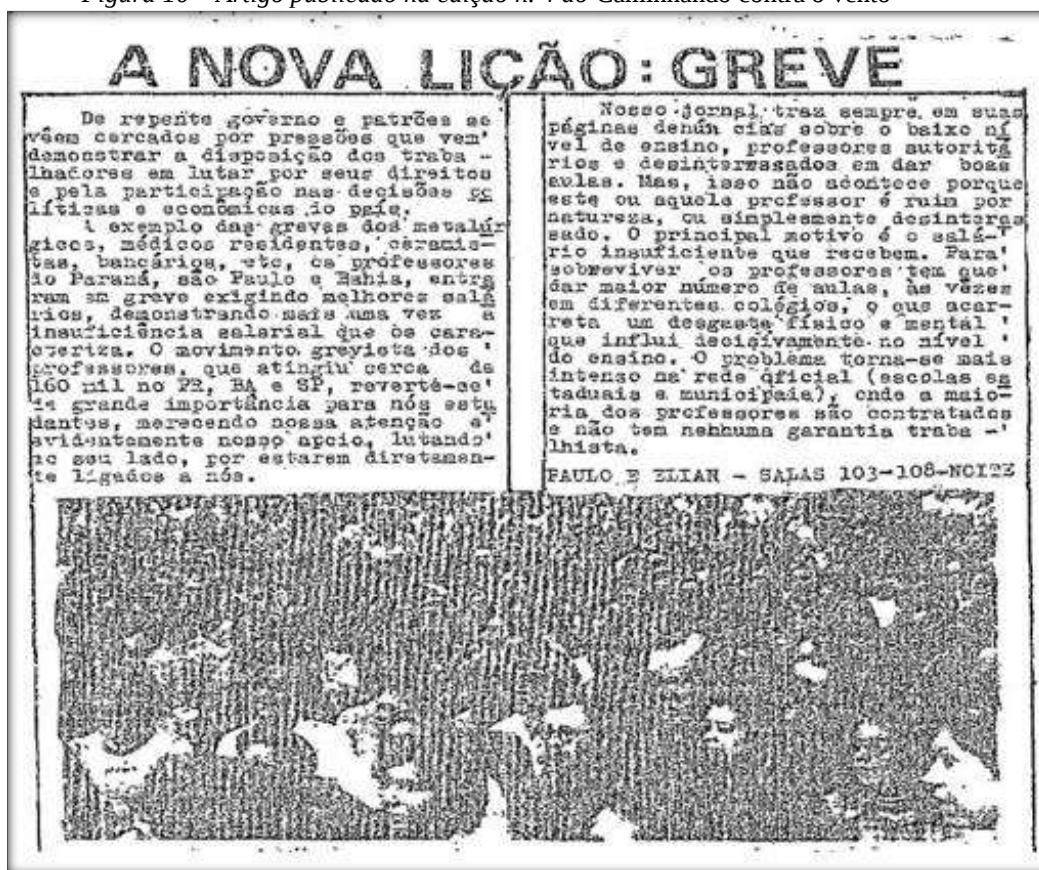
Contudo, em certa altura, entre a virada do ano de 1978 para 1979, decidimos sair da clandestinidade para imprimirmos maior escala em nossa mobilização do movimento estudantil e, também, por avaliarmos que a melhor forma de nos protegermos e nos preservarmos seria passar a sermos mais conhecidos e agirmos sob a legalidade da qual era revestida a UMES-BH e sua diretoria (BRESCHIA, 2021).

Essa nova postura estava em consonância com o momento que o Movimento Estudantil nacional vivenciava. Nessa época, as entidades estudantis, como UNE e UBES, debatiam sua reorganização num período marcado por encontros que levaram, por exemplo, à refundação da UNE no Congresso realizado na cidade de Salvador, em 1979, como já apontado neste estudo.

Outra mudança consoante à nova estratégia adotada pela CPG de se tornarem conhecidos está relacionada à identificação dos autores no texto. Nesse sentido, o *Caminhando contra o vento*, a partir da segunda metade de 1978, passou a publicar a autoria colocando o primeiro nome do aluno e a sala na qual ele estudava. Para Elian, essa estratégia tinha grande importância porque mostrava a força da abrangência que o movimento estava adquirindo dentro do Colégio: “quando o jornal começou a sair com assinaturas nas matérias, demonstrou que em cada sala havia um representante de um movimento que tomava pé e avançava (...)” (GUIMARÃES, 2022).

Mudança que pode ser ilustrada a partir do texto “A nova lição: greve” (Figura 10), que identifica a autoria, os alunos Paulo e Elian, respectivamente das salas 103 e 109 do turno noturno.

Figura 10 – Artigo publicado na edição n. 4 do Caminhando contra o vento



Fonte: Caminhando contra o Vento, edição nº 4 de 1978, página 3.

A mudança de postura em relação à autoria é relevante, pois demonstra a posição dos alunos da CPG em relação a um posicionamento concreto sobre as suas lutas, e isso faz parte de um processo maior, visto que, quando houve essa modificação, os movimentos contra a Ditadura Civil-Militar se consolidaram e ganharam espaço no cenário político nacional (MULLER, 2016; RIDENTI, 2014). Esse seria, então, o momento oportuno de mostrar à direção e aos professores do Colégio quem eram os responsáveis por fazer circular o impresso e, principalmente, conquistar a adesão de outros estudantes ao Movimento, para que fosse possível dar continuidade à busca por seus objetivos.

Outra observação em relação ao processo de mudanças do *Caminhando contra o vento* diz respeito ao próprio conteúdo, pois, como já foi dito, nas primeiras edições, os textos direcionavam-se para os problemas e as demandas internas da instituição, mas, com o tempo, as páginas do impresso foram ganhando textos relacionados a questões políticas e sociais, demonstrando que o jornal estudantil estava seguindo a dinâmica da realidade política que o país estava vivenciando. É essa modificação no conteúdo do impresso que iremos analisar nas próximas seções.

3.5 O Caminhando Contra o Vento e as Questões Educacionais

Os militares, assim que alcançaram o poder em 1964, buscaram estabelecer ações políticas em diversos campos da sociedade. Nesse contexto, a educação não estaria distante dessa conjuntura, tanto é que as ações ligadas ao campo educacional logo foram sendo introduzidas. Num primeiro momento, foi cerceada a liberdade nas instituições de ensino, em especial no que tange ao movimento estudantil, como já foi detalhado neste estudo; já num segundo momento, os militares se voltaram para uma reestruturação do ensino a partir de reformas educacionais tanto no ensino superior quanto na educação de primeiro e segundo grau⁵⁰.

Essas reformas educacionais foram moldadas com auxílio direto de órgãos empresariais, como o Instituto de Pesquisa Econômicas e Sociais (IPES) e de órgãos governamentais dos Estados Unidos, nesse caso, o de maior relevância foi o United States Agency for International Development (USAID), que estabeleceu uma cooperação com o Ministério de Educação e Cultura e, com isso, foram assinados os chamados Acordos MEC-USAID (SAVIANI, 2008; SOUZA, 1981; SOUZA, 2016).

O papel do IPES na construção de um novo projeto educacional para o país se inicia a partir do momento que, ainda no ano de 1964, o órgão organiza um primeiro evento direcionado à temática, estabelecendo debates que, ao final, geraram um documento organizado “em torno do vetor do desenvolvimento econômico, situando-se na linha dos novos estudos de economia da educação, que consideram os investimentos no ensino como destinados a assegurar o aumento da produtividade e da renda” (SAVIANI, 2008, p. 295).

O documento apresentado pelo IPES nesse simpósio conclama os anseios do órgão no sentido de que o “desenvolvimento econômico e social deve ser acelerado a fim de, no menor prazo possível, aproximar o padrão de vida do povo brasileiro em níveis mais justos já alcançados pelos países desenvolvidos” (SOUZA, 1981, p. 38).

O IPES, nesse sentido, propôs a constituição de um modelo de ensino que proporcionasse a garantia de um projeto particular dos empresários, mas que ao mesmo tempo criasse uma ilusão de que seria um sistema de ensino que elevaria o padrão de vida do povo brasileiro, eliminando as mazelas sociais do país.

⁵⁰ Reforma do ensino superior implementada a partir aprovação da lei nº 5540, de 28 de novembro 1968. (BRASIL, 1968). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 14 de abril de 2022. Reforma do ensino de primeiro e segundo graus implementada a partir da aprovação da lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. (BRASIL, 1971). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14 de abril de 2022.

Pregando esse discurso, o projeto educacional foi sendo levado adiante com o argumento de influenciaria diretamente os dirigentes políticos na sua constituição, que teria como principal objetivo “a preparação dos profissionais necessários ao desenvolvimento econômico e social do país” (SAVIANI, 2008, p. 295).

A preocupação do IPES em relação à educação era estabelecer um caminho para alcançar sucesso em um projeto econômico que se aproximava dos anseios do governo autoritário do país, fazendo da educação um campo exclusivo para capacitação do sujeito, de modo a prepará-lo para fazer parte desse país moderno e desenvolvido que estava sendo proposto, pois para o grupo de empresários “o processo de desenvolvimento econômico e social depende fundamentalmente do homem e de sua capacitação. Essa capacitação por sua vez depende primordialmente da educação (...)” (SOUZA, 1981, p. 75).

Para levar à frente esse projeto de reformulação do sistema educacional, o USAID foi fundamental para estabelecer acordos moldados a partir da articulação direta dos empresários do IPES, de grupos políticos dos Estados Unidos e do Ministério da Educação. Esses acordos ficaram conhecidos como MEC-USAID, e, de acordo com Saviani (2008, p. 297), criaram uma

(...) orientação de concepção produtivista de educação. Essa concepção adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação do ensino no período militar, na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do máximo resultado com mínimo dispêndio (...).

As primeiras ações dos Acordos MEC-Usaid foram direcionadas para o Ensino Superior, chegando à formalização de uma reforma nesse nível de ensino no ano de 1968. No entanto, como era previsto, os debates em relação ao modelo educacional não ficariam no bojo apenas da Educação Superior, chegaria ao que na época passou a se denominar de Ensino de Primeiro e Segundo Graus. Nesse caso, o alvo de maior incidência dessa reforma foi o Ensino Secundário, que teria como principal marca o desenvolvimento de uma educação voltada para ideia da profissionalização, fato que será criticado, veementemente, pelos estudantes secundaristas do Estadual Central membros da Comissão Pró-Grêmio nas páginas do jornal *Caminhando contra o vento*.

A Reforma do Primeiro e Segundo Graus no país propunha um modelo de ensino que tinha como um dos pontos principais a formação profissional, ou seja, seu propósito seria qualificar o jovem para o mercado de trabalho e inseri-lo em um processo econômico voltado para o desenvolvimento, sendo visto como uma base fundamental para o exercício da cidadania. Nas palavras de (ABREU & FILHO, 2006), “dentro do ideal de democracia imposto pelo

Estado, a cidadania aprendida e praticada pelos brasileiros deveria ser aquela centralizada no Estado e por ele vigiada” (ABREU & FILHO, 2006, p.128).

Tendo como pano de fundo essa realidade educacional implantada pela Ditadura Civil-Militar, os estudantes da Comissão Pró-Grêmio do Estadual Central passaram inicialmente a fazer uso das páginas do *Caminhando contra o vento* para expor suas indagações, críticas e reivindicações em relação a todo ambiente educacional que havia no colégio. Os estudantes fizeram do jornal um espaço onde buscavam, além de maior liberdade para o movimento estudantil, deixar explícitas quais eram as suas posições em relação a temas internos, como qualidade do ensino, estrutura do modelo educacional, cobrança de mensalidades, atuação do Centro Cívico, e, claro, autoritarismo de professores e diretoria. E é isso que detalharemos adiante nesta dissertação.

3.6.4. Os estudantes e a política educacional

Quando um grupo de alunos secundaristas do Estadual Central decidiu buscar a reorganização de um Grêmio livre, a partir da Comissão Pró-Grêmio, colocaram em prática um espaço comunicativo para que pudessem levar aos demais discentes as suas mensagens e mobilizá-los em torno dessa luta pela representatividade livre dos estudantes. Entretanto, o *Caminhando contra o vento* foi além e se colocou como um impresso no qual os estudantes puderam se manifestar contra questões educacionais vivenciadas no interior do Colégio.

Tanto é que, no editorial da segunda edição, publicada em 1977, os editores destacaram que o *Caminhando contra o vento* seria “o porta-voz das reivindicações e interesses dos alunos da escola” (CAMINHANDO, 1977, p. 8). Assim sendo, estes passariam a ter um espaço onde pudessem se posicionar contra o contexto educacional que havia no interior do colégio, tendo como principais pontos de crítica a profissionalização do ensino, a cobrança de mensalidades, a qualidade do ensino e o próprio modelo educacional.

A esse respeito, ao estabelecer uma nova proposta de ensino baseada nas propostas do IPES e nas diretrizes firmadas pelos Acordos MEC-Usaid, a profissionalização foi uma das marcas da reestruturação do ensino brasileiro, passando a ser compulsória no Ensino Secundário. Com a efetivação da lei 5692/71, o país passaria a ter uma educação que seguiria os princípios de uma pedagogia tecnicista, “implementada a partir da reforma educacional e fortemente influenciada pelas teorias de capital humano, desenvolvidas por economistas norte-americanos, durante a década de 1960 (MARTINS, 2002)”.

A profissionalização do ensino de Segundo Grau seguia os anseios econômicos e políticos do Regime Militar. Vale ressaltar que, quando a reforma foi introduzida, o país vivia o período do chamado “Milagre Econômico”, em que a ideia de desenvolvimento era cada vez mais instituída com o discurso ufanista do governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Assim, ter um modelo educacional que preparasse jovens para essa missão de “engrandecer” o país seria fundamental e havia ainda a possibilidade de afastá-los de movimentos políticos, pois o foco não era preparar o aluno para ingressar na universidade, mas sim fazê-los aptos a ingressar, imediatamente, no mercado de trabalho.

Esse foi um dos primeiros pontos a ser criticado pelos estudantes do Estadual Central. Logo na primeira edição do jornal, a edição zero de 1977, foi publicada uma crítica à postura do então diretor da instituição, que exaltava o modelo pedagógico que fazia do ensino profissionalizante o ideal da educação, afirmando que ele daria aos alunos a capacidade de “enfrentar a vida”.

Nessa edição, os alunos relatam o seguinte

Segundo declaração do nosso Reitor [o diretor da escola], o curso que nós, estudantes, de segundo e terceiro ano fazemos, não é para nos dar base para o vestibular, e sim, para preparar para enfrentar a vida com um curso profissionalizante (CAMINHANDO CONTA O VENTO, 1977, p. 4).

Percebe-se que, ao defender veementemente o curso profissionalizante, o “reitor” do Estadual Central complementa que o modelo de ensino existente não tem a função de preparar o aluno para o vestibular e, posteriormente, ingressar em um curso superior. De fato, a reforma do ensino havia realizado uma mudança no curso da educação, pois “pela primeira vez na história da educação brasileira foi menosprezada a função propedêutica do 2º grau e se procurou explicitamente aliar a função formativa à profissionalizante, como se vê no art. 1º51 da Lei 5.692/71” (CURY et al, 1982, p. 23) 52.

No contexto educacional da época, o país vivia uma crise no Ensino Superior com os chamados excedentes⁵³. Dessa forma, a proposta de Reforma na Lei 5692/71 veio como uma

⁵¹ Diz o referido artigo: “O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”. (BRASIL, 1971).

⁵² A Profissionalização do Ensino na lei nº 5692/71. Trabalho apresentado pelo INEP à XVIII Reunião Conjunta do Conselho Federal de Educação com os Conselhos Estaduais de Educação. Carlos Roberto Jamil Cury - FaE/UFGM Maria Ignez Saad Bedran Tambini — FaE/UFGM Maria Umbelina Caiafa Salgado — INEP Sandra Azzi - FaE/UFGM. BRASÍLIA, 1982.

⁵³ A esse respeito, ver, por exemplo: BRAGHINI (2014). Katya Mitsuko Zuquim Braghini. A história dos estudantes “excedentes” nos anos 1960: a superlotação das universidades e um “torvelinho de situações improvisadas”. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 51, p. 123-144, jan./mar. 2014. Editora UFPR.

estratégia para conter a demanda de excedentes no Ensino Superior (BRAGHINI, 2014; HOLLERBACH, 2019). Essa postura de conter os excedentes do Ensino Superior por intermédio dos cursos profissionalizantes também foi denunciada no *Caminhando contra o vento*:

Estes cursos profissionalizantes foram criados com um fim bem claro: desviar a grande massa de excedentes que estava se formando até 1968 e que estava causando a instabilidade política para a ditadura ao sair às ruas com suas reivindicações por mais vagas e por mais verbas. A reforma do ensino tentou, mas não conseguiu, resolver o problema dos excedentes (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1978, p. 3).

A posição dos estudantes ao criticar e denunciar a profissionalização do ensino vai ao encontro da demanda estudantil de acesso ao Ensino Superior. Para eles, os cursos profissionalizantes estariam mascarando uma realidade educacional que os militares queriam esconder: a escassez de vagas nas universidades desde que a Reforma Universitária de 1968 foi implementada.

O modelo educacional não era criticado, apenas o que dizia respeito aos cursos profissionalizantes que se tornaram obrigatórios no Ensino Secundário. Os estudantes do Estadual Central usaram as páginas do *Caminhando contra o vento* para expor a perspectiva elitista que havia por trás de todo o processo educacional, pois, para eles, o estudante brasileiro que quisesse dar continuidade aos seus estudos após a conclusão do Ensino Secundário deveria buscar um ensino em uma instituição privada que os preparasse para o vestibular, os chamados “cursinhos”. É o que traz a publicação da edição n. 3 de 1978, assinada pelos discentes Ananias de Freitas (sala 202) e Geraldo Brescia (sala 210), ambos do turno da noite: “O ensino brasileiro é fundamentalmente elitista. Só estuda quem tem condições de pagar bons cursinhos, verdadeiras máquinas de fazer dinheiro, e ter um preparo para enfrentar a máquina do vestibular” (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1978, p.3).

Outro ponto sobre o qual os estudantes se posicionaram foi a cobrança de mensalidades no Colégio, sobretudo no que se refere ao comportamento em relação aos alunos inadimplentes. Conforme Geraldo Brescia ressaltou, a direção da escola “estava tirando das salas de aulas alunos que não estavam pagando uma tal mensalidade que era cobrada”, e é essa situação, que os alunos denunciaram na edição n. 01 de 1977:

Por não portarem os carnês de pagamento, os alunos do turno da noite na segunda-feira, dia 29 de agosto, foram barrados no portão de entrada do colégio. Alguns colegas, em solidariedade, tiveram como solução mandarem os carnês pela janela aos companheiros que ficaram retidos (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1977, p.2).

Esse episódio foi, assim, relatado por Elian Guimarães:

(...) o Colégio... na época existia, a gente pagava mensalidades, tínhamos um carnê, e as pessoas, principalmente do turno da noite eram muitos simples, trabalhavam com um salário muito baixo que nem sempre dava para pagar, e tinha momentos que se cobravam os carnês para verificar se estavam pagos, e aconteceu uma noite... a gente chegou e eles começaram a cobrar e impedir que os alunos entrassem dentro das salas. Percebemos que metade dos alunos estavam inadimplentes... então, a gente se organizou, e quem já tinha pago as mensalidades jogava o carnê pela janela para os que não tinham pago. Não tinham como conferir um por um porque eram mais de 1000 alunos, mas eles perceberam e aí passaram de sala em sala exigindo o carnê, e foram colocando para fora de sala de aula... descemos e fizemos o primeiro movimento, houve imprensa, e foi a partir daí que começamos a nos conhecer e as pessoas foram se organizando (...) (GUIMARÃES, 2022).

Esse episódio, além de demarcar uma posição tática dos estudantes contra a cobrança de mensalidades, serviu também para que o movimento da Comissão Pró-Grêmio ganhasse uma notoriedade no interior do Colégio. Foi com esse ato que os estudantes se mobilizaram e levaram adiante suas pautas fazendo com que o impresso *Caminhando contra o vento* se tornasse, efetivamente, um poderoso veículo de comunicação desses estudantes com toda a comunidade escolar.

Os estudantes da Comissão Pró-Grêmio também tinham uma posição clara em relação ao desenvolvimento do ensino no Estadual Central. Críticos do sistema educacional e que prezavam pela qualificação, esses jovens não deixaram de manifestar suas indagações sobre a qualidade e o modelo de ensino, em especial, em relação a algumas aulas que lhes eram oferecidas.

Os alunos queriam uma educação que pudesse levá-los ao Ensino Superior, por isso, em edições dos anos de 1977 e 1978, criticaram o desenvolvimento das aulas e a própria estrutura da escola, referindo-se aos laboratórios e à biblioteca, à falta de material didático e demonstram que, muitas vezes, as aulas eram desenvolvidas em um nível inferior de qualidade devido à falta de motivação por parte dos professores pelo fato de não receberem remuneração condizente com o exercício docente. Em 1977, na edição n. 01, os alunos disseram

Do jeito em que está o ensino no colégio, nós não temos o mínimo interesse em assistir às aulas. Os professores recebem pouco e não têm estímulo para dar boas aulas. Não temos laboratórios que prestem, nem boas apostilas. Não nos tornarmos auxiliares técnicos, nem passamos no vestibular (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1977, p. 8).

Em 1978 a realidade do ensino continuava a ser denunciada pelos alunos, agora com uma diferença: não havia mais textos sem autoria. A partir de então, as publicações traziam os seus autores, como no artigo escrito pelo aluno Marcelo – manhã – sala 118, no qual relata a

falta de professores e como essa questão influenciava diretamente na qualidade do ensino no colégio.

A falta de professor no Colégio Estadual está se tornando um grande problema, com seríssimas consequências para os alunos. Os prejuízos para os alunos são assustadores. Chega-se ao absurdo de haver turmas que há cinco meses não tem aulas práticas como ocorre com a sala 130 – curso de Eletricidade. Além disso, os alunos nunca sabem que aulas terão no dia seguinte, devido à constante mudança de horário. Isso tudo está ocorrendo sem que haja nenhuma justificativa por parte da diretoria. Será falta de responsabilidade dos professores ou a má remuneração pelo Estado (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1978, p. 4).

Novamente os alunos do Estadual Central demonstraram indignação diante da qualidade do ensino no colégio, posicionando-se veementemente em relação à falta de professores no Ensino Secundário, deixando claro que a situação era fruto da ausência de uma gestão que não tomava atitude para solucionar o problema ou da péssima remuneração dos professores. Com relação à questão salarial dos docentes, os estudantes do Central passaram a defender a valorização salarial dos professores como uma forma de obterem um ensino de melhor qualidade, fato que mais à frente será possível visualizar, quando passam a apoiar e a defender o movimento grevista dos profissionais de educação de Minas Gerais no ano de 1979.

3.6.5. A Comissão Pró-Grêmio e o Centro Cívico

Um dos embates mais singulares que encontramos nas páginas do *Caminhando contra o vento* em relação ao contexto educacional do Colégio Estadual Central diz respeito ao enfrentamento entre esses dois órgãos estudantis: a Comissão Pró-Grêmio e o Centro Cívico. Até então o Centro Cívico era visto como a única entidade representativa dos estudantes no colégio, controlado diretamente pela direção da escola.

Os Centros Cívicos, como já ressaltado nesta dissertação, foram introduzidos nos estabelecimentos de ensino de todo território nacional a partir da implementação de uma nova base curricular, tendo a disciplina Educação Moral e Cívica como uma das principais marcas desse modelo educacional. No contexto educacional, esses centros eram totalmente geridos pela direção e por professores orientadores e tinham como função estabelecer ações que neutralizassem a atuação de um movimento estudantil de caráter oposicionista (FILGUEIRAS, 2006; GUILHERME, 2011; SOUZA, 2021).

No contexto do Estadual Central, os estudantes membros da CPG viam o Centro Cívico como aquela entidade estudantil “oficial e chapa-branca” (ANANIAS, 2022). Ou como detalha Paulo Brescia:

O Centro Cívico era visto por nós como um órgão que visava substituir o Grêmio estudantil como espaço de participação estudantil e promoção de iniciativas no campo cultural que pudessem atrair o interesse e a adesão dos estudantes. Na verdade, o Centro Cívico era como um espaço de tutela e domesticação do ímpeto estudantil de participação e protagonismo juvenil. Os estudantes, de fato, não tinham controle do Centro Cívico, pois havia sempre uma supervisora educacional tutelando os estudantes que se dispunham a fazer parte dele (BRESCIA, 2022).

O egresso Jair compartilha da mesma opinião de Paulo quando comenta sobre o Centro Cívico. Para Jair, “o Centro Cívico, como era chamado, era um órgão de representação estudantil controlado pela diretoria do Colégio, logo, era a representação estudantil oficial, controlada pelo colégio, pela diretoria, logo, pelo regime” (FONSECA, 2021).

Então, o que se percebia no Centro Cívico era esse caráter de tutela, não era um espaço autônomo, os estudantes que o compunham estavam sempre em uma situação de vigilância, tinham de seguir as regras e as orientações impostas pela direção da escola, não havia confronto, mas sim a submissão.

Devido a esse *status* de submissão, a representatividade estudantil exercida pelo Centro Cívico foi se esvaziando e suas atividades foram ficando cada vez mais restritas a atos culturais ou cerimônias cívicas. Essa situação pode ser observada quando Geraldo nos diz o seguinte: “era um grupo de estudantes totalmente inexpressivos, não tinham representatividade alguma, suas atividades se restringiam a eventos culturais e cívicos, até chegaram a fazer um jornalzinho⁵⁴, mas não passou disso” (BRESCIA, 2021).

Em relação ao *Caminhando contra o vento*, o impresso produzido pelos alunos da CPG era enfático ao denunciar a submissão do Centro Cívico quanto à representatividade dos estudantes, tanto é que a Comissão foi criada com o propósito de se tornar a representação oficial dos estudantes do Estadual Central.

Na edição n. 01 de 1977, o Jornal fez uma referência ao Centro Cívico enquanto representatividade estudantil “(...) se omitiu e assumiu seu verdadeiro papel de ir contra nossas reivindicações. É claro que eles também não poderiam fazer nada, devido ao controle exercido

⁵⁴ O Centro Cívico do Colégio Estadual Central chegou a criar um jornal denominado “Voz da CCEMA” no ano de 1977; um impresso estudantil que trazia temas voltados para os interesses da direção do Colégio. Uma cópia desse impresso foi nos repassado pelo egresso Geraldo Brescia.

por professores especialmente contratados para este fim” (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1977, p. 4). A posição da CPG era a de se colocar de forma contrária e demarcar que o CC não representava os interesses dos estudantes do colégio, que era apenas um órgão explicitamente controlado pela diretoria da escola e que era preciso lutar por uma representação livre, o Grêmio Estudantil.

Em 1978, na Edição nº 2, voltaram a detalhar o Centro Cívico da Escola enquanto órgão estudantil controlado pela gestão escolar:

O Centro Cívico é um órgão que visa substituir o grêmio, o que não é possível, pois o CCEMA é controlado pela diretoria e consequentemente as reivindicações dos alunos que para eles forem canalizadas nele se diluirão por falta de representatividade. Assim sendo, o papel do Centro Cívico limita-se a promoção de jogos esportivos, alguns encargos burocráticos e a cumprir as determinações da diretoria (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1978. p. 1).

Os alunos que participavam ativamente do *Caminhando contra o vento* não admitiam a interferência da direção da Escola, eram contra qualquer tipo de imposição e controle, fato que destacaram no editorial da Edição n.1 de 1978 “nosso jornal não admite censura e por isso não somos ligados ao CCEMA que é controlado pela diretoria” (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1978, p. 1).

Essa posição de distanciamento do Centro Cívico demonstra que os alunos da CPG estavam em busca de uma liberdade que não havia no Colégio naquele momento e, mesmo em épocas de eleições para representantes no CC, eles não se sentiam representados e, muito menos, dispostos a participar de um processo que era totalmente controlado por diretores e professores. Essa postura era fruto de debates, como explica Jair:

Havia uma discussão do nosso grupo: participar ou não do Centro Cívico. Tinha uma turma mais ligada ao Partido Comunista que achava que deveríamos participar, mas éramos de uma ala mais radical e fomos contra participar de algo que iriam controlar, tirando nossa liberdade e impedindo que fizéssemos algo (FONSECA, 2021).

Posição que se confirma nas páginas do impresso, quando esses alunos comentam sobre as eleições do CC:

Foram formadas duas chapas para o turno da noite, mas não apoiamos nenhuma. Os colegas talvez tenham intenção de fazer um bom trabalho, que possibilite a união dos alunos para tratar de seus problemas. Porém, duvidamos que isto ocorra, pois para isto o Centro Cívico teria que se desligar

do controle e da censura da diretoria (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1978, p. 1).

Não era viável estar presente em uma empreitada que seria totalmente adversa ao que a CPG defendia, de modo que esse posicionamento demonstra o quão esses jovens, que buscavam maior liberdade no interior do colégio, estavam insatisfeitos com a atuação do CC. Fato que expressam publicando no impresso o seguinte: “apesar de tudo, não temos que aceitar calados que a diretoria submeta um órgão que deveria ser exclusivamente dos alunos” (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1978, p. 1).

Assim, a CPG usa as páginas do *Caminhando contra o vento* em favor da liberdade que não havia por parte do CC, colocando-se como a única representação estudantil no interior do colégio que estava disposta a lutar pelos anseios dos alunos e, principalmente, a não acatar as deliberações e o controle que eram impostos pela direção da instituição.

3.5.3 Os estudantes e o autoritarismo no Estadual Central

Um dos pontos mais incômodos para os alunos da CPG no interior do Estadual Central era o autoritarismo exercido por parte da direção e de alguns professores. Era algo que se fazia presente na realidade dos discentes da instituição condizendo com todo cenário repressivo que se vivenciava na sociedade, com o cerceamento das liberdades individuais e o silenciamento de movimentos políticos e sociais, contexto que não estava distante do Estadual Central, levando esses jovens a denunciarem, nas páginas do *Caminhando contra o vento*, essa situação.

O autoritarismo dentro do Estadual Central criava um espaço antidemocrático, onde se tinha que seguir aquilo que era posto pelo corpo docente e pela direção da escola, não havia espaço para liberdade, situação detalhada por Geraldo Brescia da seguinte forma: “(...) o único direito que a gente tinha na escola era o de permanecer calado, não se posicionar contra qualquer determinação dos professores e da direção da escola” (2021).

Liberdade que era restrita, inclusive, dentro das salas de aulas, onde professores alinhados à postura da direção e ao Governo militar não abriam espaço para que os alunos pudessem expor suas ideias, limitando-os a, apenas, serem receptores, o que para os integrantes da CPG era algo grave, visto que não havia espaço para que o estudante pudesse, a partir de uma exposição, demonstrar a assimilação ou não do conteúdo lecionado, tinham apenas que se manter calados e receber o conteúdo que o docente estava expondo, era uma educação que, na concepção de (FREIRE, 2013), denomina-se “educação bancária”.

Os alunos levaram essa situação para as páginas do *Caminhando contra o vento* ao detalharem a posição de professores de História e Direito, vejamos:

(...) o autoritarismo das professoras de História, Edyr e Clery, e do professor de Direito, José Maria (...). As reclamações não se limitam a falta de debates mais profundos da matéria exposta pelos professores no decorrer do ano, o que ocasiona menor assimilação por parte dos alunos; reclamamos também da falta de liberdade de opinião e manifestação. Apesar das imposições destes professores, compreendemos que isto é também decorrente da política educacional do país (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1978, p. 2).

Os alunos denunciavam a falta de liberdade nas aulas, mas não deixavam também de remeter essa situação ao contexto maior que era a própria estrutura política que o país vivia. Para eles, a postura dos professores era fruto de uma estrutura educacional e política que buscava cada vez mais anular o pensamento crítico dos discentes, era uma forma de silenciá-los e manter uma ordem política que interessava ao governo. Entretanto, os alunos que compunham a CPG e produziam o impresso *Caminhando contra o vento* viram nas páginas do jornal uma forma de não apenas denunciar a postura autoritária de alguns professores, mas também de usar essas páginas para motivar os alunos a lutarem pelos seus direitos no que dizia respeito à situação.

Situação que foi abordada no impresso estudantil da seguinte forma:

Tendo em vista o estado de tensão e revolta dos alunos, vítimas do autoritarismo de certos professores que abusam de sua autoridade para reprimir os alunos, o que é próprio do sistema de ensino atual, é que vemos a necessidade de união de todos os reprimidos para reivindicarmos nossos direitos (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1977, p. 4).

O autoritarismo também se fazia presente em atitudes da própria direção do colégio, especialmente quando se tratava de punir alunos ditos “indisciplinados”. No entanto, para os egressos, aquela situação era vista como uma retaliação por participarem das atividades do movimento estudantil e por fazerem oposição ao Centro Cívico e ao contexto educacional opressor do colégio.

De acordo com Elian, “represália na escola eram suspensões (...) havia muita represália nesse sentido, como ameaça de expulsão, de constrangimento, de ir para sala da diretoria, de pedir professor para constranger a gente dentro de sala de aula” (GUIMARÃES, 2022). Essa realidade também foi alvo da crítica e da denúncia do jornal.

A postura intransigente da diretoria em relação à liberdade no colégio foi destaque na edição n. 2 do impresso estudantil:

(...) a diretoria não deixa ninguém fazer ou falar nada que vá de encontro aos seus interesses e quando aparece alguém que ousa fazer o que ela não acha certo, mais do que depressa este alguém é reprimido para que o ocorrido não volte acontecer outras vezes (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1978. p.5).

A repressão imposta aos alunos que enfrentavam a direção era a suspensão, executada como detalha uma publicação do ano de 1977: “(...) o que sobra: provavelmente, suspensões em massa, de alunos isolados e de salas inteiras. E essas punições só vêm demonstrar a total incapacidade da diretoria da escola em resolver os problemas existentes no colégio” (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1977, p. 8).

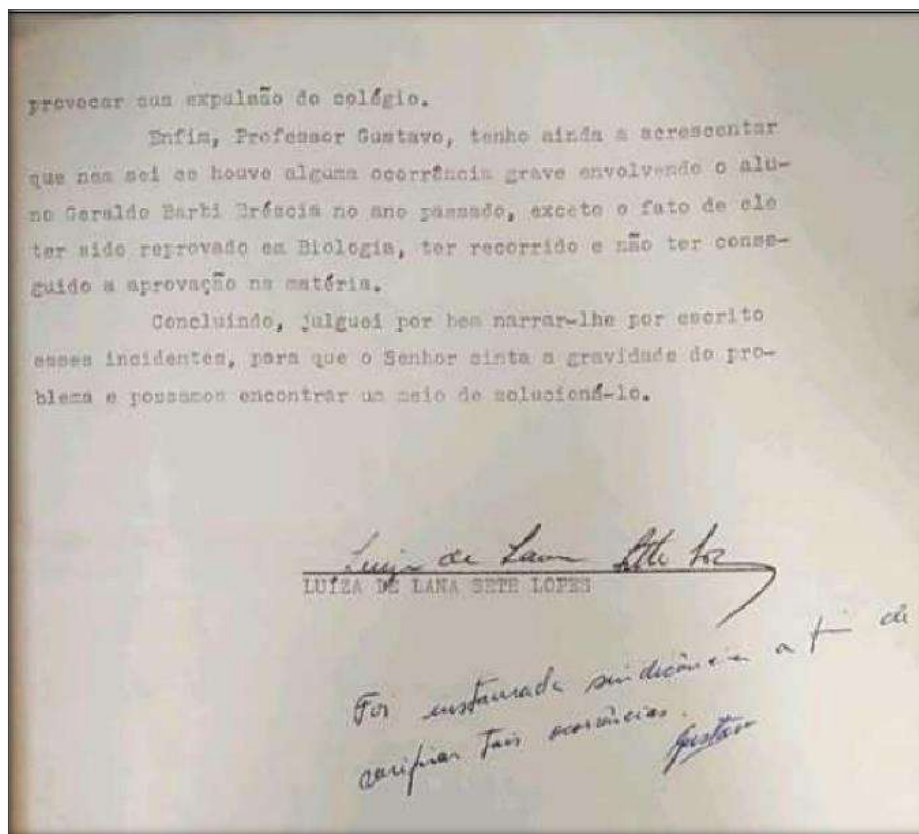
A questão do autoritarismo no Estadual Central não era algo isolado no país, como demonstram outros estudos, como o de (SCHMITT, 2011) sobre a atuação do Movimento Estudantil Secundarista no Estado do Paraná, que analisou a articulação política existente entre o ME secundarista e a situação política na qual se encontrava o país.

A posição dos secundaristas da CPG que participavam ativamente da produção do Caminhando contra o vento incomodava a direção da escola, tanto que em determinado momento a perseguição torna-se explícita, especialmente quando os textos do impresso começaram a trazer a autoria. Situações de ameaças e perseguições eram denunciadas pelo impresso, como o ocorrido com Geraldo Brescia:

Continua pesando sobre as costas do nosso colega Geraldo (sala 210-noite) a ameaça de expulsão do colégio. Agora a diretoria está preparando uma comissão de inquérito, formada pela congregação para, com isto, tentar expulsá-lo. Como isto ocorre com todos aqueles que tentam discutir nossos problemas, estamos denunciando, pois não podemos fechar os olhos diante desse tipo de ameaça (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1977, p. 10).

Nesse caso, a direção da escola mandou abrir uma sindicância para apurar as informações a respeito da situação de Geraldo Brescia, colhendo depoimentos de docentes que relataram supostas atitudes de indisciplina do aluno. Esse fato acabou sendo comprovado nesta pesquisa ao analisarmos a documentação encontrada na pasta individual do aluno no acervo do Colégio Estadual Central, como se vê:

Figura 11⁵⁵ - Documentação da sindicância contra o aluno Geraldo Brescia



Acervo Documental da Escola Estadual Central – Unidade II – Sala de registros individuais de alunos.

O resultado da sindicância foi, com base no regimento do colégio, uma suspensão de dez dias, conforme documento que lhe foi enviado comunicando sua punição:

Esta diretoria tem a informa-lhe que, considerando a falta de respeito à professora L. L. S. L, diretora da noite, unidade II, no dia 06/04/1978, e ainda os seus antecedentes, na escola, fica V. S^a. suspenso das aulas, por um período de 10 (dez) dias úteis, ou seja, nos dias 18, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 29 de abril e 02 de maio, de acordo com o item VI do art. 141 da seção I. Cap. II do Regimento Interno.

Aproveitamos a oportunidade para científicá-lo que não será tolerado nenhum outro ato de indisciplina. BELO HORIZONTE (ACERVO DOCUMENTAL ESTADUAL CENTRAL – Pasta individual do aluno, 1978).

A sindicância não estabeleceu a expulsão do aluno, mas deixou claro que a direção da escola não aturaria nenhum outro “ato de indisciplina”. Contudo, apesar do autoritarismo contra os alunos da CPG, estes continuaram a manter as suas posições e a usar o jornal como uma ferramenta para denunciar todas as questões que envolviam a vida dos estudantes dentro da

⁵⁵ Trecho final de relato de professor sobre o aluno Geraldo Brescia sobre supostos atos de indisciplina que levou a abertura de uma sindicância da direção contra o aluno no ano de 1978.

instituição. Contudo, com o passar do tempo, essas páginas que serviam como espaço de denúncia contra a repressão e o autoritarismo vivenciados dentro do colégio foram ganhando uma nova conotação devido ao próprio contexto político da sociedade brasileira, passando a ser também um espaço para divulgação de atos políticos de outros movimentos sociais que lutavam por direitos e pela redemocratização do país. Assim, a partir do ano de 1978, o jornal assume uma nova característica, o que será objeto da análise na próxima seção deste capítulo.

3.6. *O Caminhando Contra o Vento* e as lutas políticas e sociais

O jornal *Caminhando contra o vento* surgiu para ser o porta-voz dos estudantes do Estadual Central, um espaço onde esses jovens pudessem expressar suas indagações e apresentar suas pautas voltadas para as questões internas do colégio. Contudo, esse espaço foi se transformando com o passar do tempo e as suas páginas foram abrigando temas voltados para a realidade política que vivenciava a sociedade quando a Ditadura Civil-Militar passava a ser questionada nas ruas por movimentos políticos e sociais.

Nas palavras de (RIDENTI, 2014), esses movimentos sociais, a partir da segunda metade da década de 1970, surgiram:

(...) em busca de expressão na cena política, revelando a insatisfação e o desejo de participação de organizações de bairro, favela, donas de casa, negros, mães e mulheres contra a carestia, por creches, moradia, comissões de saúde e assim por diante. Muitas vezes os movimentos se articulavam com as comunidades eclesiais de base da Igreja Católica, como o novo sindicalismo (...) (RIDENTI, 2014, p. 40).

Com esses movimentos, o cenário político de oposição ganha uma nova dinamização, levando os estudantes do Estadual Central a promoverem mudanças nos conteúdos e nas pautas defendidas pelo *Caminhando contra o vento*. Essa mudança pode ser entendida, como já foi demonstrado por (MULLER, 2016), como consonante ao processo de transformação política em curso na sociedade que estabeleceu novas demandas na luta contra a Ditadura Civil-Militar.

Nesse sentido, Paulo Brescia aponta:

A partir de 1978, estava cada vez mais clara a necessidade de ampliação da resistência ao regime militar e da mobilização popular. Não podíamos permanecer restritos às críticas e denúncias das manifestações do autoritarismo no ambiente escolar, em nossa ação clandestina. (...) Portanto, para avançarmos, era necessário nos somarmos a estes movimentos e não ficarmos isolados em nosso pequeno mundo (BRESCHIA, 2022).

O que se torna possível compreender, a partir dessa colocação, é que os estudantes do Estadual Central membros da CPG começam a se perceber como parte de uma luta mais ampla

e a se posicionar perante um debate mais amplo que estava posto na sociedade. Não podiam mais pensar em se opor ao autoritarismo interno do colégio sem fazer frente ao Estado, que era a base de sustentação de todo aparato autoritário no país. Daí a mudança de postura do jornal, que passou a publicar textos, fossem escritos pelos próprios alunos ou retirados de outros veículos de comunicação que remetiam à luta popular dos movimentos contrários à Ditadura.

Uma outra colocação sobre a mudança de postura do impresso estudantil remete à censura que ainda inibia a divulgação de ações desses movimentos populares na mídia tradicional. Para Elian: “(...) diante do silêncio imposto pela censura aos meios tradicionais, precisávamos colocar nossos meios, por ínfimos que fossem, à disposição de todas as frentes de luta (...)” (GUIMARÃES, 2022). Podemos dizer, então, que essa foi mais uma tática adotada pelos estudantes da CPG na luta contra aquele sistema repressor, com as “armas” que possuíam, isto é, as palavras.

Com isso, o *Caminhando contra o vento* passava a ser um espaço onde os movimentos de luta contra o Regime Militar poderiam divulgar suas ações, atos e manifestações, ou seja, não era mais apenas um jornal estudantil que denunciava questões internas, mas sim um instrumento de divulgação das lutas que estavam sendo realizadas em todo país.

Ao abrir espaço para os movimentos populares e políticos no *Caminhando contra o vento*, conseqüentemente os alunos que estavam encarregados de organizar e colocar o jornal para circular no interior do colégio foram se aproximando cada vez mais deles, em especial, do sindical, como veremos mais adiante. Para Paulo Brescia, essa aproximação da CPG com os movimentos foi assim se construindo:

Com o avanço dos movimentos sociais, tivemos o entendimento de que, para avançarmos na conquista da adesão em massa de estudantes e nos firmarmos como lideranças, era necessário sairmos da clandestinidade de nossa atuação e conquistarmos um espaço com o qual teríamos mais desenvoltura e visibilidade. Era preciso adquirir escala e legitimidade (BRESCIA, 2022).

O movimento estudantil do Estadual Central capitaneado pela CPG tinha por objetivo, portanto, deixar a clandestinidade para adquirir maior visibilidade e conquistar a adesão de um número maior de alunos. Assim, além da mudança de trazer para as páginas do *Caminhando contra o vento* as lutas da sociedade, havia também o propósito de continuar se colocando como a única representatividade estudantil do colégio, conquistando, dessa forma, a sua legitimidade.

A presença dos debates acerca dos vários movimentos contrários à Ditadura Civil-Militar não era algo visto pelos editores do jornal como um empecilho ou como algo que poderia levar à perda da credibilidade do impresso juntos aos estudantes, pelo contrário, colocava-o perante uma pauta comum. Para Elian, esses debates inseriam o jornal dentro de um arcabouço

de movimentos que tinham um objetivo comum: “combater a ditadura”. Nesse contexto, “havia uma intercomunicação entre as diversas frentes de luta. Em todos os setores sindicais, populares, de bairro, de donas de casa, de mãe, de vilas e favelas, campo e cidade, religiosos e progressistas” (GUIMARÃES, 2022).

Dessa forma, com todos esses movimentos se colocando em luta na sociedade, aproximar e oferecer a eles um espaço para divulgação era fundamental para que pudessem alcançar o objetivo final, e foi esse papel que o *Caminhando contra o vento* exerceu naquele instante, conforme expressou seu editorial: “(...) nossa luta é apenas parte de um luta maior, por isso procuraremos tornar nossas páginas um veículo para, também, nossos colegas por dentro das lutas dos trabalhadores brasileiros e estrangeiros, contra a miséria social e por uma sociedade mais justa.” (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1978, p.2).

Essa mudança de postura também pode ser observada nas duas capas das edições 4 e 5, publicadas entre os anos de 1978 e 1979.

Figura 12 – Capa da edição n. 4 de 1978

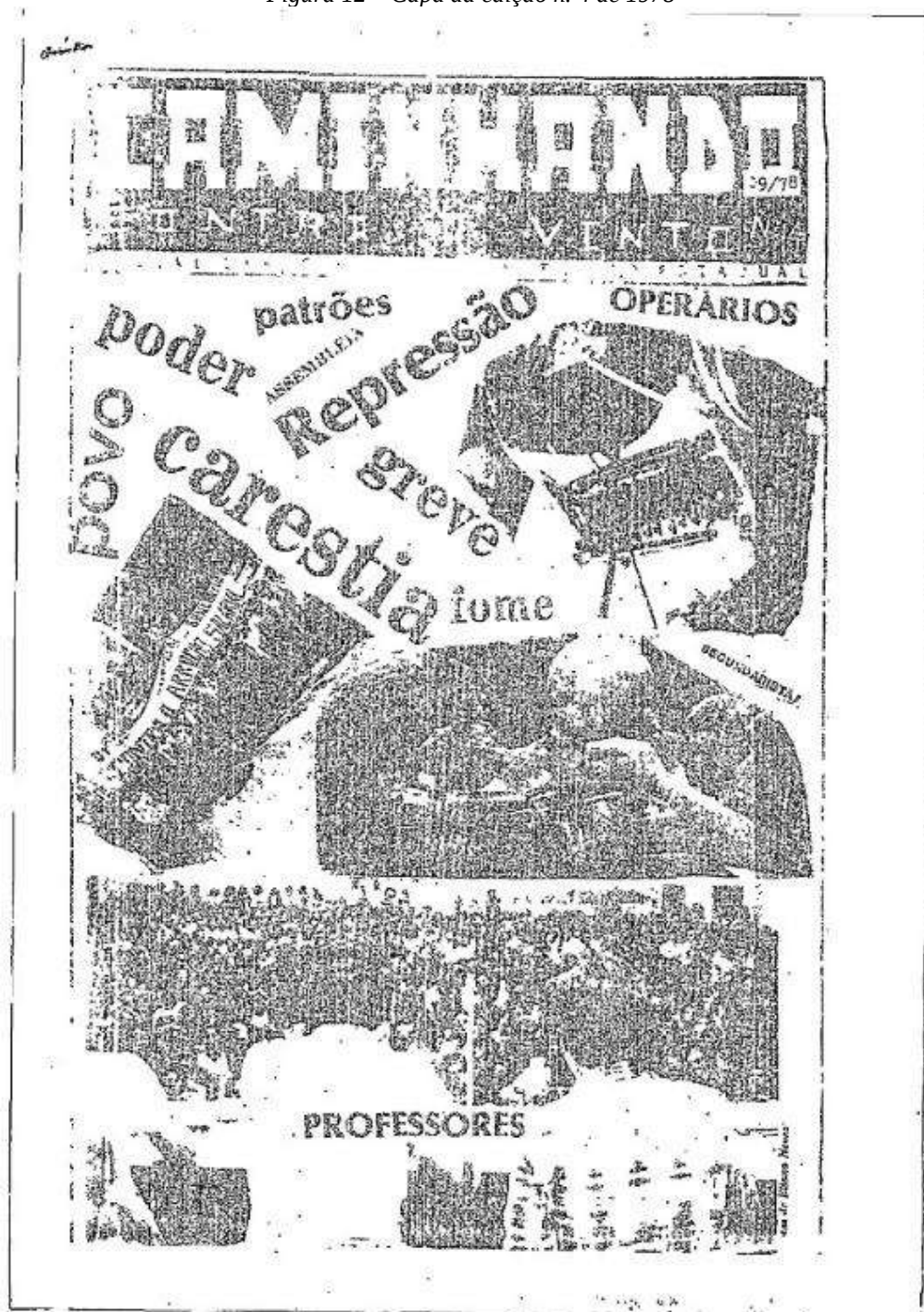
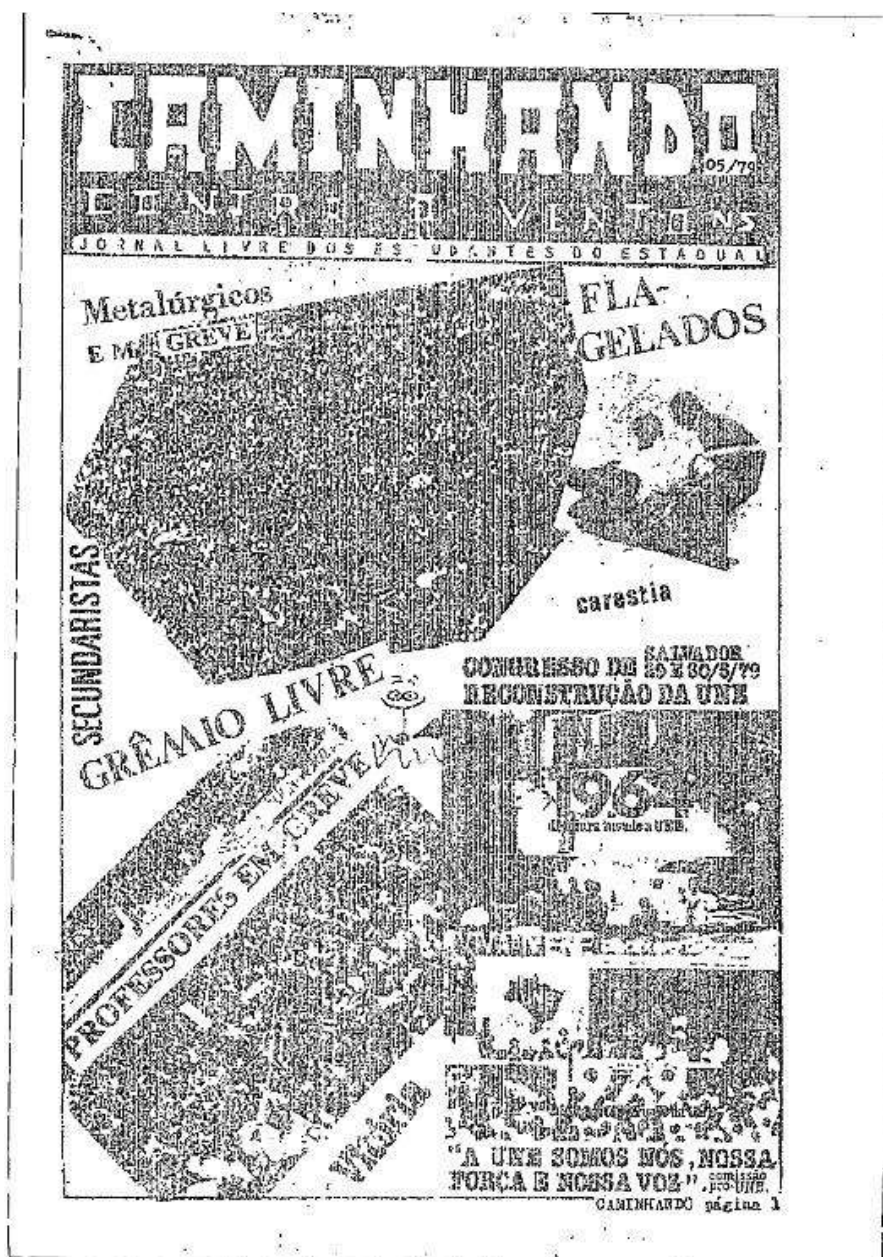


Figura 13 - Capa da edição n. 5 de 1979.



Fonte: Caminhando contra o vento – edição 5 de 1979.

A partir dessas duas capas, percebemos que a pauta do *Caminhando contra o vento* se modificou, passando a ser um espaço para divulgação de atos e manifestações de movimentos sociais e políticos que voltavam a ocupar as ruas do país, como: ações grevistas dos professores e dos metalúrgicos, movimentos contra carestia e críticas sociais. À vista disso, nas duas próximas seções deste capítulo, detalharemos alguns desses movimentos e como eles foram tratados nas páginas do impresso estudantil do Estadual Central.

3.6.6. Movimento de Anistia

Entre os movimentos que ganharam notoriedade dentro do espaço político e social brasileiro no final dos anos 1970, o Movimento pela Anistia foi aquele que se mobilizou em busca da aprovação de uma Lei de Anistia que fosse “ampla, geral e irrestrita”.

Em relação à construção desse movimento, (FICO, 2010) detalha que ele se constituiu

(...) durante o mandato de Geisel e no contexto da “abertura” (...). Em 1975, foi criado o “Movimento Feminino pela Anistia”. Em 1977, com eclosão de manifestações estudantis em diversas cidades do país, a campanha ganhou maior fôlego: realizaram-se os Dias Nacionais de Protesto e Luta pela Anistia e formaram-se os Comitês Primeiro de Maio pela Anistia, que teriam duração efêmera. Finalmente, em 1978, formou-se o Comitê Brasileiro pela Anistia, lançado no Rio de Janeiro com apoio do general Pery Bevilacqua, punido pelo AI-5 em 1969. A exigência de uma anistia “ampla, geral e irrestrita” tornou-se a marca da campanha (FICO, 2010, p. 319).

A respeito desse processo, Carlos Fico reitera que “a Lei de Anistia de 1979 foi uma das etapas do longo processo de superação do regime militar” (FICO, 2010, p. 318-319).

É dentro desse ambiente que se formou em torno da campanha pela anistia que os estudantes do Estadual Central trouxeram, a partir do ano de 1978, as primeiras publicações referentes ao movimento nas páginas do *Caminhando contra o vento*, demonstrando, naquele momento, a mudança do perfil editorial do jornal.

Em uma das primeiras citações ao Movimento pela Anistia, o *Caminhando contra o vento* trouxe um texto destacando a sua luta e a busca por uma unificação nacional. Para isso, deu destaque à realização de um evento voltado ao tema, em São Paulo em novembro de 1978: “(...) os movimentos de anistia espalhados pelos vários estados brasileiros fizeram um Congresso Nacional, onde tiraram resoluções para a unificação da luta pela anistia” (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1978, p. 2). A luta pela anistia foi travada fora e dentro do campo institucional: enquanto as ruas viam o movimento ganhar força, na política os parlamentares debatiam o tema, pois, para eles, a anistia era vista como “uma medida considerada simpática pela opinião pública” (FICO, 2010, p. 320). Assim, já na presidência de João Batista Figueiredo (1977-1985), foi encaminhada ao Congresso Nacional a proposta de lei.

O *Caminhando contra o vento* se colocou, novamente, ao lado do movimento, destacando que “das lutas hoje travadas no seio da sociedade brasileira, uma se sobressai: a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Inúmeras manifestações em favor desta bandeira já tiveram lugar em Belo Horizonte e no Brasil inteiro” (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1979, p. 8).

Contudo, apesar da bandeira por uma anistia ampla, geral e irrestrita, defendida pelo movimento e pelos alunos do Estadual Central, a proposta enviada ao Congresso Nacional pelo governo não remetia ao anseio do movimento, pois “excluía de seus benefícios parte dos perseguidos e incluía os agentes da repressão; também não previa a automática integração dos expurgados. Na forma apresentada pelo governo, a anistia seria parcial e recíproca” (RODEGHERO, 2014, p. 181-182).

A proposta do governo foi levada para análise no Congresso Nacional por uma comissão mista, que naquele instante tinha a hegemonia partidária da ARENA, partido que sustentava a Ditadura Civil-Militar. A Comissão, segundo (FICO, 2010), “(...) reuniu-se oito vezes ao longo do mês de agosto de 1979, mas suas reuniões decisivas foram a sexta, realizada no dia 15, para a apresentação do parecer do relator, e a sétima, no dia seguinte, para sua discussão” (p. 322).

No fim, o MDB, partido que se colocava em oposição ao Regime Militar dentro da estrutura do Congresso, tentou reverter o texto encaminhado pelo governo com propostas de emendas ao texto original. No total foram mais de duzentas propostas de emendas encaminhadas pelo partido (FICO, 2010), entretanto, foram rejeitadas pela maioria dos parlamentares em plenário, ou seja, o texto original do governo seguiu para ser aprovado.

A aprovação da Lei de Anistia, em 28 de agosto de 1979, pode ser entendida como um processo legislativo que levou a um acordo entre forças parlamentares, entretanto, não se chegou a um ponto comum, ainda ficaram em evidência as divergências que não impediram a aprovação da lei. Dessa forma, a lei aprovada, na concepção de Daniel Aarão Reis (2010)

(...) ficou nas margens dos que desejavam uma anistia ampla, geral e irrestrita, o que implicaria inclusive o desmantelamento da polícia política e o julgamento dos torturadores. Essa proposta, decididamente, não empolgou as gentes. Prevaleceu, e a custo, aprovada por uma pequena maioria, uma lei restrita (...) (REIS, 2010, p. 172).

Apesar de não ser a lei que a oposição queria, esta deve ser entendida como um passo fundamental para continuação das lutas pelas reconquistas dos direitos, inserindo outras pautas no campo político que começava a ganhar maior liberdade. Fato é que os movimentos continuaram a se mobilizar e inseriram questões essenciais para se ter o entendimento da verdadeira realidade que vivenciava a sociedade, como é o caso do movimento contra a carestia, que também é citado nas páginas do *Caminhando contra o vento*.

Quando o General João Batista Figueiredo assumiu a presidência da república, a manutenção do Regime Militar estava cada dia mais insustentável, não apenas pelo fator político, mas também por uma condição socioeconômica que afetava diretamente a população

menos favorecida do país. Havia na época uma taxa inflacionária que alcançava a casa de dois dígitos, além de uma estagnação econômica. Não era mais possível manter o discurso de um país em pleno desenvolvimento, como feito durante o “Milagre Econômico”.

3.6.7. Movimento contra a carestia

A situação social era tão precária, especialmente no que tange à questão do acesso a alimentos básicos, que foi formado o Movimento Contra a Carestia, no qual (...) as classes oprimidas pelo sistema governamental reivindicavam do Estado soluções para os problemas sociais vivenciados em função da pouca assistência deste, tendo como principal bandeira a estabilização do preço dos alimentos (CARVALHO e LELLES, 2017, p. 92). Esse Movimento ganhou notoriedade a partir de 1978, quando, com auxílio da Igreja Católica, passou a estabelecer ações por todo país no intuito de levar as suas reivindicações até as autoridades políticas.

Um dos momentos mais importantes do movimento ocorreu quando foi convocado um ato de entrega de uma carta de abaixo-assinado na Praça da Sé, em São Paulo. Entretanto, o evento foi reprimido por forças policiais (ALVIM, 2016).

No ano de 1978, o Movimento Contra a Carestia é citado nas páginas do *Caminhando contra o vento* por meio de uma nota destacando o encontro nacional que estava sendo organizado. No texto publicado no *Caminhando contra o vento*, esse momento foi destacado da seguinte forma: “o movimento de carestia fez seu encontro nacional no sentido de unificar nacionalmente a luta desenvolvida por este movimento” (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1978, p. 2).

Publicações como as que aqui foram destacadas evidenciam a abertura de espaço no *Caminhando contra o vento* para divulgação das ações dos movimentos sociais, que ganhavam as ruas do país defendendo causas sociais, políticas e econômicas contrárias ao governo militar, ao mesmo tempo que demonstram a sua inserção nesse contexto de lutas sociais e políticas mais amplas, em concomitância com as demandas internas que também eram caras para os estudantes.

Além dos movimentos de anistia e contra a carestia, outro que ganhou destaque nas páginas do jornal estudantil, e até mesmo com uma maior amplitude, foi o Movimento Sindical, que voltou a se organizar no Brasil por volta de 1978 sobre a chancela do que passou a se chamar de Novo Sindicalismo.

Sobre a concessão de espaço para divulgação das lutas sindicais nas páginas do *Caminhando conta vento*, destacaremos no tópico a seguir.

3.6.8. As lutas sindicais nas páginas do *Caminhando contra o vento*

O Movimento Sindical teve um papel singular no contexto político e social do Brasil durante a Ditadura Civil-Militar. Em um primeiro instante, nos primeiros anos do regime, os trabalhadores organizados em seus sindicatos se tornaram uma das principais forças oposicionistas ao governo autoritário que se consolidava. É nesse contexto que verificamos a realização das greves de Osasco em São Paulo e em Contagem, no estado de Minas Gerais, no ano de 1968⁵⁶.

Após os episódios de 1968, os sindicatos deixaram de ter autonomia e passaram a ser controlados, diretamente, pelo governo militar, situação que só veio a se modificar a partir do processo de reorganização das entidades sindicais na segunda metade da década de 1970, quando a “crise do milagre econômico, o arrocho salarial, a crescente concentração de riquezas, a insatisfação com medidas repressivas (...) levaram à politização de parte da classe trabalhadora.” (RIDENTI, 2014, p. 41). O que acabou levando ao surgimento do que se denominou Novo Sindicalismo⁵⁷, passando a ser “(...) um dos principais movimentos de oposição à ditadura, embora organizado no interior de sua estrutura institucional” (RIDENTI, 2014, p. 41).

Com o Novo Sindicalismo, as greves voltaram a ganhar campo e se tornaram, novamente, uma ferramenta fundamental de luta da classe trabalhadora, sendo o marco deste momento a realização das greves no ABC Paulista, entre anos de 1978 a 1980, organizadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, na época, presidido por Luíz Inácio Lula da Silva. Para Marcelo Ridenti (2014), essas greves proporcionaram “(...) ganhos materiais relativamente modestos e geraram repressão governamental, com intervenção em sindicatos e várias prisões, inclusive a de Lula, em 1980” (p.41).

Nesse contexto, os estudantes da CPG, logo buscaram dar visibilidade às ações grevistas e à luta dos trabalhadores nos sindicatos, pois havia uma identificação muito peculiar entre esses estudantes e as lutas empreendidas pelas organizações sindicais, como nos explica Geraldo Brescia:

⁵⁶ Após o golpe de 1964, o Governo Militar buscou neutralizar o movimento sindical com uma política econômica que impôs um arrocho salarial e a redução de direitos sociais. Nesse contexto, aconteceram as greves nas cidades de Osasco e Contagem no ano de 1968, que se tornaram marcos importantes da história das lutas da classe operária brasileira. (BUONICORE, 2018).

⁵⁷ Almeida (2011); Brito (2014); Oliveira (2008).

Muitos de nós já estávamos trabalhando nesta época, então passamos a ter contato com sindicatos, como dos bancários e dos metalúrgicos. Aí, a gente, já nessa época, começou a ter uma posição política mais geral. Eu nos bancários, e outros colegas com os dos metalúrgicos... isso foi estabelecendo uma ligação entre nós, estudantes e os sindicalistas, e, assim, foi crescendo estas oposições (BRESCIA, 2021).

Grande parte dos alunos que compunha a CPG e que participava da produção do impresso estudantil era composta de estudantes das turmas do noturno. Com isso, vários desses alunos trabalhavam durante o período do dia, possibilitando, assim, que vivenciassem também o contexto interno das movimentações dos sindicatos e, nesse sentido, essa aproximação, que também foi detalhada por Elían, demonstra que os movimentos sociais, como dos trabalhadores e dos estudantes, estavam se organizando de maneira conjunta tendo um objetivo comum. Vejamos:

As limitações em participação de ações populares eram infinitas, acompanhadas e reprimidas de todas as formas e com todos os mecanismos repressivos que dispunham aqueles que assaltaram o Estado de direito. Mas havia o fator comum – independentemente da tendência ou do entendimento político de atuação – que era combater o inimigo principal: a Ditadura. Havia uma intercomunicação entre as diversas frentes de luta, em especial, com os sindicatos.

Essas colocações nos possibilitam inferir que os estudantes do Estadual Central, ligados à CPG, buscavam novos caminhos para atuar, em oposição ao Regime Militar; que eles queriam levar adiante as suas pautas, mas não queriam fazer delas algo isolado. Com isso, perceberam que se aproximar dos movimentos sociais seria fundamental, e o caminho encontrado foi se aliarem, de certa forma, com aquele movimento que se identificavam e se viam representados: o sindical. Essa adesão transparece nas páginas do jornal *Caminhando contra ao vento* quando se observa a divulgação que era feita das ações sindicais, e, ainda, pelo apoio às greves, como a dos professores estaduais da Rede Pública do Estado de Minas Gerais, em 1979.

Como dito anteriormente, as greves dos metalúrgicos do ABC Paulista podem ser consideradas marco fundamental para a retomada da luta sindical no Brasil, pois os sindicatos eram, até então, controlados em seu interior por pessoas do interesse do Regime Militar, de modo que após as greves eles alcançam certa liberdade e voltaram a se colocar enquanto organização livre – processo que se iniciou com o surgimento do novo sindicalismo que passou a atuar “por dentro da estrutura sindical, pouco a pouco iniciando um lento processo de mudança e transformação desta mesma estrutura sindical atrelada” (ANTUNES, 1995, p. 28).

As greves do ABC Paulista logo ganharam as páginas do *Caminhando contra o vento*. Como uma das primeiras menções ao movimento grevista, os estudantes secundaristas do Central trouxeram uma nota logo no editorial da edição n. 5 de 1979 destacando que:

Recentemente os operários do ABC entraram em greve exigindo melhores condições de vida e trabalho, que compreendem aumento dos salários acima do aumento do custo de vida e liberdade de organização dentro das fábricas (...) a falta de liberdade de organização tanto para os estudantes quando para o operário vem do regime autoritário que nos foi imposto (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1979, p. 2).

O que os estudantes do ME buscam demonstrar é a ideia de que a luta dos operários não é distante da luta dos estudantes, ambos estão buscando uma condição na qual possam obter maior liberdade, se colocando contrários ao Estado autoritário mantido pelos militares, defendendo a constituição de uma sociedade mais justa, na qual todos possam ter os mesmos direitos constituídos.

Em outra matéria, publicada na mesma edição, os estudantes fazem uma análise do que foi o sindicalismo até aquele momento em que as greves voltam a ganhar força no país, destacando o quanto a paralisação das atividades sindicais foi prejudicial para os trabalhadores:

Quarenta anos de sindicalismo atrelado, 15 anos de arrocho. Milhões de horas extras, fome, miséria, insegurança. Leis trabalhistas contrárias às suas necessidades. A má condição de vida e trabalho, proliferação de favelas, habitações caríssimas, sistema de ensino acrítico e elitista, alta do custo de vida etc. Tudo isso é um pouco daquilo que sofrem aqueles que trabalham 10, 12, 15 horas por dia, para sustentar os luxos do patrão e a exploração devastadora das empresas nacionais e estrangeiras. Dezenas de anos de repressão intensa não foram suficientes para calar a voz da maioria dos trabalhadores e oprimidos (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1979, p. 7).

O jornal busca enaltecer a luta dos trabalhadores, demonstra que depois de anos vivendo sobre a chancela e repressão do Estado eles se levantaram e colocaram as suas pautas de luta em evidência, foram para as fábricas com intuito de paralisar as atividades e mostrar que a classe trabalhadora estava, novamente, no jogo político da sociedade e que as mobilizações, em especial as greves, seriam decisivas não somente para conquistas trabalhistas, mas também para enfraquecer politicamente a Ditadura Civil-Militar.

A matéria do Jornal termina com a divulgação das datas das mobilizações trabalhistas que ocorreram em todo território nacional até a publicação da edição, destacando o número de trabalhadores que delas participaram, denotando que a intenção dos alunos era realçar o quanto as greves e as mobilizações estavam ganhando força; além de divulgar para a comunidade escolar a importância política que o movimento dos trabalhadores possuía naquele contexto político.

A publicação noticiava a participação das variadas categorias profissionais nos movimentos, como se pode observar:

Figura 14 – Publicação do *Caminhando contra o vento* divulgando eventos e atos promovidos por sindicatos

05/78 - S. Bernardo do Campo, SP.....	50 mil metalúrgicos em greve por 20% de aumento além do índice oficial.
10/78 - S. Paulo, S.B. do Campo, Osasco....	120 mil metal. em greve por 20%.
- Betim, MG.....	13 mil metalurg. em greve
- Belo Horizonte.....	1.500 hidrelétricos em assembleia conquistam vitória nas negociações.
11/78 - Três Corações, MG.....	1.500 metalúrgicos em greve.
- Sabará, MG.....	2.500 metalúrgicos em greve
- Barão de Cocais, Monlevade, MG....	6.000 metalúrgicos em greve.
- São Paulo, SP.....	300 mil metalúrgicos e 12 mil gráficos em greve.
12/78	11.400.000 trabalhadores do campo reivindicam direito de greve.
01/79 - Recife.....	300 motoristas de táxi paralizam por aumento da bandeirada. Repressão da ...
- Rio, Niterói.....	90% motoristas de ônibus para exigindo melhores salários. F. Armadas invadem as ruas. E a greve continua.
02/79 - Juiz de Fora, Salvador, Vitória...	Motoristas de ônibus cruzam os braços e exigindo melhores condições de trabalho.
- São Paulo, Niterói e Rio.....	Lixeiras, Coveiros, alfaiates, marceneiros em greve.
03/79 - ABCD-SP.....	300 mil metalúrgicos paralizam os serviços, governo interviem nos sindicatos, a greve continua e surge em todo o país mov. de apoio aos grevistas.
- Rio de Janeiro, Niterói.....	452 professores paralizam atividades. 1º mil metalúrgicos em greve.
- RS.....	65 mil func. públicos deram pela greve
- P. Alegre.....	1.700 bancários em assembleia decidem pela greve geral.
- São Paulo.....	Funcionários públicos paralizam atividades em 50 cidades. 200 mil prof. em greve
- Rio, P. Alegre, B. Rio.....	Greve Geral dos Médicos Residentes.
- RN Brasília.....	Professores Paralizam.
- Belo Horizonte, MG.....	Professores se mobilizam em assembleias Gráficos decidem pela greve.

Fonte: *Caminhando contra o vento*, 1979, número 5, página 7.

Além das greves dos operários, em especial a do ABC Paulista, outra que ganhou destaque nas páginas do *Caminhando contra o vento* e apoio dos estudantes secundaristas da CPG do Estadual Central foi a greve dos professores mineiros. De acordo com Oliveira (2006), a greve “(...) eclodiu no dia 18 de maio de 1979, após uma série de reuniões de professores que aglutinaram tanto docentes da rede particular e pública, fato que posteriormente, levaria a criação da União dos Trabalhadores do Ensino – UTE” (OLIVEIRA, 2006, p. 68).

Em sua tese de doutorado, Oliveira (2006) detalha alguns pontos relevantes em relação a essa greve:

A intenção inicial do movimento era que se tornasse global, envolvendo os professores mineiros em sua totalidade, e que os professores tinham ciência que era preciso fazer com que o movimento tivesse um apoio contundente da comunidade, diferenciando-se do movimento fabril. E que a ênfase do movimento era a questão salarial e que as questões ligadas à qualidade de ensino ficaram em um segundo plano, não seria a pauta reivindicatória principal (OLIVEIRA, p. 70).

O movimento grevista ganhou apoio da comunidade do Estadual Central, onde os estudantes do ME, representados pela CPG, se posicionaram a favor dos professores e abriram

espaço para divulgação nas páginas do *Caminhando contra o vento*. Além de notas sobre a greve, a edição n. 5, de 1979, publicou um artigo, escrito pelo aluno Paulo – turno da Noite, intitulado “Matéria de prova: Greve”. Nesse texto, o secundarista, com intuito de cooptar o apoio dos colegas, relata a situação pela qual os professores estavam passando naquele momento:

O movimento dos professores é de grande importância para nós, estudantes, merecendo nossa atenção e nosso total apoio, por eles estarem diretamente ligados a nós. Entendemos que, com baixos salários, excesso de aulas, às vezes tendo que dar aulas em diferentes escolas ou turmas, o que acarreta um desgaste físico e mental, trabalhos extraclasse (correção de provas e exercícios) não remunerados, não há professor que consiga dar boas aulas, não há professor que consiga transformar currículos deficientes e acrílicos em aulas decentes. Por isso é importante darmos todo apoio aos professores, para conquistar melhores salários e melhores condições de trabalho, ganharemos aulas realmente bem ministradas (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1979, p. 3).

Ao demonstrar a importância de os jovens apoiarem a greve dos professores, o jornal busca estabelecer uma ligação direta entre as eventuais conquistas dos professores e a melhoria do ensino. Nesse sentido, além de atuar como um instrumento de informação, o jornal também se colocou como elemento de construção de uma consciência coletiva, atestando que o movimento dos professores não era algo que remetia somente a ganhos para a categoria, mas que era uma ação que traria benefícios, também, para os estudantes, visto que, sendo valorizados, com um salário digno, eles poderiam atuar com maior afinco em apenas uma instituição de ensino, sobrando-lhes mais tempo para melhor preparação das aulas e, consequentemente, isso elevaria a qualidade do ensino.

Com isso, percebemos que o *Caminhando contra o vento* foi um instrumento fundamental para reorganização do ME secundarista do Estadual Central, foi a partir de suas páginas que os estudantes da CPG puderam expor suas posições contrárias aos ditames do processo educacional e também se posicionarem em relação a questões políticas que se faziam presentes na realidade brasileira, demonstrando que os estudantes não estavam isolados diante um processo político, não eram um movimento especificamente direcionado para demandas educacionais, mas sim parte de um conjunto de movimentos que lutavam pela redemocratização do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não poderia dizer que estou finalizando uma pesquisa, pois, para mim, o ideal é dizer que estou apenas concluindo uma etapa de um estudo. Estudo esse cujo objetivo foi compreender como o impresso estudantil *Caminhando contra o vento* foi utilizado pelo movimento estudantil secundarista do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, entre os anos de 1977 e 1979, período da história política que demarca o endurecimento do Regime Militar até o momento em que há a retomada dos movimentos de oposição e consolidação de um processo que culminaria na redemocratização do Brasil.

O movimento estudantil, representado pela Comissão Pró-Grêmio, foi o responsável pela produção do impresso estudantil *Caminhando contra o vento*, que a partir de então, passou a ser o porta-voz desses estudantes que se colocam em luta por um Grêmio Estudantil livre no Estadual Central.

Esses jovens eram em sua maioria alunos(as) do turno noturno, estudantes que possuíam vínculos empregatícios e mantiveram os seus estudos no Estadual Central no período da noite na possibilidade de estabelecer a conciliação entre, trabalho e escola. A inserção desses jovens no mercado de trabalho levanta a hipótese de ter sido a partir desse contexto que se estabelece a aproximação do ME do Central com os movimentos sindicais que passavam também por um processo de reestruturação.

Sobre o jornal *Caminhando contra o vento*, fica evidente que esse foi criado a partir de uma necessidade interna de levantar questões específicas do Estadual Central, sendo que, esse ganhou a sua primeira edição após a participação dos estudantes do Central no III ENE que ocorreu em Belo Horizonte em 1977, fato que os levou criarem a Comissão Pró-Grêmio e logo, veio o impresso estudantil, o nome é inspirado na canção de Caetano Veloso “*Alegria, Alegria*” numa referência de irem contra o vento, ou seja, irem contra todo ambiente autoritário que havia se constituindo na escola e na sociedade brasileira.

Assim, o *Caminhando contra o vento* pode ser entendido, inicialmente, como uma estratégia de enfrentamento (CASTRO, 2016) utilizada pelos alunos secundaristas da CPG contra a direção da escola, o modelo de ensino e demais demandas internas que se faziam pertinentes naquele instante. Por meio do jornal, os estudantes puderam evidenciar as suas posições em relação a temas que se contrapunham a todo processo educativo que havia no Colégio Estadual Central, tais como: a cobrança de mensalidades, aos cursos

profissionalizantes, a má qualidade do ensino, o autoritarismo interno por parte da direção e a sobre a falta de representatividade simbolizada no Centro Cívico.

Foi também por meio desse impresso que a CPG buscou mobilizar os demais estudantes para ingressarem na luta pela conquista de um Grêmio Livre, almejando assim, um ambiente político e educacional no qual pudessem vivenciar uma liberdade.

Com o jornal posto à circular no espaço escolar logo as objeções ao impresso estudantil apareceram na forma de questionamentos e desconfiças de que esse não era produzido por alunos do próprio colégio, que haveria participação de estudantes universitários na sua confecção, que estavam utilizando dos estudantes secundaristas para se infiltrarem no Estadual Central. Contudo, os estudantes da CPG não se intimidaram com tais colocações e mantiveram o impresso, criando estratégias para fazer com que o *Caminhando contra o vento* chegasse ao maior número de alunos possíveis.

Com essa primeira análise de como o *Caminhando contra o vento* foi utilizado pelo ME do Estadual Central foi possível perceber também que, apesar de ser um impresso voltado inicialmente para questões internas da instituição, ele não ficou preso à essa postura e com o tempo os textos publicados começaram a trazer questões mais amplas, demonstrando com isso que, o ME do Estadual Central buscou se inserir em um contexto de lutas maiores que se estabeleciam na sociedade brasileira, no final dos anos de 1970.

Entendemos que, naquele momento, o movimento estudantil desempenhou um papel importante, quando parte dos estudantes brasileiros se fez presente em um agrupamento político de resistência a todo autoritarismo que os militares impunham ao país, pós golpe de 1964. Por isso, é pertinente pensar como Bobbio (2004), pois, para o pensador italiano, a resistência se coloca como um comportamento que se constitui na busca por uma ruptura de uma ordem constituída, ou seja, os estudantes que se colocam em oposição ao governo civil-militar buscavam romper com a ordem autoritária que havia no Brasil, lutando em prol da recomposição do Estado democrático.

Entretanto, pudemos perceber que, apesar do movimento estudantil se colocar como um grupo político de resistência à Ditadura Civil-Militar, ele não possuía uma unidade, pelo contrário, não eram todos os jovens que embarcaram em uma posição política de oposição ao regime autoritário que se constituía, houve jovens que decidiram se inserir em grupos políticos de defesa das posições políticas defendidas pelos militares, como demonstram os estudos de Braghini (2010) e Lima (2020). Segundo os autores, havia uma juventude conservadora partícipe de movimentos como, por exemplo, o Comando de Caça aos Comunistas.

No Estadual Central, o Movimento Estudantil secundarista exerceu um papel relevante no que diz respeito à constituição de um espaço político de luta no interior do Colégio. Desde que o golpe foi concretizado, os estudantes se posicionaram contrários às arbitrariedades políticas que eram impostas à sociedade brasileira, protestando contra ações repressivas que culminaram em ataques diretos ao ME como demonstram as obras de Teixeira (2019) e Moraes (2014), além da documentação que foi encontrada nas dependências do Colégio. Um acervo documental que possui registros de importância para o campo da História da Educação.

Por meio do Movimento Estudantil, uma parte da juventude se colocou contra às arbitrariedades e posições autoritárias que eram estabelecidas no interior do Colégio e na sociedade, fazendo com que os alunos constituíssem uma cultura política alicerçada em valores democráticos, passando a defender o estabelecimento de uma representatividade na qual pudessem exercer de forma livre as suas lutas e pautas, tendo na Comissão Pró-Grêmio a sua sustentação.

Dessa forma, até o presente instante, é possível perceber que há muito o que estudar sobre a atuação do movimento estudantil secundarista do Estadual Central, em especial, durante a Ditadura Civil-Militar. No decorrer deste estudo, as fontes pesquisadas nos levaram a perceber que os estudantes que participavam do ME de oposição ao regime sempre estiveram dispostos a se colocarem no contexto de resistência. Ou seja, o nosso estudo é apenas um primeiro passo para compreender todo contexto que contempla a atuação política desses secundaristas, não apenas no papel de oposição, mas também, sobre aqueles que atuavam no Centro Cívico, órgão que passou a ser a representação estudantil nas instituições de ensino do Brasil após ações governamentais direcionadas ao ambiente educacional.

Neste sentido, é evidente que as páginas do jornal passaram a ser um espaço de divulgação de lutas de outros movimentos, sendo uma forma encontrada pelos estudantes da CPG de se aproximarem de lutas que ganhavam destaque na sociedade brasileira, fazendo com que eles fossem inseridos nessa realidade e divulgassem para a comunidade escolar o que ocorria no Brasil naquele instante, já que, ainda havia uma rejeição, por parte da mídia tradicional, em divulgar esses movimentos e atos, como destacou Kusincky (2018).

Assim sendo, podemos afirmar que o *Caminhando contra o vento* foi utilizado pelos estudantes de duas formas distintas, ao longo do período que foi produzido: em um primeiro instante destacando questões relevantes ao ambiente escolar e na busca pela efetivação de uma representatividade estudantil livre no Colégio; posteriormente, passou a ser um espaço de divulgação de lutas consideradas fundamentais para o reestabelecimento da ordem democrática no país, destacando os movimentos de anistia, contra carestia e sindical.

Entretanto, a nossa pesquisa deixa em aberto questões importantes que podem levar ao desenvolvimento de novos estudos, como a relação que os estudantes secundaristas do Estadual Central mantiveram com os sindicatos no momento que estavam passando por um processo reorganização, em especial, no contexto que envolve a greve dos professores mineiros no ano de 1979, que na ocasião culminou na criação do então UTE-MG, atualmente, Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – SindUTE. Nos textos publicados em edições do *Caminhando contra o vento* fica evidente que os alunos deram apoio fundamental a essa luta no Colégio, mas, devido o tempo de realização do Mestrado não foi possível aprofundar essa questão.

Há também a possibilidade de estabelecer um aprofundamento sobre outros impressos estudantis produzidos no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, em especial, o Voz do CCEMA, produzido pelo Centro Cívico, o que abriu possibilidade para um estudo comparativo analisando conteúdo que cada um trazia consigo no que tange posição política sobre a realidade do país, como, também sobre as questões internas educacionais diante a realidade do colégio.

Sendo assim, há muito o que se pesquisar sobre o movimento estudantil no campo da História da Educação, colocar em evidência a atuação desses estudantes na sociedade brasileira durante um dos períodos mais repressivos de nossa História Política, contudo, como já foi dito, o tempo não permitiu avançar, deixando em aberto a possibilidade de retomar essas pesquisas futuramente.

REFERÊNCIAS

- ABREU, V. K; FILHO, G. I. A Educação Moral e Cívica – Doutrina, disciplina e prática educativa. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, n. 24, p. 125-134, 2006.
- AGUIAR, F. Imprensa alternativa: opinião, movimento e em tempo. In: MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. (Orgs.) **História da imprensa no Brasil**. 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.
- ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- ALMEIDA, R. **Novo Sindicalismo e memória: a CUT e a construção de sua identidade política**. 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307567718_ARQUIVO_ANPUH2011rev3.pdf. Acesso em 02 de julho de 2022.
- AMARAL, G. L. Os jornais estudantis Ecos Gonzagueanos e Estudante: apontamentos sobre o ensino secundário católico e laico. In: **História da Educação**, Porto Alegre, 2013.
- ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas: Pontes, 1995.
- AQUINO, M. J. F. M. **Organização e imprensa estudantil no Colégio de São Luiz e Liceu Maranhense: processo de formação de uma elite letrada (1949-1958)**. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade). Orientador: Daniel Ferraz Chiozzini. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 178 f. 2016.
- BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (orgs.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2014. (p. 23 – 79).
- BARROS, A. N. **Movimento estudantil como organização social detentora de projetos políticos**. Dissertação (Mestrado em Administração). Orientadora: Ana Paula Paes de Paula. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 129 f. 2009.
- BARROS, J. A. **A nova história cultural – considerações sobre seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos**. 2011, p. 38-63. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2011v12n16p38/2958>. Acesso em: 22 jul. 2020.
- BARROS, J. A. **A nova história cultural e a contribuição de Roger Chartier**. 2005, p. 125-141. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41422/21738>. Acesso em 22 jul. 2020.
- BERSTEIN, S. L'historien et la culture politique. Vingtième siècle. **Revue d'histoire**, n. 35, jul-set. 1992, p. 67-77.
- BOBBIO, N. *et al.* **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, 1998.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BUONICORE, A. C. **O 1968 operário: as greves de Contagem e Osasco**. 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4439815/mod_resource/content/1/BUONICORE%20C%20Augusto.%20O%201968%20oper%C3%A1rio%20As%20greves%20de%20Contagem%20e%20Osasco.pdf. Acesso em: 02 de julho de 2022.

BRAGHINI, K. M. Z. **A ‘Vanguarda Brasileira’: a juventude no discurso da Revista da Editora Brasil S/A (1961-1980)**. 2010. 354 f. Tese (Doutorado). Orientador: Kazumi Munakata. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

BRASIL, C. **O brado de alerta para o despertar das consciências: uma análise sobre o comando de caça aos comunistas, 1968-1981**. Dissertação (Mestrado). Orientadora: Cláudia Wasserman. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BRASIL, **Decreto-Lei nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68065-14-janeiro-1971-409991-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 22 jan. 2022.

BRASIL, **Decreto-Lei nº 1077 de 26 de janeiro de 1970**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm. Acesso em: 12 mar. 2022.

BRASIL. **Reforma do ensino superior implementada a partir aprovação da lei nº 5540, de 28 de novembro 1968**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 14 de abril de 2022.

BRASIL. **Reforma do ensino de primeiro e segundo grau implementada a partir da aprovação da lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14 de abril de 2022.

BRITO, R. J. B. A. **O Novo Sindicalismo brasileiro e o papel da crítica: análise das estratégias de engrandecimento da prática sindical brasileira na década de 1980**. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/primeirosestudios/article/view/61390>. Acesso em: 02 de julho de 2022.

CARVALHO, L. B. A censura política à imprensa na ditadura militar: fundamentos e controvérsias. In: **Rev. da Faculdade de Direito**, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/viewFile/36349/22401>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CARVALHO, T. S. P; LELLES, G. M. S. Movimento contra o custo de vida (carestia). **Revista Multices**, Conselheiro Lafaiete, 2017.

CASTRO, E. **Vocabulário Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CHARTIER, R. **Textos, impressão, leituras**. São Paulo, 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18756>. Acesso em: 27 abr. 2022.

CINTRA, A; MARQUES, R. **UBES, Uma rebeldia consequente**: a história do movimento estudantil secundarista do Brasil. São Paulo: Ministério da Cultura, 2009.

CUNHA, L. A. **Decreto Aragão**, 2021. Disponível: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/decreto-aragao-educacao>. Acesso em: 24 jan. 2022.

DAMASCENO, A. R. **Das condições objetivas as representações de “boa” escola**: um estudo da produção e dos produtos das representações dos atores do processo educativo escolar. 2007. 336 f. Tese (Doutorado). Orientadora: Alda Junqueira Marin. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

DAEFIOL, R. C. O jornal estudantil “O Brado Universitário (1973-1976): uma expressão de microrresistência possível à Ditadura Militar na Universidade Estadual de Maringá. **31. Simpósio Nacional de História**, Rio de Janeiro, 2021.

FICO, Carlos. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado ‘perdão aos torturadores’. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, Ministério da Justiça, n.4, p. 318-333, jul./dez. 2010.

FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74. jan./abr. 2017.

FICO, C. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. (orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FICO, C. **O Golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

FICO, C. “Prezada censura”: cartas ao Regime militar. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, 2002.

FILGUEIRAS, J. M. **A educação moral e cívica e a sua produção didática: 1969-1993**. Dissertação (Mestrado). Orientador: Kazumi Munakata. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2006.

FILHO, B. J. **Masculinidades**: um jogo de proximidades e afastamentos, o caso do jornal estudantil “O bonde”. Tese (Doutorado em Educação). Orientador: Anderson Ferrari. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, p. 215. 217.

FOLHA DE SÃO PAULO. 27 de julho de 1968. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=2972&anchor=5186796&origem=busca&originURL=&pd=56925c7a7cfc2c9dffa2dcae99f1698>. Acesso em: 25 de janeiro de 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. 04 de outubro de 1968. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=3071&anchor=5167057&origem=busca&originURL=>. Acesso em 25 de janeiro de 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. 13 de outubro de 1968. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=3080&anchor=5168040&origem=busca&originURL=>. Acesso em 25 de janeiro de 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. 06 de setembro de 1969. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=3408&anchor=5165153&origem=busca&originURL=&pd=792eb1cbd2f4d362f0fec7fa5f329dba>. Acesso em: 27 de janeiro de 2022.

FORACCHI, M. M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1972.

GALLO, P.R. *et al.* Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. In: **Rev. Enferm. USP**. São Paulo. 2014, p. 194-195.

GIANNAZI, C. **A doutrina de segurança nacional e o milagre econômico (1969-1973)**. São Paulo: Ed. Cortez, 2013.

GONÇALVES, B. G. G. **As músicas de protesto durante os festivais da canção: da composição a ação**. 2006. Trabalho de conclusão de curso apresentado para obtenção do título de licenciado em história. Faculdade de Pará de Minas, Pará de Minas, 2006.

GONÇALVES, B. G. G. **De Chico Buarque à Legião Urbana: uma análise do uso de músicas de protesto na construção do conhecimento sobre a Ditadura Militar (1964-1985)**. 2016. Trabalho de conclusão de curso apresentado para obtenção de especialista em ensino de história. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

GONÇALVES, B. G. G. Entre a luta e um ideal: uma análise do posicionamento político do movimento estudantil da UFMG nos anos de chumbo e utopia (1964-1979). In: **Revista Homium**, v. 2, p. 1, 2013.

GONÇALVES, B. G. G. O movimento estudantil brasileiro: uma análise midiática de sua memória no período da Ditadura Militar. In: **SynThesis Revista Digital FAPAM**, v. 7, p. 240-255, 2016.

GONÇALVES, B. G. G. Repressão e luta: o movimento estudantil durante os anos de chumbo e utopia. In: **Synthesis Revista Digital da FAPAM**, v. 2, p. 1-13, 2010.

GUILHERME, K. C. S. **Ditadura Militar e Educação: uma análise do centro cívico escolar (1971-1986)**. Dissertação (Mestrado em Educação: História Política Sociedade). Orientador: Mauro Castilho Gonçalves. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 165 f. 2011.

HESSMANN, D. R. L. **Combatendo a “peste vermelha”**: a construção do subversivo entre o alto e o baixo escalão dos órgãos de repressão durante a Ditadura militar brasileira. 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/201901/1548772191_a6ef36e8d6810d1e9702237e25caf0ff.pdf. Acesso em: 28 mar. 2021.

HOLLERBACH, J. D. G. Reformas educacionais e ensino médio na Ditadura Militar: Colégios universitários e a crise dos Excedentes. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, v. 19, p. 1-21, 2019.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção magistério 2º grau; Série formação de professor)

LIMA, D. B. **O Comando de Caça aos Comunistas (CCC): do estudante ao terrorista (1963-1980)**. 2020. 279 f. Dissertação (Mestrado). Orientadora: Katya Mitsuko Zuquim Braghini. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2020.

LUIZ, Felipe. **O conceito de estratégia em Michel Foucault: a genealogia do poder**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/outramargem/article/view/15168>. Acesso em: 28 abr. 2022.

MARTINS, F. A. S. **A voz do estudante na educação pública: um estudo sobre participação de jovens por meio de um grêmio estudantil**. 2010. 168 f. Dissertação (Mestrado). Orientador: Juarez Tarcísio Dayrell. Universidade Federal de Minas Gerais. 2010.

MEDEIROS, F. F. A nova história política. **Temporalidades – Revista de História**, Belo Horizonte, n. 3, p. 258-269, set./dez. 2017.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5-6, p. 5-14, mai./dez. 1997.

MÉZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORAES, C. S. V. et.al. **Arquivos escolares e pesquisa histórica: fontes para o estudo da educação brasileira**, 2005. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pffe/publicacao/2295/46-dossie-moraescsv_etal.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.

MORAES, R. **Colégio Estadual**. Belo Horizonte: Conceito, 2014.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, R. P. S. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018.

MOTTA, R. P. Sá. **Ditadura militar no Brasil: historiografia, política e memória**. 2017. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/entrevista-rodri-go-patto-sa/>. Acesso em: 29 mar. 2021.

MULLER, A. **O movimento estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969- 1979)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**. 2015. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/23617>. Acesso em: 3 jan. 2022.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em 20 mar. 2021.

OLIVEIRA, M. E. **Sob o signo do novo sindicalismo: das mudanças de identidade e de estratégias, na trajetória do PT e da CUT, à consolidação do populismo sindical no governo Lula**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, W. **A trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais: Da UTE ao Sind-UTE**. Tese (Doutorado em Educação). Orientador: Rogério Cunha de Campos. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 411 f. 2006.

ORTIZ, R. **Revisitando o tempo dos militares**. In: REIS *et al.* (org.). **A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe 1964**. Rio de Janeiro, 2014, p. 112-127.

POERNER, A. J. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

REIS, D. A. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS *et al.* (org.). **A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe 1964**. Rio de Janeiro, 2014, p. 11-29.

REIS, D. A. Ditadura, Anistia e Reconciliação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, nº 45, p. 171-186, 2010.

RIBEIRO, B. O. L. *et al.* Jornal como fonte: uma das pontas do iceberg nas narrativas em história da educação. **Caderno de História da Educação**. n.1, p. 219-231. 2014.

RIBEIRO, M. V. T. Os Arquivos das Escolas. In: NUNES, Clarice (coord.). **Guia Preliminar de Fontes para a História da Educação Brasileira**. Brasília: INEP, 1992.

RIDENTI, M. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS *et al.* (org.). **A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe 1964**. Rio de Janeiro, 2014, p. 30 – 47.

RODEGHERO, C. S. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. . In: REIS *et al.* (org.). **A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe 1964**. Rio de Janeiro, 2014, p. 172-185.

RODRIGUES, C. S. **O Povir, jornal literário e recreativo: propriedade de uma associação de estudantes do Atheneu Sergipense (1874)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Orientadora: Eva Maria Siqueira Alves. Universidade Federal de Sergipe. São Cristovão, p. 104. 2016.

SANTANA, F. de A. **Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964-1985**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

SAVAIANI, Dermeval. O legado educacional do Regime Militar. **Cad. Cedes**, Campinas, v.28, n. 76, p. 291-312, 2008.

SCHMITT, Silvana Lazzarotto. **Encontros e desencontros do Movimento Estudantil Secundarista Paranaense (1964 1985)**. 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade,

Estado e Educação). Orientador: Alexandre Felipe Fiuza. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2011.

SCHWARCZ, L. M; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWETER, I. S. **Organização e imprensa estudantil no Instituto de Educação Sud Mennucci (1952-1954)**. Dissertação (Mestrado em Educação, História, Política e Sociedade). Orientador: Daniel Ferraz Chiozzini. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 196 f. 2015.

SIQUEIRA, M. N. O. O movimento estudantil na Guanabara de 1964-1968: contexto, objetivos, estratégias e consequências. **Diálogos**. n. 2, p. 311-330. 2011.

SIRINELLI, J.F. **Histoire des droites**. Paris: Gallimard, 1992.

SOUZA, M. I. S. **Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964**. Petrópolis: Vozes, 1981.

SOUZA, M. G. **Ensino de História, civismo e poder disciplinar: a interiorização do golpe civil-militar de 1964 na Bahia**. Dissertação (Mestrado em História). Orientadora: Célia Costa Cardoso. Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão, 165 f. 2021.

SPERANDIO, Amábile. A juventude elitista e a Ditadura no Brasil. In: **XXV Semana de Ciências Sociais: 50 anos do golpe militar – Universidade Estadual de Londrina**. 2014. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/semanacsoc/pages/arquivos/GT6%202014/GT6_Amabile%20Sperandio.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

TEIXEIRA, A. H. L. **Uma escola sem muros: Colégio Estadual Central de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1998.

TOLENTINO, M. O. A. **O 16 de setembro sob a ótica da DIPBA – Dirección de inteligência de la provincia de Buenos Aires (1990-1996)**. Dissertação (Mestrado em História). Orientador: José Alves de Freitas Neto. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 179 f. 2012.

VALLE, Maria Ribeiro. 1968: **O diálogo é a violência: movimento estudantil e Ditadura Militar no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.

VIDAL, V. F. S. **O Necydaus: um jornal estudantil do Atheneu sergipense (1909-1911)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Orientadora: Eva Maria Siqueira Alves. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 224 f. 2009.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. (org.). **Cinco estudos em história e historiografia da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ZANETTE, M. S. **Pesquisa qualitativa no contexto da educação no Brasil**, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n65/0104-4060-er-65-00149.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2020.

ZANLORENZI, C. M. P. História da Educação, fontes e imprensa. **Rev. HistedBr Online**, Campinas, n. 40, p. 60-71, dez. 2010. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/3370>. Acesso em: 6 dez. 2020.

APÊNDICE

Categorização edições jornal

Pesquisa Mestrado - O IMPRESSO CAMINHANDO CONTRA O VENTO: O MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA DO COLÉGIO ESTADUAL CENTRAL DE BELO HORIZONTE (1977 – 1979)

TEMA	Edição 0 - 1977	Edição 1 - 1977	Edição 2 - 1978	Edição 3 - 1978	Edição 4 - 1978	Edição 5 – 1979
objetivo e função do jornal	(...) Criamos este jornal livre: para questionar as proibições feitas às nossas atividades. Manifestando nosso apoio ao protesto dos demais setores da sociedade, prejudicados nos seus interesses (...). p. 2	(...) se torne o porta-voz das reivindicações e interesses dos alunos da escola. P.8	É importante que nosso jornal seja um veículo de comunicação entre os estudantes e que nele possamos discutir também, os problemas que afligem a sociedade na qual estamos inseridos. P. 1	É um jornal comprometido com a defesa dos interesses dos estudantes do Estadual. Vemos nele um instrumento de luta, de luta contra o autoritarismo, de luta pela liberdade de manifestação e expressão dentro da escola, de luta. Enfim, pela melhoria do ensino e também contra todos os problemas que nos afligem (...).	Um jornal que é nosso porta-voz, que grita em defesa de nossos interesses, que briga contra a opressão, o autoritarismo e as péssimas condições de ensino (...). P.8.	(...) o jornal como um porta-voz de todos nós, denunciando os problemas surgidos no dia a dia e procurando congregar o maior número de colegas em torno do jornal. P. 2 Observação: o jornal servir de espaço para divulgação de outras lutas. Nossa luta é apenas parte de uma luta maior, por isso procuraremos tornar nossas páginas um veículo para, também, mostrar os colegas por dentro das lutas dos trabalhadores brasileiros e

						estrangeiros contra a miséria social e por uma sociedade mais justa. P. 2
Autoritarismo dos professores	Uma das coisas que poucas pessoas ficaram sabendo, mas, que acontece a todos nós, quando vemos que o justo deve prevalecer, foi que os professores só querem receber seus salários, tiveram que enfrentar várias dificuldades, como: ameaça do decreto-lei 477. p. 3	Tendo em vista o estado de tensão e revolta dos alunos, “vítimas” do autoritarismo de certos professores que abusam de sua autoridade para reprimir os alunos, o que é próprio do sistema de ensino atual, é que vemos a necessidade de união de todos os reprimidos para reivindicarmos nossos direitos. P4	(...) o autoritarismo das professoras de História, Edyr e Clery, e do professor de direito, José Maria, sentimo-nos na obrigação de denunciar o abuso de autoridade destes professores, em suas atitudes para com os alunos. As reclamações não se limitam a falta de debates mais profundos da matéria exposta pelos professores no decorrer do ano, o que ocasiona a menos assimilação por parte dos alunos; reclamamos também a falta de liberdade de opinião e manifestação. Apesar das imposições destes professores, compreendemos que isto é, também, decorrente da política educacional do país. P. 2	Levando em conta que alguns alunos podem fazer isto simplesmente por vadiagem, devemos também considerar que a maior parte dos casos se deve ao grande desinteresse por certas matérias. Qual seria então a causa desse desinteresse? São ao certo os métodos totalmente arbitrários, que obrigam os alunos a se calarem em salas, privando-lhes do direito de exporem suas ideias, discutir com os professores e com seus colegas a matéria em questão. P. 2.		

Perseguição a estudantes	(...) muitas vezes sobre pretexto de “bagunça” e “indisciplina”, a diretoria pune alguns estudantes por ela considerados “perigosos”. (...) é bem mais fácil para a diretoria contornar os problemas da instituição, suspendendo e dando outras punições aos alunos que resolver a situação. P.3.					
Curso profissionalizante	Segundo declaração do nosso Reitor, o curso que nós, estudantes, de segundo e terceiro ano fazemos, não é para nos dar base para vestibular, e sim, para preparar para “enfrentar a vida”, com um curso profissionalizante. P. 4.	(...) a introdução dos cursos profissionalizantes (que antes de profissionalizar, objetiva diminuir o número de vestibulandos, e consequentemente, o número de excedentes), o crescente rebaixamento do ensino foi uma tônica na Educação do país. P. 1		Estes cursos profissionalizantes foram criados com um fim bem claro: desviar a grande massa de excedentes que estava se formando até 1968 e que estava causando a instabilidade política para a ditadura ao sair as ruas com reivindicações por mais vagas e por mais verbas. A reforma do ensino tentou, mas não conseguiu, resolver o problema dos excedentes (...). p. 3		

Cobrança de mensalidades		Por não portarem os carnês de pagamento, os alunos do turno da noite na segunda-feira, dia 29 de agosto, foram barrados no portão de entrada do colégio. Alguns colegas, em solidariedade, tiveram como solução mandarem os carnês pela janela aos companheiros que ficaram retidos embaixo. P.2 (VOLTAR NA FALA DO GERALDO E ELIAN) Ficou bem claro que o problema do carnê foi a gota d'água, surgindo daí denúncias de graves problemas que nos sentimos e sabemos que existem mas, nunca fazemos nada diante do óbvio que se faz presente em nossa escola. P.2				
Centro Cívico		(...) se omitiu e assumiu seu verdadeiro papel de ir contra nossas reivindicações. É claro	O centro cívico é um órgão que visa substituir o grêmio, o que não é possível, pois, o CCEMA é			

		que eles também não poderiam fazer nada, devido ao controle exercido por professores especialmente contratados para este fim. P.4	controlado pela diretoria e consequentemente as reivindicações dos alunos que para ele forem canalizadas, nele se diluirão por falta de representatividade. Assim sendo, o papel do centro cívico limita-se a promoção de jogos esportivos, alguns encargos burocráticos e cumprir as determinações da diretoria. P. 1			
Autoritarismo da direção		(...) o que sobra: provavelmente, suspensões em massa, de alunos isolados e de salas inteiras. E essas punições só vêm demonstrar a total incapacidade da diretoria da escola em resolver os problemas que existe no colégio. P.8	(...) a diretoria não deixa ninguém fazer ou falar nada que vá de encontro aos seus interesses e quando aparece alguém que ousa fazer o que ela não acha certo, mais do que depressa este alguém é reprimido para que o ocorrido não volte acontecer outras vezes. P.5 (...) no dia desta reunião quando chegamos ao colégio fomos seguidos por um funcionário que ia a todo lugar onde nos íamos nos reunir, vendo que não haveria	Continua pensando sobre as costas do nosso colega Geraldo (sala 2010-noite) a ameaça de expulsão do colégio. Agora a diretoria está preparando um “Comissão de inquérito” formada pela congregação para com isto, tentar expulsá-lo. Como isto ocorre com todos aqueles que tentam discutir nossos problemas estamos denunciando, pois não podemos fechar os olhos diante desse tipo de ameaça. P. 10		

			jeito de fazer a reunião sem a presença do repressor, acabamos fazendo a reunião em frente ao auditório da Unidade I, mesmo sobre vigilância do funcionário do colégio e de um outro agente da diretoria que além de aluno no colégio é o maior “dedo duro” que existe, entregando os colegas que fazem alguma coisa dentro colégio. P.5 (...) a diretoria este ano está a fim de reprimir toda e qualquer manifestação independente dos alunos da escola, mas não devemos nos intimidar ante as ameaças de suspensão e expulsão feitas pela diretoria, devemos antes de mais nada tentar fortalecer as atividades (...).	O diretor do turno da noite (unidade I), juntamente com seu disciplinário (aquele baixinho de terno amarelo) não são nada bons na arte de espionar. Imagine vocês que após serem surpreendidas atrás daquelas flores perto do auditório, espionando uma de nossas reuniões, ainda chamaram a nossa colega Eulália, da sala 07 na diretoria. Chegando lá, nossa colega ouviu a mesma cantilena de sempre: “fiquei sabendo que você anda participando de reuniões subversivas (...)”. p. 10		
Qualidade do ensino na instituição		Do jeito em que está o ensino no colégio, nós não temos o mínimo interesse em assistir às aulas. Os professores recebem pouco e não tem estímulo para dar			(...) as aulas continuam sonolentas, temos visto, com exceções sejam feitas, os professores autoritários, o mau	

		boas aulas. Não temos laboratórios que prestem, nem boas apostilas. Não nos tornamos auxiliares-técnicos, nem passamos no vestibular. P. 8			ensino, a distância cada vez maior entre matéria e aluno. E isto é apenas a repetição de oito ou nove anos de ensino pelos quais passamos. P. 4	
Crítica ao modelo de ensino do Brasil				O ensino brasileiro, como vimos pelo exposto (...) é fundamentalmente elitista. Só estuda quem tem condições de pagar bons cursinhos verdadeiras máquinas de fazer dinheiro, e ter um preparo para enfrentar a máquina do vestibular. P. 3 Além disso, perguntamos para que servem os disciplinários? É fácil responder: para reprimir os alunos, para impedir que nós reclamemos das péssimas condições do ensino que recebemos. P. 8.		
Alunos que não participavam do movimento estudantil e denunciava os				O aluno H, da sala, 103, anda tomando medidas individualistas pressionando alguns colegas para que não		

				participem de nosso jornal. A poucos disse ele tomou um jornal, feito pelos colegas do Promove, das mãos de uma menina da mesma sala e logo após foi denunciá-la à diretoria dizendo que não devolveria mais o jornal à ela por dois motivos: primeiro porque não quero que você leia e segundo porque este jornal é proibido no colégio. E poucos dias antes desse ocorrido, ele ameaçou outra colega da mesma sala, dizendo que a proibia de participar de nossas reuniões (...) p. 11		
--	--	--	--	---	--	--

APÊNDICE
QUESTÕES POLÍTICAS

TEMA	Edição 0 - 1977	Edição 1 - 1977	Edição 2 – 1978	Edição 3 - 1978	Edição 4 - 1978	Edição 5 – 1979
Reconstrução do Movimento Estudantil					Nós, estudantes, estamos reorganizando a União Nacional dos Estudantes (UNE), cujo Congresso está marcado para o dia 29 e 30 de maio em Salvador-BA, um importante passo na luta pela liberdade de organização e manifestação. P.2	(...) os estudantes mineiros levantam a bandeira de reconstrução da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais. Esta entidade (UEE/MG) foi extinta em 1968 pela repressão que se abateu de forma violenta sobre todas aquelas vozes que se levantaram contra, de forma ou de outra, o regime militar instaurado em 1964. Nós, estudantes secundaristas, temos claro a conquista de nossas entidades livres (grêmios, UMES, UBES) e, que também a nossa participação na UEE/MG, passa por uma ampla discussão, organização e discussão, dentro dos colégios. Mas, precisamos levar esta discussão o mais rápido possível para o conjunto de nossos colegas e nos

						definirmos, pois, o processo de reconstrução já esta andando, puxado pelos universitários. P. 3
Movimento Sindical/Grevista					Recentemente os operários do ABC entraram em greve exigindo melhores condições de vida e trabalho, que compreendem aumento dos salários acima do aumento do custo de vida e liberdade de organização dentro das fábricas. P.2 Dirigentes de vários sindicatos fizeram um encontro onde destacaram entre outras coisas a necessidade de luta pela liberdade sindical, direito de greve e mudança da estrutura sindical. As oposições bancárias fizeram, também um encontro para avançar a luta pela liberdade sindical, direito de greve e unificação nacional da luta pelas seis horas diárias de trabalho. P.2	

					(...) a falta de liberdade de organização tanto para o estudante quando para o operário vem do regime autoritário de governo que nos foi imposto.	
Anistia					(...) os movimentos de anistia espalhados pelos vários estados brasileiros fizeram um congresso nacional onde tiraram resoluções para a unificação nacional da luta pela anistia. P.2	Das lutas hoje travadas no seio da sociedade brasileira uma se sobressai: A LUTA PELA ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA. Inúmeras manifestações em favor desta bandeira já tiveram lugar em Belo Horizonte e no Brasil inteiro. Agora, esta luta vem se desenvolvendo em torno dos objetivos bem imediatos: libertação do estudante Caju e os integrantes do Movimento de Convergência Socialista. P.8
Movimento de Carestia					O movimento de carestia fez seu encontro nacional no sentido de unificar nacionalmente a luta desenvolvida por este movimento. P.2	

Greve de Professores de Minas Gerais					O movimento dos professores e de grande importância para nós estudantes, merecendo nossa atenção e nosso total apoio, por eles estarem diretamente ligados a nós. Entendemos que, com baixos salários, excesso de aulas, às vezes tendo que dar aulas em diferentes escolas ou turnos, o que acarreta um desgaste físico e mental, trabalhos extra-classe não remunerados, não há professor que consiga dar boas aulas não há professor que consiga transformar currículos deficientes e críticos em aulas decentes. Por isso, é importante darmos todo apoio nos professores (...). p. 3	
Movimento conta a Censura						Esta semana se reveste de uma importância muito grande, pois hoje, quando aumento o sentimento de oposição ao regime opressor e quando crescem as manifestações exigindo o seu fim,

						nas basta só a o gesto de denúncia o gesto de protesto. É hora de rompermos os limites do censurado, do proibido e conquistar o espaço que nos é negado. P. 5
--	--	--	--	--	--	--

APÊNDICE

Categorização entrevistas

Pesquisa Mestrado - O IMPRESSO CAMINHANDO CONTRA O VENTO: O MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA DO COLÉGIO ESTADUAL CENTRAL DE BELO HORIZONTE (1977 – 1979)

Influência da imprensa alternativa

Tema	Geraldo Brescia	Jair Fonseca	Ananias Zeca	Elian Guimarães	Paulo Brescia
Influência dos impressos alternativos na produção do jornal “Caminhando...”	E tudo era muito inspirado no que a gente lia, O Pasquim, os jornais Opinião e Movimento.			Tínhamos uma professora de EMC que pegada os textos dos jornais “Opinião” e “Movimento” e reproduzia por conta dela, distribuía para turma e dizia, vocês vão ler e na aula da semana que vem vamos discutir esses textos, então, a leitura desses textos foi uma fonte de inspiração para produzirmos o “Caminhando...”.	Os temas eram debatidos e eram escolhidos artigos que haviam circulado em outras publicações como Pasquim, Opinião, Movimento, Le Monde Diplomatique, publicações acadêmicas e jornais do DCE e DAs da UFMG.

Questões específicas sobre o jornal “Caminhando contra o vento”

Tema	Geraldo Brescia	Jair Fonseca	Ananias Zeca	Elian Guimarães	Paulo Brescia
O que levou a criação do Jornal Caminhando?	(...) ter um jornal específico para o Central porque a UMES-BH já tinha um, o Roda Vida. Então buscamos a fazer um que fosse específico para o Central. E que pegasse as essas questões próprias da escola.			Enfim, a gente começou a se organizar, tinha o jornal Roda Viva da UMES, era timidamente distribuído, era proibido e era muito mal visto pelos próprios estudantes devido a campanha que era feita pela repressão, foi aí que	

				percebemos a necessidade de se organizar e comunicar com um jornal próprio, específico do Estadual Central para tratar das nossas questões específicas e aí começamos a conversar em todas as salas, com grupos das salas.	
Objetivo do Jornal			O jornal era um espaço de participação, de informação e de formação e em sua curta duração cumpriu bem esses objetivos.	(...) mostrar o que acontecia dentro do colégio era uma reprodução da sociedade, porque a repressão estava em todos lugares e a participação era importante, da organização para resistir, pois não havia outra forma de conter a repressão e vencê-la sem se organizar, sem se reunir, sem expor as ideias, sem conquista de espaço para expor as ideias, tanto é que a gente ao escrever o jornal não pretendemos apenas à assuntos internos, ele é amplo, como a gente conversou antes, a gente tinha os movimentos que não eram publicados na imprensa, a movimentação política desses, que era vamos dizer proibidas de se realizar pelas autoridades da época e gente expunha	O Jornal Caminhando pretendia ser um instrumento de propaganda e agitação no combate ao regime militar e na defesa das liberdades democráticas. O objetivo inicial era trazer para perto do cotidiano dos estudantes secundaristas, as críticas à política educacional do governo, bem como contribuir para a formação e ampliação de um movimento de resistência estudantil secundarista, na esteira da reconstrução da União Nacional de Estudantes (UNE) e da União Brasileira Estudantil Secundarista (UBES) e no combate ao regime militar, em defesa das liberdades democráticas.

				isso no jornal, então este elo era uma demonstração de que a gente era uma parte de um todo no que estava acontecendo. O jornal era uma ferramenta, comum à época, que os movimentos de resistência à ditadura e à censura se utilizavam para comunicar suas propostas. No caso do "Caminhando" foi a forma encontrada para dar visibilidade ao movimento de recuperação do grêmio livre, entidade fechada pelas forças repressivas e substituída por "centros cívicos" controlados e coordenados por professores ligados à repressão de estado. Também era porta-voz das tendências progressistas e uma forma de expor e mobilizar, demonstrando que havia sim, apesar da censura e repressão, pessoas e grupos que resistiam ao sistema. Tínhamos em mente que precisávamos usar as ferramentas "disponíveis, acessíveis e baratas" que nos sobravam do brutal cerco da censura.	
--	--	--	--	--	--

Escolha do nome	Por causa da música do Caetano Veloso, naquele momento escolhemos este nome para fazer referência a música do Caetano já que, o Roda Vida já fazia uma referência a música do Chico, então para não ficar diferente do jornal da UMES veio o nome do Caminhando. A gente não era muito criativo neste sentido, a gente aproveitava a ideia que já estava posta.	Inspirado na canção de Caetano Veloso, no Tropicalismo, então veio a ideia de usar a canção Alegria, Alegria, “caminhando contra o vento...”. É curioso e significativo que no nosso caso, caminhando, tem esse subtítulo, o nome era grande, mas era uma forma de aludir com uma metáfora, coisa muito típica da arte da época da ditadura, aludir a resistência, a oposição é contra o vento. Do caminhar em oposição a algo, contra alto, é obviamente uma alusão a ditadura, essa coisa toda.			
Processo de criação das edições	Não tinha um editorial específico, os textos iam chegando, onde cada um trazia as suas demandas e indignações, aí olhávamos se este ponto trago no texto podia ser bom, né? Podia pegar bem e aí cada um fazia o seu próprio texto. E aí ele, e aí todo mundo via tudo que estava sendo feito, antes dele tá pronto, e assim fazíamos o jornal. Tanto é que, nas primeiras edições dos jornais sempre fazíamos o convite para os alunos			As reuniões começaram na própria Umes. Tínhamos um cine-club, que funcionava nas dependências da Faculdade de Economia (Face) da UFMG, no Centro de BH. A princípio, os movimentos culturais, mesmo com a censura no encaixe, eram as formas e motivos de aglutinar pessoas em uma causa comum, que formaria quadros para ampliar as formas de organização, ampliando para outras frentes de luta.	Inicialmente as reuniões eram clandestinas e ocorriam nos intervalos das aulas no Estadual Central ou na Sede da UMES-BH. Posteriormente, a partir de 1978, as reuniões ocorriam no intervalo das aulas no Pátio do Estadual Central ou na Sede da UMES e eram divulgadas amplamente e com antecedência. A escolha das matérias e a abordagem a ser feita eram definidas em reuniões da

	enviarem os seus textos, era algo meio livre, se você tinha uma questão relacionada ao contexto da escola você podia enviar para gente o texto. Não tinha um responsável específico para escrever sobre x ou y.			Quando o jornal começou a sair com assinaturas nas matérias e a sala de cada um, demonstrando que em cada sala havia um "representante" de um movimento que tomava pé e avançava, a direção do colégio tentou reprimir, sem sucesso. Houve uma combinação. Fizemos contatos em cada uma das mais de 30 salas das duas unidades. Conversávamos com uma a uma e sempre havia "um representante" em cada turma que seria responsável em distribuir os jornais no momento em que se tocasse o sinal do primeiro para o segundo horário das aulas. Não era permitido sair das salas nesse intervalo. Quando isso aconteceu, e o jornal começou a aparecer nas mãos de todos em único momento, os "disciplinários", que eram policiais à serviço, ficaram desorientados, tentando tomá-los e "identificar" quem estava distribuindo. Mas foi uma distribuição democrática, não era um único "panfleteiro", mas vários, que começavam a aderir e perceber a importância da	Comissão pró-grêmio, as quais eram realizadas nos intervalos das aulas no Estadual Central ou na sede da UMES. Quando eram realizadas no Estadual Central, geralmente ocorriam no turno da noite, onde se concentrava a maior parte dos seus componentes.
--	--	--	--	--	--

				ação. Assim começou a derrocada da repressão à distribuição dessa ferramenta. As reuniões de pauta que aconteciam na sede da Umes, passaram a ser nos jardins do colégio, onde levantávamos o que era mais urgente, dividindo temas como política educacional, problemas internos da escola, e expandindo para movimentos de luta e resistência em outras categorias e frentes. Assim era construída a pauta e cada um se dispunha a escrever o que mais se interessava. Havia também sugestões de leitura de textos e livros "proibidos" e muita poesia alternativa.	
Impressão do jornal	A gente mesmo que fazia no mimeógrafo, mas o nosso já era mais moderno, era a tinta e não era mais a álcool e toda esta impressão era feita na UMES, eles já tinham todo este maquinário, então sempre mantivemos uma aproximação com o pessoal de lá (UMES) em todos os sentidos.	O jornal era impresso na própria UMES, que tinha a impressora a tinta, o mimeógrafo elétrico, então dava para produzir muita coisa, dava para rodar muita coisa.		A impressão era feita na UMES, a gente datilografava os textos, fazíamos os desenhos em stencil e passávamos a noite lá imprimindo, depois de impresso organizávamos e grampeávamos a edição, fazíamos a divisão por sala como eu disse anteriormente e fazíamos os pacotes por sala e	As matérias eram datilografadas em papel A4, ou recortadas ou copiadas de outras publicações. Em seguida era feita a diagramação em papel A4, entremeadas por charges ou algumas ilustrações. A matriz era feita em stencil eletrônico na Sede do DCE da UFMG para, em seguida, ser impresso em mimeógrafo

				entregava para os representantes e distribuía, a periodicidade era mensal.	eletrônico na Sede da UMES-BH. Após a impressão, fazíamos a paginação e grampeamos o jornalzinho, preparando-o para distribuição. A tiragem era feita de acordo com o número de alunos do Estadual Central e, evidentemente, com a nossa capacidade de distribuição.
Distribuição do jornal	A gente ficava no portão, o prédio principal havia duas entradas e ficamos lá fazendo a distribuição. Enquanto o pessoal ia entrando a gente ficava neles ia fazendo entrega. Era como uma panfletagem mesmo de porta de fábrica, como se fazia muito o pessoal dos sindicatos. Depois que fazíamos está entrega na entrada o restante levamos para dentro da escola e continuávamos a distribuir o jornal lá dentro mesmo, neste momento era bom que aproveitávamos para também bater um papo com outro aluno, mostrar ele o nosso movimento e assim conseguir mais pessoas para participar.	Quanto a distribuição era bem clandestina mesmo, lembro até hoje que alguns números, se não me engano os dois primeiros, a gente enfiava nas carteiras, das mesas dos alunos no momento do intervalo, colocávamos em baixo, era bem clandestino, lembro-me que por volta de 1978 já fazíamos uma panfletagem mesmo, distribuir na porta, na entrada da escola.		(...) cada sala tinha um representante, e tínhamos um combinado para que os jornais não fossem tomados, que era chegarmos antes das aulas, 15 minutos antes, encontrávamos em frente ao "mata-borrão" com exemplares dos jornais separados por turmas e com número de alunos de cada turma, e sempre no primeiro e segundo horário cada representante fazia a distribuição dentro da sala, então quando alguém saía de sala os disciplinarios ficavam loucos sem saber que estavam distribuindo os jornais, era uma distribuição imediata.	

Não autoria dos textos até 1978	Receio de perseguições que a gente poderia sofrer. Se a gente pudesse o nome lá, né? Somente quando percebemos que podíamos nos posicionar com maior veemência que decidimos colocar o nome e sala que estávamos, a identificação era sempre por nome, sala e turno. Mas, no início era apenas por receio mesmo de perseguições.				As primeiras edições não continham autoria devido às constantes ameaças de suspensão de aulas. Então, para nos preservarmos de maiores pressões e ameaças, agimos na clandestinidade, para não sermos facilmente identificados pelos órgãos policiais de repressão política que atuavam no interior da escola, juntamente com os disciplinários. Contudo, em certa altura do ano de 1979, decidimos sair da clandestinidade para imprimirmos maior escala em nossa mobilização do movimento estudantil e, também, por avaliarmos que a melhor forma de nos protegermos e nos preservarmos seria passar a sermos mais conhecidos e agirmos sob a legalidade da qual era revestida a UMES-BH e sua diretoria.
Reação da direção em relação ao jornal	(...) havia um cenário de autoritarismo por parte da direção contra a organização que estávamos organizando que remetia ao autoritarismo que existia na sociedade contra os			E repressão em cima o tempo todo, eu me lembro que fui intimado pela professora de educação moral e cívica e ela insistindo que eu tinha que dar nomes porque aquilo não era possível ter sido	Com a retomada do Jornal em 1978, mas sobretudo em 1979, com a grande mobilização dos professores no Estado de Minas Gerais, a tiragem do Jornal aumentou e passou a abordar temas voltados

	movimentos sociais os movimentos políticos, a direção da escola nunca se descolou da perspectiva política do próprio estado brasileiro. Até tinha uma pessoa lá, que era o diretor do turno da noite unidade 1 que era militar			escritos por alunos secundaristas, querendo saber se tinha universitário infiltrado, de qual universidade que era.	para apoiar o movimento dos professores e a criticar mais enfaticamente a política educacional do governo e o modelo de ensino praticado e as relações autoritárias na âmbito escolar. Com isso, a direção da escola passou a fazer uma campanha para desacreditar a Comissão Pró-Grêmio e a UMES-BH, criticando o fato do Jornal não ser assinado e não ser identificada a autoria dos artigos escritos por nós. Também criticavam a UMES-BH, ignorando que a entidade era legalmente constituída e registrada em Cartório. Como a distribuição do Jornal era clandestina, ficávamos vulneráveis e recebíamos pressão da direção da escola e ficávamos sob ameaça constante de suspensão de aulas.
Mudança de postura do jornal pós 1978				Havia uma propaganda intensa e persistente de que tudo que era "contra a ditadura" seria obra de comunistas. Qualquer crítica ao sistema, servia ao discurso da repressão da ameaça comunista. A divulgação de ações, que a	A partir de 1978, estava cada vez mais clara a necessidade de ampliação da resistência ao regime militar e da mobilização popular. Não podíamos permanecer restritos às críticas e denúncias das manifestações do

				princípio eram praticamente clandestinas (todas elas, até mesmo leitura de textos proibidos) obedecia a uma estratégia de desconstrução do discurso da "ameaça comunista" em qualquer ato ou ação que contrariasse "a ordem estabelecida". Todas as críticas à ditadura eram malvistas, principalmente em ambientes "especiais" como o colégio Estadual Central, considerado um "ninho de formação comunista" antes do golpe. Diante do silêncio imposto pela censura dos meios tradicionais, precisávamos colocar nossos meios, por ínfimos que fossem, à disposição de todas as frentes de luta, negadas pela ditadura. A partir do momento em que as forças populares avançavam e a ditadura já sentia certo abalo em suas bases. A direção da escola continuava com o velho discurso que o jornal não tinha cara porque se tratava de "comunistas infiltrados, que sequer eram estudantes da escola, e sim universitários	autoritarismo no ambiente escolar, em nossa atuação clandestina. Além disso, o movimento estudantil universitário fazia progressos visíveis, o movimento sindical se manifestava por todo o País, inclusive o movimento sindical de professores, o movimento popular de bairro e de luta contra a carestia de vida tomava também as ruas. O contexto social e cultural foi tomado por uma efervescência significativa. Portanto, para avançarmos era necessário nos somarmos a estes movimentos e não ficarmos isolados em nosso pequeno mundo. A solução para os nossos problemas do ensino e das relações autoritárias nas escolas passavam, então, por um novo projeto de nação do qual precisávamos participar ativamente. Era esse o recado que queríamos levar aos estudantes do estadual central.
--	--	--	--	---	---

				financiados pelo ouro de Moscou", o que ainda aterrorizava alguns desavisados ou despolitizados. Decidimos então que era hora de mostrarmos nossas caras. Que em todas as salas havia gente politizada, resistente e com outras ideias que não comunicavam com sistemas autoritários e de exploração. À época fui interrogado por uma professora de História e OSPB, por quase uma hora, que queria "nomes dos universitários que escreviam as matérias, porque secundaristas" não teriam "capacidade" de escrever textos politizados, segundo a mesma. Fui convocado a chegar mais cedo em uma hora, e ela me levou para uma sala vazia onde tentou de todas as formas chegar aos "nomes e autores dos textos". Colocar a sala e assinatura dos autores de cada artigo foi um ato de resistência, rebeldia e avanço.	
Aproximação com outros movimentos sociais	Muitos de nós já estávamos trabalhando nesta época, então passamos a ter contato			As limitações em participação de ações populares eram infinitas, acompanhadas e	A militância do movimento estudantil secundarista acompanhava atentamente o movimento sindical e

	com sindicato como dos bancários, dos Metalúrgicos. Aí a gente já nessa época começou a ter uma posição política mais geral também, né? Eu nos bancários e tal e aí a gente já tinha alguma ligação também com outros sindicatos e assim foi crescendo estas oposições, né sindicais. Aí foi só crescendo, né? Porque foi ficando mais velho trabalhando. E aí fomos para os sindicatos depois né partidos políticos.			reprimidas de todas formas e com todos os mecanismo repressivos que dispunham aqueles que assaltaram o Estado de direito. As comunicações eram extremamente sigilosas entre os participantes da resistência. Mas havia o fator comum, independente da tendência ou do entendimento político de atuação, que era combater o inimigo principal, a ditadura. Havia uma intercomunicação entre as diversas frentes de luta. Em todos os setores sindicais, populares, de bairro, de donas de casa, de mães, de vilas e favelas, campo e cidades, religiosos progressistas etc.	sempre manifestava apoio aos movimentos sindicais emergentes em BH: Operários da Construção Civil, Comerciários, Bancários, Metalúrgicos, Jornalistas, notadamente dos professores, receberam não só nosso apoio político, como também apoio material, por meio do fornecimento de papel para panfletos, os quais muitas vezes eram impressos na gráfica da UMES-BH. Em 1979, no contexto da grande e histórica greve dos professores do Estado de Minas Gerais, abrimos a UMES-BH para abrigar o Comando de greve dos professores e colocamos todos os nossos recursos à disposição do movimento: instalações da sede da entidade, papel, gráfica, telefone e nossa militância. (...) com o avanço dos movimentos sindicais e sociais, tivemos o entendimento que para avançarmos na conquista da adesão em massa de estudantes e nos firmarmos como lideranças, era necessário sairmos da clandestinidade de nossa
--	--	--	--	--	--

					atuação e conquistarmos um espaço com o qual teríamos mais desenvoltura e visibilidade. Era preciso adquirir escala e legitimidade.
--	--	--	--	--	---

QUESTÕES EDUCACIONAIS

Tema	Geraldo Brescia	Jair Fonseca	Ananias Zeca	Elian Guimarães	Paulo Brescia
Ensino Profissionalizante					
Cobrança de Mensalidades	(...) estavam tirando das salas de aula alunos que não estavam pagando uma tal mensalidade que era cobrada. Eu fui um desses que que foi tirado de sala de aula. Aí a gente teve uma quase como uma greve lá que muita gente saiu de sala para protestar contra isso. (OBSERVAÇÃO: RECORTE JORNAL ESTADO DE MINAS SOBRE A GREVE).			E o Colégio na época exigia, a gente pagava mensalidades, tínhamos um carnê, e as pessoas, principalmente do turno da noite eram muitos simples, trabalhavam, com um salário muito baixo que nem sempre dava para pagar e tinha momentos que se cobravam os carnês para verificar se estavam pago e aconteceu uma noite a gente chegou e eles começaram a cobrar e impedir que os alunos entrassem, acessem as salas de aula e já tínhamos percebido quase que metade dos alunos estavam inadimplentes, então, o que a gente se organizou, a gente entra para sala e quem pagou e carnê jogava pela janela para os que não tinham pago, não tinham como conferir um por um	

				porque eram mais de 1000 alunos, mas ele perceberam e ai passaram de sala em sala exigindo o carnê e foi colocando para fora de sala de aula, ai descemos e fizemos o primeiro movimento, houve imprensa, e foi a partir daí que começamos a nos conhecer, e as pessoas foram se organizando, e se aproximando da UMES, considera subversiva, mantida pelo "Ouro de Moscou" uma expressão da época para referir aos movimentos comunistas, e a gente começou a conversar, que a gente se precisava se organizar	
Suspensões e repressão por parte da direção e professores	(...) o único direito que a gente tinha na escola era permanecer calado não posicionar contra qualquer determinação de professores e da direção da escola. Essa questão do autoritarismo ali dentro da instituição, ali dentro mesmo dentro da escola, que mostra que você estava sintonizado com a situação externa do país que remetia isso também dentro do próprio espaço escolar (...).			Os primeiros contatos que tive foi com o Colégio foi de muita repressão, uma coisa absurda, era um colégio muito repressivo, havia o reitor, os diretores eram todos militares com patentes de capitão, coronel e havia os disciplinários, na sua maioria policiais civis, e eram extremamente rigorosos, não podia se reunir, não podia discutir fora de sala de aula (...)	

				(...) tínhamos muito cuidado, sobre onde nos reuníamos, tínhamos instruções de não se reunir no mesmo lugar o tempo todo, não se reunir no mesmo horário, havia então uma alternância de lugares de encontro, de conversa, andávamos com textos alternativos banais casos fossemos pegos para mostrar para o disciplinário ou quem estive nos abordando. Mas era complicado, inclusive com risco de sermos entregues as autoridades policiais e na época sabíamos o que isso poderia acarretar. Represália na escola eram as suspensões, eu não me lembro de ter dito nenhuma suspensão motivada pela minha atuação do ME, mas havia muita represália neste sentido, como ameaça de expulsão, de constrangimento, ir para sala da diretoria, de pedir professor para constranger a gente dentro de sala de aula. (...) os professores caíram matando, lembro que	
--	--	--	--	---	--

				tinha um professor de português que não deu aula no dia seguinte, começou a ameaçar de não dar aulas até o momento que não dissemos os nomes das pessoas que tinham organizado o protesto, mas ninguém falou nada ficamos em silêncio, no fim ele disse que era um absurdo que os alunos fizeram com o professor Couto e com o diretor, rasgou elogios aos militares, que isso era coisa de aluno "mal criado", aí perdi a paciência xinguei ele e aí todo mundo começou a debater com ele também. (...) a grande maioria dos professores seguiam a cartilha da Ditadura, até porque já havia uma tradição na escola de movimento estudantil e política anterior a Ditadura, ali tinha movimentos culturais que aglutinavam pessoas, havias festivais, uma série de movimentos.	
Centro Cívico	(...) eles não tinham presença nenhuma lá mais, entendeu? Presença nenhuma lá eu que eu me	O centro cívico como era chamado, que era um órgão de representação estudantil controlado pela	(...) à postura do Centro Cívico, que era bastante oficial e chapa-branca.	(...) o Centro Cívico que substituíu o grêmio e que eram muito ligados a direção só para festas	O Centro Cívico era visto por nós como um órgão que visava substituir o Grêmio estudantil como

	lembre só daquele jornal e mais nada. Era um grupo de estudantes totalmente inexpressivos, não tinham representatividade alguma, fizeram, se não me engano, somente aquele jornal no tempo que estive no Estadual.	diretoria do colégio, logo, era a representação estudantil oficial, controlada pelo o colégio, pela diretoria do colégio, logo pelo regime. Com o centro cívico todos os tipos de atividades que tinha era canalizado por ali, então, festival de música e etc., era tudo controlado pelo centro cívico, tendo um controle total por parte da direção. Na época do centro cívico não me lembro de nenhum órgão independente, ou “jornalzinho”, até por que não era permitido. Havia uma discussão do nosso grupo, participar ou não participar do Centro Cívico? Tinha uma turma, que era do pessoal mais ligado ao Partido Comunista que achava que deveríamos participar, a gente de uma ala mais radical, éramos contra “ah eles vão controlar, não vamos conseguir fazer nada”.		cívicas e o contraponto que tínhamos para nossa organização. (...) a representação dele a noite era muito fraca, tinha uma representação maior nas turmas de classe social diferenciada, turno da manhã e a tarde, tinham atuações de festas, mas a noite eles não tinham quase nenhuma representação.	espaço de participação estudantil e promoção de iniciativas no campo cultural que pudesse atrair o interesse e a adesão dos estudantes. Na verdade, o Centro Cívico era como um espaço de tutela e domesticação do ímpeto estudantil de participação e protagonismo juvenil. Os estudantes, de fato, não tinham controle do Centro Cívico, pois havia sempre uma Supervisora Educacional tutelando os estudantes que se dispunham a fazer parte dele.
--	---	---	--	--	--

		O pessoal do PCB, que também participavam da UMES achava que deveríamos participar do centro cívico e a gente achava que não, que a gente ia ser controlado, censurado e etc.			
Relação Centro Cívico x Comissão Pró-Grêmio		Lembro-me de festivais de música, os únicos momentos de liberdade dentro das atividades estudantis, e neste espaço buscávamos se posicionar, pois havia momentos que havia execução de música, tocava disco e tinha caixas de som que ficávamos ouvindo no intervalo das aulas, volta e meia acontecia “algum problema”, porque tocava um Geraldo Vandré ou um Gilberto Gil, que era proibido e volta e meia acontecia de tocar esses artistas, mesmo sendo a atividade controlada, era através da música que fazíamos metáforas de rebeldia contra ditadura, contra o autoritarismo.		Completamente, teve este episódio que fizemos dos carnês, depois disso resolveram fazer uma homenagem aos comandantes militares do exército no colégio e chamaram alguns generais para reabilitar a moral e ordem na escola e aí armaram está cerimônia cívica, daí combinamos de ninguém sair de sala de aula no momento desta atividade, os disciplinários começaram a passar chamando todo mundo para ir participar, dizendo que estávamos dispensados da aula, praticamente ninguém desceu, desceu realmente somente a nossa turma com intuito de protestar, inclusive tinha um colega nosso que prestava serviço militar, desceu fardado e jogou o coldre no tablado onde estava acontecendo o evento, acabou com o evento, o diretor tirou	O interessante a se observar é que os estudantes não se empolgavam com o Centro Cívico, mesmo quando a entidade organizou a realização de show ou evento que mobilizou parte dos estudantes. Quanto mais avançava a organização da Comissão pró-grêmio e sua participação política nas mobilizações estudantis, menos interesse era atraído pelo Centro Cívico.

				licença e aí os professores caíram matando, lembro que tinha um professor de português que não deu aula no dia seguinte, começou a ameaçar de não dar aulas até o momento que não dissemos os nomes das pessoas que tinham organizado o protesto, mas ninguém falou nada ficamos em silêncio, no fim ele disse que era um absurdo que os alunos fizeram com o professor Couto e com o diretor, rasgou elogios aos militares, que isso era coisa de aluno "mal criado", aí perdi a paciência xinguei ele e aí todo mundo começou a debater com ele também. (...) eles eram um pessoal muito certinho, muito "pitolados" eles não tinham espaço, inclusive a gente se propunha a ir discutir com eles, mas era um espaço proibido para gente, e o movimento deles também eram muito restrito, não havia tanta participação, era tudo muito controlado, tinha coordenadora que era professora, e era ela que	
--	--	--	--	---	--

				ditava as ordens, dizendo que podia e que não podia, enquanto a gente tinha uma proposta libertadora que partia dos estudantes não era uma coisa de orientação vinda da escola, a proposta era criar um grêmio livre, ou seja, ser livre de ter todas as diversidades de opiniões e liberdades possíveis. Um ponto interessante, que havia toda esta questão cívica de cantar o hino nacional, que era de responsabilidade do Centro Cívico, mas também havia um dia que a escola parava para realizar uma cerimônia de certificado de reservista para quem era dispensado de prestar o serviço militar, tínhamos que ficar em fila para assistir a entrega desses certificados.	
--	--	--	--	---	--

QUESTÕES POLÍTICAS

Tema	Geraldo Brescia	Jair Fonseca	Ananias Zeca	Elían Guimarães	Paulo Brescia
Greve dos Professores de Minas Gerais					Um momento significativo foi a mobilização dos estudantes me apoio à greve dos professores de 1979. Havia uma mobilização em todo o Estado que

					desembocou em uma greve prolongada. Mas, os professores do Estadual Central não pararam. Resolvemos então, fazer uma manifestação dos estudantes na entrada das aulas no turno noturno. A manifestação foi interrompida por agentes da repressão política que estavam presentes na escola. Na hora da manifestação foi estendida uma faixa em apoio aos professores, na rampa de acesso às salas de aula, exortando a participação dos estudantes. Fui detido por agentes do DOPS. Fui conduzido até a lanchonete, até que os colegas entrassem para as salas de aula. Em seguida, fui liberado e também fui para sala de aula. Contudo, nosso objetivo foi atingido, que era manifestar nosso apoio à greve de forma concreta, pois no seguinte os professores fizeram uma assembleia no auditório da escola e decidiram aderir à greve.
Movimento Sindical/Grevista	Muitos de nós já estávamos trabalhando nesta época, então passamos a ter contato com sindicatos, como, dos bancários, dos metalúrgicos e neste momentos começamos a ter uma posição política mais geral também.				
Importância do ME do Estadual Central				(...) para dar coragem para continuarmos porque víamos que não estávamos sozinhos, porque precisávamos de apoio e esse veio de várias escolas, inclusive Colégio Loyola, Santo Antônio,	

				colégios da zona sula com alunos de alto poder aquisitivo e assim fomos nos fortalecendo dentro do Estadual Central e fomos em busca de maior liberdade e participação.	
Reconstrução do ME				O UEE era praticamente formada e voltada às causas estudantis do ensino superior, com também foi a UNE. O movimento tinha papel fundamental pela ousadia, de pessoas mais jovens, em inúmeros estabelecimentos de ensino espalhados pelas cidades de todo estado. Mas difícil de se centralizar a repressão. Havia uma brincadeira à época, quando eram organizados protestos públicos estudantis (rigorosamente proibidos e reprimidos com violência) em que os organizadores diziam “vamos chamar os meninos secundaristas pra linha de frente. Eles	

				enfrentam mesmo”, as forças de repressão.	
--	--	--	--	--	--

